



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Islene da Conceição Freitas

**Critérios de escolha do livro didático de Matemática: a experiência
de escolas municipais de Nova Iguaçu**

Duque de Caxias

2010

Islene da Conceição Freitas

Critérios de escolha do livro didático de Matemática: a experiência de escolas municipais de Nova Iguaçu



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação e Cultura.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Isabel Ramalho Ortigão

Duque de Caxias

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

F866 Freitas, Islene da Conceição.
Critérios de escolha do livro didático de Matemática: a experiência de
escolas municipais de Nova Iguaçu / Islene da Conceição Freitas – 2010.
144 f.

Orientadora: Maria Isabel Ramalho Ortigão.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

1. Livros didáticos – Avaliação – Teses. I. Ortigão, Maria Isabel Ramalho.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da
Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 371.671.1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Islene da Conceição Freitas

**Cr terios de escolha do livro did tico de Matem tica: a experi ncia de escolas
municipais de Nova Igua u**

Disserta o apresentada como requisito parcial
para obten o do t tulo de Mestre, ao Programa
de P s-Gradua o em Educa o, Cultura e
Comunica o em Periferias Urbanas, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
 rea de concentra o: Educa o e Cultura.

Aprovado em 02 de junho de 2010

Banca Examinadora:

Prof  Dr  Maria Isabel Ramalho Ortig o (Orientadora)
Faculdade de Educa o da Baixada Fluminense - UERJ

Prof  Dr  S nia Mendes
Faculdade de Educa o da Baixada Fluminense - UERJ

Prof  Dr  M nica Cerbella Freire Mandarinio
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Duque de Caxias

2010

DEDICATÓRIA

Aos professores da Rede Municipal de Nova Iguaçu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela realização de suas promessas em minha vida, pois em Jesus, eu vivo cada dia.

A professora Isabel, minha orientadora, por ser um exemplo de educadora e por ter contribuído para o meu crescimento profissional.

Ao professor Paulo Sgarbi pela amizade sólida construída. Agradeço também pela correção deste trabalho. Adoro você!

Ao professores do Mestrado, por socializarem seus conhecimentos.

A Fábio Soares que me auxiliou com o pré-projeto de mestrado, quando eu sonhava em ser mestranda da FEBF/UERJ.

A minha família, aos meus pais Freitas e Raimunda por serem meus melhores amigos e verdadeiros companheiros em todos os momentos; pelo amor, paciência e educação; a minha irmã Talita, e ao meu cunhado Vander, pelo incentivo e carinho. Amo vocês.

A Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu que me recebeu de braços abertos para a realização deste trabalho.

Aos professores, diretores e coordenadores pedagógicos que fizeram parte dessa pesquisa, doando parte de seu tempo para contribuir com a política do livro didático.

Agradeço também à sinceridade dos entrevistados que possibilitaram o êxito desse trabalho.

Quero sentar com vocês e conversar e aprender e ensinar e esquecer e lembrar. Quero decidir junto, como parte do grupo, e não como aquele que ilumina.

Paulo Sgarbi

RESUMO

FREITAS, Islene da Conceição. *Critérios de adoção do livro didático de Matemática: a experiência de escolas municipais de Nova Iguaçu*. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Comunicação e Culturas nas Periferias Urbanas). Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2010.

O presente trabalho investigou os critérios de escolha do livro didático de Matemática no PNLD 2010, no município de Nova Iguaçu. Buscou-se entender quem participou desta escolha; de que forma a proposta pedagógica da escola se relacionou com o processo de escolha do livro didático; se o Guia do Livro Didático foi considerado no processo; e quando o Guia do Livro não é usado, como seria realizada esta escolha. Para atingir tal objetivo, a pesquisa entrevistou os professores em 11 escolas municipais de Nova Iguaçu. Foram entrevistados 101 atores envolvidos na escolha do livro didático, dentre eles a gestora do PNLD de Nova Iguaçu, professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, diretores e coordenadores pedagógicos. As visitas às escolas e a Secretaria Municipal de Educação ocorreram no período de 8 a 28 de junho de 2009. A pesquisa evidenciou que os principais critérios utilizados pelos docentes envolvem: a realidade do aluno, contextualização do livro, conteúdos e atividades propostas. Alguns professores tomam como critério a editora do livro que escolheram para a área de Língua Portuguesa. A pesquisa evidenciou ainda que em algumas escolas nem sempre a opinião dos professores é levada em conta na determinação do livro a ser escolhido.

Palavras-chave: Livro didático. Ensino de Matemática. Avaliação de livro didático. Programa Nacional do Livro Didático.

ABSTRACT

This work investigated the selection criteria of the textbook Mathematics NPDB in 2010, in Nova Iguacu. We tried to understand who participated in this choice, how the pedagogical school was related to the process of choosing a textbook, the Guide to the Textbook was considered in the process, and when the Guide Book is not used, as would be held this choice. To achieve this goal, the poll surveyed teachers in 11 schools of New Delhi. We interviewed 101 stakeholders involved in the choice of textbooks, among them the manager of the NPDB for Nova Iguacu, teachers from 1st to 5th year of elementary school principals and coordinators. The visits to schools and the City Department of Education took place in the period from 8 to June 28, 2009. The research showed that the main criteria used by teachers include: a student's reality, context of the book, content and proposed activities. Some teachers take as criterion the publisher of the book chosen for the field of Portuguese language. The survey also showed that in some schools is not always the opinion of teachers is taken into account in determining the book to be chosen.

Keywords: Textbook. Mathematical teaching. Textbook Evaluation. National Textbook Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Descrição das visitas realizadas nas escolas e as conversas com os atores.....	20
Tabela 2 -	Os diversos ciclos do PNLD e o nível escolar da avaliação.....	52
Tabela - 3	Componentes Curriculares.....	56
Gráfico - 1	Avaliação de Livros Didáticos para as séries iniciais do Ensino Fundamental PNLD 1997- 2007.....	134
Figura 1 -	Mapa do município de Nova Iguaçu e sua localização em relação ao território nacional.....	135
Figura 2 -	Mapa do município de Nova Iguaçu de acordo com a organização administrativa.....	136
Figura 3 -	IDEB dos municípios da Baixada Fluminense observado e as metas projetadas.....	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRALE	Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos
ABRELIVROS	Associação Brasileira dos Editores de Livros
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CEMPEC	Centro de Pesquisa para a Educação e Cultura
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação
CPP	Coordenador Político Pedagógico
E	Excluído
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	Fundação Nacional de Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
GESTAR	Grupo de Estudo e Ação Racial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INL	Instituto Nacional do Livro
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NDE	Não deu entrevista
NEEs	Necessidades Especiais
NR	Não Recomendado

OE	Orientadora Educacional
OP	Orientadora Pedagógica
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
PLIDEF	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PME	Plano Municipal de Educação
PNELEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PNME	Programa Nacional de Material Escolar
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSE	Programa Saúde na Escola
PROERD	Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência
R	Recomendado
RD	Recomendado com Distinção
RR	Recomendado com Ressalva
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEF	Secretaria da Educação Fundamental
Siscort	Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica
SME	Secretaria Municipal de Educação
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UEs	Unidades Escolares
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	O LIVRO DIDÁTICO E SUA IMPORTÂNCIA	22
1.1	Pesquisas sobre o processo de escolha do livro didático no Brasil	29
2	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	37
2.1	O PNLD 2010	54
2.2	Recomendação para a elaboração e avaliação de livro didático de Matemática	57
2.3	PNLD: Problemas e Perspectivas	61
3	AS ESCOLHAS DE LIVRO DIDÁTICO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA IGUAÇU	67
3.1	Entrevistando o gestor do PNLD no município de Nova Iguaçu	67
3.2	O que dizem os diretores e os coordenadores pedagógicos sobre o processo de escolha do livro didático de Matemática	72
3.3	Os professores e a escolha de livros didáticos	78
3.3.1	<u>A escolha do livro didático de Matemática</u>	81
3.3.2	<u>A realidade do aluno</u>	83
3.3.3	<u>A contextualização no livro de Matemática</u>	88
3.3.4	<u>Conteúdos e atividades propostas</u>	92
3.3.5	<u>O livro de Língua Portuguesa como referência na escolha</u>	97
3.3.6	<u>O Programa da Prefeitura de Nova Iguaçu</u>	99
3.3.7	<u>A Prova Brasil</u>	99
3.4	O Guia do livro didático na visão dos diretores e coordenadores	101
3.4	Promessas Quebradas: visitando a escola F antes e depois da escolha	103
4	CONCLUSÕES	105
	REFERÊNCIAS	111

APÊNDICE A - Antecedentes históricos ao PNLD	121
APÊNDICE B – Os PNLDs referentes às séries iniciais do ensino fundamental	128
APÊNDICE C - Conhecendo Nova Iguaçu e a sua política educacional	135
ANEXO A - Carta de orientação da prefeitura à equipe escolar sobre a escolha do livro didático	142
ANEXO B - Carta de permissão para o desenvolvimento da pesquisa	144

INTRODUÇÃO

CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

O que estudar...

Em 1985 foi criado, no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto – MEC, o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, que tem como objetivo principal garantir a qualidade de material didático-escolar, provendo a todas as escolas públicas do Ensino Fundamental livros didáticos de qualidade para uso de seus alunos.

Os livros didáticos são instrumentos auxiliares importantes da atividade docente, seja para a formação de professores, seja como fonte de difusão de idéias defendida por segmentos da Educação, em especial os especialistas em Currículo nas diversas áreas do conhecimento escolar. Sua importância tem sido evidenciada por vários autores no que diz respeito à organização do saber socialmente aceito, ao auxiliar o professor em seu planejamento didático e na execução e avaliação dos conteúdos abordados nas aulas, bem como, na contribuição da aprendizagem dos alunos (SILVA, 1983; BAQUERO; RIBEIRO, 1985; VEIGA-NETO; TEIXEIRA; WORTMANN, 1987; DANTE, 1996; SOARES, 1996; SILVA JUNIOR, 2005; OLIVEIRA, 2007).

No âmbito do PNLD, após a análise dos livros e da divulgação do Guia do Livro Didático, cabe às equipes pedagógicas das escolas a seleção dos livros que os professores irão usar em suas aulas. Esta pesquisa tem por objetivo conhecer os critérios usados por professores das séries iniciais para a escolha dos livros de Matemática.

Para o desenvolvimento do estudo, partimos do pressuposto de que nenhuma escolha é neutra ou isenta de concepções – advindas de fatores ideológicos, filosóficos, sociais, ou de outro caráter. Entendendo ainda que tais concepções interfiram, direta ou indiretamente, nas escolhas que os sujeitos fazem propormo-nos a desvelá-las, á luz da literatura educacional específica.

Aproveitando o momento determinado pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu – no Rio de Janeiro - para que as escolhas ocorressem, acompanhei todo o processo, conversando com os agentes nele envolvidos.

Especificamente, devido à minha formação como graduada em Licenciatura em Matemática na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o interesse do estudo voltou-se às escolhas de livros didáticos de Matemática. As seguintes questões de pesquisa de pesquisa foram perseguidas no estudo:

- ❖ Como os professores das escolas municipais de Nova Iguaçu escolhem os livros didáticos de Matemática que irão usar em suas aulas?
- ❖ Que critérios são adotados nestas escolhas? Quais as suas motivações para escolher esta ou aquela coleção de Matemática?
- ❖ O Guia do Livro Didático do PNLD 2010 é considerado no processo de escolha?
- ❖ Quais são principais agentes dessa escolha?

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, apresento o objetivo e as questões do estudo, as motivações que me conduziram a realizá-lo e os passos seguidos em sua realização.

A justificativa deste trabalho está no segundo capítulo em que, faço uma retrospectiva das políticas públicas do livro didático, para entendermos o PNLD atual. Apresento o Programa Nacional do Livro Didático, seus objetivos e as suas principais características. Mostro também os principais avanços a cada PNLD e uma breve retrospectiva de todos os PNLDs das séries iniciais do Ensino Fundamental nas suas características principais.

No terceiro capítulo, apresentando algumas pesquisas realizadas sobre o processo de escolha do livro didático no Brasil e indico os avanços, os problemas e as perspectivas do PNLD.

No quarto capítulo, apresento e discuto os resultados do estudo de caso que foi realizado município de Nova Iguaçu, com professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre o processo de escolha do livro didático de Matemática.

Encerro este trabalho, no quinto capítulo, apresentando as considerações finais. Sintetizo aqui as características mais peculiares da pesquisa, as conclusões que pude alcançar e as contribuições para o aperfeiçoamento do processo.

Por que estudar

Durante a minha infância e a adolescência fui aluna da rede pública do município de Nova Iguaçu. Lembro-me de sempre esperar com ansiedade pelo início do ano letivo: um novo caderno, novos professores, rever os colegas e conhecer novos amigos. Mas o que me deixava realmente ansiosa ao iniciar o ano letivo era o momento de receber os livros didáticos. Ver novos conteúdos, ilustrações diferentes, descobrir lugares ainda não contemplados eram grandes motivos para fazer os meus olhos brilharem. Folhear um novo livro me remetia à sensação de que eu era capaz de aprender muitas coisas.

Devido à fascinação pelos livros passei a desejar ser professora, especificamente de Matemática. Em 2005, concluí o curso de Licenciatura e o Bacharelado em Matemática na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), defendendo um trabalho sobre a Educação Matemática e Exclusão Social sob a orientação de Carlos Eduardo Mathias Motta. Este primeiro trabalho tinha o objetivo de identificar novas perspectivas em Educação Matemática que propiciassem a superação das condições de exclusão presentes no sistema educacional.

Em 2007 passei a lecionar no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem¹ -, que é um programa de aceleração dos estudos voltado para um segmento da juventude que está em situação mais vulnerável e menos contemplada pelas políticas públicas atuais: jovens de 18 a 24 que terminaram a quarta série, mas não concluíram o Ensino Fundamental. Paralelamente à minha atuação no Projovem, neste período, realizei, no âmbito do Curso de Especialização em Educação Matemática, na Fundação Educacional de Duque de Caxias, a monografia intitulada O Projovem e os materiais didáticos de Matemática. Neste trabalho discuti a ação investigativa da proposta pedagógica do livro de Matemática elaborado para o Programa e analisei os resultados parciais, especificamente em relação ao desenvolvimento dos alunos no binômio inclusão social e Educação Matemática.

¹ A proposta pedagógica do Projovem aponta para relações interacionais e intrageracionais, buscando situações que promovam o diálogo, o que implica em escutar os jovens, com o objetivo de perceber as relações da juventude com os outros grupos sociais. A maior finalidade do programa é proporcionar formação integral, associada ao término do Ensino Fundamental, à qualificação profissional e à formação para o exercício da cidadania. O Programa prevê a re-inserção do jovem na escola, a oportunidade e a capacitação para o mercado de trabalho, a participação cidadã e a inclusão digital.

Por meio desse trabalho monográfico pude observar a organização do livro didático de Matemática do Projovem, a seleção e distribuição de conteúdos matemáticos priorizados pelos autores. Verifiquei aproximação entre os enfoques priorizados pelos autores e as recomendações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Matemática (BRASIL, 1998a). Em especial por valorizar a matemática do dia-a-dia e os conhecimentos prévios dos alunos em suas diversas experiências.

Esse início de caminhada me despertou para a importância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem motivando-me a conhecer mais o assunto. Daí, a idéia de ampliar e aprofundar a minha formação, buscando no Mestrado em Educação a possibilitasse de estudar sobre aspectos relacionados ao livro didático de Matemática.

Como estudar...

A origem desta pesquisa está relacionada à minha participação no Grupo de Pesquisa e Extensão *O livro Didático no Ensino Fundamental*. Este grupo está vinculado ao Departamento de Formação de Professores (DFP) e ao PPG em Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), e tem por objetivos: (a) refletir sobre a função do livro didático na seleção, organização e distribuição dos currículos escolares do ensino fundamental; (b) refletir sobre as políticas atuais de livro didático em nosso país; (c) compreender os processos de escolha do livro didático pelos docentes e (d) subsidiar professores das séries iniciais do ensino fundamental com relação à escolha e uso do livro didático de Matemática.

A avaliação de livros didáticos é uma realização do MEC por meio da Secretaria de Educação Fundamental – SEF. De 1995 até a presente data, ocorreram sete processos avaliativos de livros para as séries iniciais do Ensino Fundamental: PNLD-1997, PNLD-1998, PNLD-2000, PNLD-2004, PNLD-2005, PNLD-2007 e PNLD-2010. As leituras e discussões realizadas quinzenalmente nas reuniões do grupo levaram-me a refletir sobre a responsabilidade que professores têm ao escolher o livro, principalmente porque no momento da escolha

o docente está optando por um interlocutor que vai dialogar com ele e seus alunos durante todo o ano. E mais, estará presente na escola por três anos consecutivos.

Além disso, as leituras também contribuíram para a compreensão acerca da centralidade do livro didático na seleção, organização e distribuição dos conteúdos a serem ensinados e aprendidos. Em muitos casos, constituem o principal referencial de trabalho em sala de aula. Estas constatações provocaram em mim a vontade de compreender os processos de escolha do livro.

Aproveitando o momento propício de vigência do PNLD 2010, que levaria os professores do município onde moro a escolherem os livros, especificamente durante o mês de junho de 2009, decidimos por realizar um estudo de caso no município de Nova Iguaçu. Para Babbie (1993, p. 73) “estudo de caso é uma descrição e explicação abrangente dos muitos componentes de uma determinada situação social”.

Com o objetivo de conhecer os critérios e as motivações dos professores na escolha do livro didático, realizamos um estudo de caso com professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Na medida em que visitava as escolas e conversava com os professores, fui sentindo também a necessidade de ouvir a direção e a coordenação pedagógica da escola. Atendendo à recomendação de um dos membros da Banca de Qualificação, entrevistamos ainda os gestores do PNLD na Secretaria de Educação Municipal de Nova Iguaçu.

Embora o objeto principal da pesquisa tenha sido os docentes e suas escolhas, fez-se necessário, em um primeiro momento, entender o Programa Nacional do Livro Didático, sua história e contextos. Acreditava assim poder estabelecer comparações entre os diversos ciclos avaliativos e acompanhar uma possível evolução do Programa. Paralelamente, à leitura dos documentos, realizamos uma ampla busca em revistas especializadas no intuito de encontrar textos que me auxiliassem a refletir sobre o papel e a importância do livro didático na educação.

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa incluiu dois momentos distintos:

- (a) uma ampla análise documental;
- (b) a realização de entrevistas.

Com relação à análise documental, a primeira tarefa a de levantar documentos oficiais sobre a política do livro didático e o PNLD. Alguns dos documentos analisados me foram cedidos por minha orientadora, Isabel Ortigão, outros foram baixados do site do Ministério da Educação Cultura (MEC).

As entrevistas foram realizadas concomitantemente e de forma articulada à análise documental. A análise dos dados coletados se deu numa abordagem de cunho qualitativo, buscando encontrar nos depoimentos os critérios de escolha do livro didático de Matemática, bem como a descrição do PNLD/2010 pela equipe escolar. Especificamente, as entrevistas ocorreram entre 8 e 28 de junho de 2009. Antes de minha entrada nas escolas realizei todo um processo de negociação com a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Nova Iguaçu, no sentido de obter autorização para a realização da pesquisa num universo de 105 escolas municipais. Foi necessário apresentar uma cópia do Projeto de Mestrado, aprovado pelo Programa, e uma carta de minha orientadora, que garantiu sigilo e anonimato aos participantes.

Com a autorização da SME para entrar nas escolas em mãos, iniciei contato com as diretoras das unidades com o objetivo de agendar visita para a conversa com os docentes. Este contato ocorreu na primeira semana de junho. A seleção de escolas envolveu dois critérios: localização e tamanho. Foram escolhidas escolas localizadas no centro comercial de Nova Iguaçu ou próximas a ele, e escolas distantes do centro e também de difícil acesso. Em relação ao tamanho, a seleção foi realizada em função do porte da escola. Foi considerada uma escola pequena aquela que possui até 300 alunos e uma escola grande a que possui mais de 300 alunos. Com isso, garantimos certa heterogeneidade, assim como observado na realidade da rede municipal de Nova Iguaçu (NI). Para Babbie (1993) pesquisa é um compromisso entre o ideal e o possível.

Somente após contato com as diretoras e o agendamento acertado, é que iniciei o trabalho de coleta de dados com os professores. Entrar na escola e conversar com os professores gerou em mim uma enorme ansiedade. Pela primeira vez me via não na condição de aluna ou professora, mas na condição de pesquisadora que ali deveria estar com os olhos atentos e procurar captar tudo a minha volta.

Foram realizadas visitas a 11 escolas públicas do município de Nova Iguaçu. No total, foram entrevistados 82 professores, 10 coordenadores

pedagógicos e 9 diretores, totalizando 101 atores envolvidos na escolha do livro didático. Além disso, participei em algumas escolas, de reuniões pedagógicas que discutiram os critérios de escolha dos livros e observei os professores escolhendo o livro didático de Matemática.

As entrevistas com os professores, coordenadores pedagógicos e diretores foram realizadas efetivamente entre os dias 8 e 22 de junho de 2009. A entrevista com os gestores do PNLD ocorreu no dia 8 de julho de 2009.

Para entrevista-los, utilizei dois roteiros, um para os gestores, e outro para os profissionais que atuam diretamente na escola. Quais são principais agentes dessa escolha? Por meio de que critérios os livros são escolhidos? Como os professores escolhem o livro didático? Essas eram algumas das questões gerais para as quais eu buscava respostas na escola.

Nas entrevistas perguntei aos professores:

1. Você participa da escolha do livro didático?
2. Por meio de que critérios os livros são escolhidos?
3. A proposta pedagógica da escola é levada em conta na hora de escolher o livro didático de Matemática?
4. Você conhece o Guia do Livro didático?
5. O Guia do Livro Didático é considerado no processo de escolha do livro didático?
6. Quando o Guia do Livro não é usado, como é realizada esta escolha?

As perguntas orientadoras aos diretores e coordenadores pedagógicos foram:

1. Quem participa do processo de escolha de livro didático na sua escola?
2. Por meio de que critérios os livros são escolhidos?
3. De que forma a proposta pedagógica da escola se relaciona com o processo de escolha do livro didático na escola?
4. O Guia do Livro Didático é considerado no processo de escolha do livro didático?
5. Quando o Guia do Livro não é usado, como é realizada esta escolha?

Em relação aos gestores da escolha do livro didático, busquei entender:

- Como foi o gerenciamento do processo de escolha do livro;
- Quais as orientações dadas às escolas;
- As relações com o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE) e o Governo Federal na escolha de livros;

TABELA 1: descrição das visitas realizadas nas escolas e as conversas com os atores

Descrição da escola	Dia de visita	Diretora	Coordenadora	Professores
A- pequena e distante do centro de NI	8 de junho	sim	sim	11
B – grande e distante do centro de NI	9 de junho	sim	não	9
C - pequena e distante do centro de NI	9 de junho	NDE*	sim	7
D - pequena e distante do centro de NI	10 de junho	sim	não	9
E - grande e distante do centro de NI	10 de junho	não	sim	7
F – grande e próxima do centro de NI	1ª visita: 16/06 2ª visita: 22/ 06	NDE*	sim	5
G - pequena e distante do centro de NI	16 de julho	não	sim	7
H – grande e distante do centro de NI	18 de julho	sim	não	9
I – pequena e de difícil acesso.	19 de junho	não	sim.	7
J - pequena e distante do centro de NI	22 de julho	não	sim	6
L - pequena e próxima do centro de NI	23 de junho	sim	não	5

*NDE: Não deu entrevista.

Na última escola a ser visitada não pude entrevistar todos os professores porque a direção não permitiu, alegando que 2 professores da escola eram docentes de outras escolas municipais que faziam “dobra” naquela escola. Essa diretora considera que os professores de outras escolas municipais, que fazem hora extra em sua escola, não são professores da escola e não participaram da escolha.

Encerrei as visitas às escolas no dia 23 de junho porque percebi que as informações estavam se repetindo, apesar do grupo de escolas escolhidas serem bastante heterogêneas.

Após visitar as escolas, fui à Secretaria de Educação de Nova Iguaçu marcar um dia para conversar com os Gestores do PNLD. O dia combinado foi 8 de julho, pela manhã. Conversei com a pessoa responsável pelo PNLD no município, e entrevistei outras pessoas que trabalhavam na Secretaria de Educação a fim de compreender a política educacional de Nova Iguaçu.

Pelo fato de ter escolhido usar roteiros do tipo aberto, a partir das primeiras interrogações outras questões foram surgindo, de forma tal que as entrevistas se transformaram em produtivas conversas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente, ao fim do processo de coleta de dados, foram transcritas e categorizadas. As entrevistas me possibilitaram detectar os critérios usados pelos docentes para escolher o livro didático, mostrando, portanto, seu potencial como ferramenta de pesquisa.

Com esse procedimento, pude identificar alguns critérios de seleção do livro de Matemática das Séries Iniciais do Ensino Fundamental nas escolas que fizeram parte da amostra do município de Nova Iguaçu.

Com a leitura dos documentos sobre o PNLD e com as entrevistas realizadas, passei para a fase do cruzamento dos dados e o confronto destes com a literatura específica. Esta foi uma árdua tarefa que exigiu enorme esforço e criatividade, muitas releituras e, também, “julgamentos cuidadosos sobre o que é realmente relevante e significativo nos dados” (LUDKE, 1986, p. 44).

1 O LIVRO DIDÁTICO E SUA IMPORTÂNCIA

Desde a década de 1980, o livro didático vem recebendo notoriedade de educadores e pesquisadores por se constituir um importante instrumento para auxiliar professores e alunos (BAQUERO; RIBEIRO, 1985; BATISTA 2001, 2004; OLIVEIRA, 2007; SOARES, 2005; SILVA, 1983, ORTIGÃO, 2005).

O conjunto de direitos e obrigações tem sido expresso, ao longo dos anos, sempre através da escrita (NISKIER *apud* BAQUERO; RIBEIRO,1985) e o saber ler possibilita ao indivíduo diferentes maneiras e penetrar em universos diferentes abrindo-lhe horizontes e novos espaços (BAQUERO; RIBEIRO,1985).

O livro didático persiste sempre nas instâncias formais de ensino de todas as sociedades (SOARES, 1996), colaborando para auxiliar no ensino e na aprendizagem. Mas o livro foi criado antes do estabelecimento de programas e currículos mínimos, surgiu na Grécia antiga e o “ensino sempre se vinculou indissociavelmente ao livro escolar” (SOARES, 1996, p. 54). A obra **Os Elementos de Geometria** de Euclides (300 a.C.) circulou por mais de 20 séculos no contexto escolar.

Os livros didáticos representam estratégias sociais e educacionais para a concretização e operacionalização desse saber escolarizado (SOARES, 1996, p. 55).

Se o conteúdo dos livros for analisado historicamente, percebe-se que os aspectos do currículo vão-se alterando em função da natureza dos conhecimentos refletidos para cada momento. Dessa forma o livro possui uma grande influência na determinação do saber escolar, partindo do princípio de que os conteúdos a serem aprendidos e ensinados são selecionados no amplo campo da cultura (SOARES, 1996).

Na mesma direção que Soares (1996), Baquero e Ribeiro (1985) reafirmam a função social do livro escolar ao desempenhar um papel cultural e educacional, sendo instituído para assegurar a aquisição dos conhecimentos, das ciências, das práticas sociais, dos saberes e das competências julgados indispensáveis à inserção na sociedade.

O livro pode contribuir para que o aluno seja ativo no processo de ensino-aprendizagem, na medida em que permite a sistematização e a organização do conhecimento. Mas para o livro contribuir na ampliação, aprofundamento e integração dos conhecimentos dos alunos, este instrumento deve ser usado com este propósito (BRASIL, 2009b).

O mais recente documento de orientação à escolha de livro didático de Matemática para o 1º ao 5º ano do ensino fundamental, o Guia de Livros Didáticos do PNLD 2010, afirma que o ensino de Matemática tem como objetivos preparar o cidadão para um ambiente complexo: a sociedade, onde todos nós temos que trabalhar em grupo, resolver problemas, compreender ideias apresentadas de diversas formas.

De acordo com o Edital do PNLD 2010, nos anos iniciais do ensino fundamental os objetivos gerais do ensino de Matemática devem conduzir o estudante à:

- Usar com autonomia o raciocínio matemático, para a compreensão do mundo que nos cerca;
- Interpretar matematicamente situações do dia-a-dia ou o relacionamento com outras ciências;
- Pensar, refletir e abstrair com base em situações concretas, generalizar, organizar e representar;
- Planejar ações e projetar soluções para problemas novos, que exigem iniciativa na criação de modelos;
- Resolver problemas, criando estratégias próprias para sua resolução, desenvolvendo a imaginação e a criatividade;
- Comunicar-se por meio das diversas formas de linguagem da Matemática, desenvolvendo a capacidade de argumentação;
- Estabelecer conexões entre os campos da matemática e entre essas e outros campos do saber;
- Avaliar se resultados obtidos na solução de situações-problema são ou não razoáveis;
- Utilizar as novas tecnologias da informação e da comunicação (BRASIL, 2009a, p. 43).

Um bom livro pode auxiliar o aluno no desenvolvimento de capacidades e competências para o exercício da cidadania. Ao ser uma referência de informações corretas, o livro pode colaborar na formação da autonomia, e na consolidação e avaliação de conhecimentos práticos e teóricos adquiridos.

Miranda (2004, p.124), ao analisar as políticas públicas para o livro didático e o mercado editorial, afirma que

contrariamente à apreensão predominante no âmbito do senso comum, o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista

normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leitura muito diversas (MIRANDA, 2004, p.124).

Dessa forma, as diferentes possibilidades de leitura do livro didático permitem que este possa ser visto com “como um enunciado que constitui um elo na cadeia de comunicação verbal estabelecida por alunos e professora na sala de aula investigada” (GREEN, MORTIMER, NUNES-MACEDO, 2004, p 38).

Os autores Veiga-Neto, Teixeira e Wortmann (1987) enfatizam a importância do livro como um recurso didático que viabiliza o processo de democratização do ensino², na medida em que o PNLD, desde 1985, vem propondo discussões entre os docentes de todo país. Essa política tem o objetivo de salientar as necessidades de mudanças qualitativas no ensino fundamental (VEIGA-NETO, TEIXEIRA e WORTMANN, 1987).

Wolff apud Baquero e Ribeiro (1985) indica o uso do livro didático como o segundo fator que mais contribui para a efetividade da escola. Para os pesquisadores, os conselhos de ensino devem avaliar se a filosofia e os métodos de ensino encontrados nos livros didáticos são legíveis e adequados ao nível das classes.

Para Silva (1983), o livro didático faz parte de uma política pública que visa fornecer um material de qualidade para as camadas populares, com o objetivo de diminuir os altos índices de reprovação. A distribuição de material *empobrecido* para as crianças pobres “aumenta a distância social entre elas e as crianças mais economicamente favorecidas com as quais competem” (SILVA, 1983, p. 99). Segundo esta autora “a reprovação representa um custo social e econômico muito alto e justifica alguns gastos a mais com a escola do Ensino Fundamental” (SILVA, 1983, p. 99). Assim, a política pública de distribuição de livros didáticos de qualidade poderia reduzir algumas desigualdades sociais e educacionais na sociedade brasileira.

² O processo de democratização do ensino envolve a garantia tanto do acesso quanto da permanência dos alunos na escola. Para Jeffrey (2005), a construção de um ensino público no Brasil que garantisse a promoção de oportunidades educacionais a todos nem sempre foi um proposta de fácil aceitação devido ao sistema de exclusão no país que é caracterizado por altos índices de repetência e evasão escolar, comprometendo o processo de democratização do ensino. Azanha (2004) enfatiza a diferença entre a ideia de democratização do ensino como prática de liberdade e como expansão de oportunidades a todos, ao analisar as ações democratizadoras. Na mesma direção de Azanha (2004), Silva, Czernisz e Dalmas (Mimeografado, s/d) afirmam que a democratização do ensino pode enfatizar ora aspectos quantitativos, ora os aspectos qualitativos, dependendo das necessidades político-econômicas do país.

É importante lembrar que em meio às profundas desigualdades sociais brasileiras (SOARES, 2005), o aluno poderá não ter uma cultura de ler livros e muitos estudantes somente têm o livro didático em casa. Para Soares (2005),

como em qualquer sociedade, mas especialmente no Brasil, a desigualdade socioeconômica é a geradora remota das dificuldades próximas que afetam o desempenho dos alunos. Assim não é possível entender o que se passa no sistema educacional sem a consideração explícita do nível socioeconômico dos alunos (SOARES, 2005, p.99).

Para Schwartzman (2005), há fortes correlações entre as boas escolas e a disponibilidade de recursos:

Em geral, as escolas públicas nas regiões, cidade e bairros mais pobres costumam ser de pior qualidade, e o rendimento escolar depende bastante do padrão econômico, social e cultural da família (SCHWARTZMAN, 2005, p.40).

As condições socioeconômicas dos alunos podem interferir no seu progresso escolar. Mesmo considerando que as escolas públicas de bairros pobres – e também as da rede privada – apresentam um padrão de qualidade inferior a muitas dos espaços habitados por pessoas de maior poder aquisitivo, não se pode considerar uma lei que o rendimento escolar depende do rendimento econômico, social e cultural de cada família, até porque podemos encontrar escolas públicas e privadas de má qualidade nesses espaços "mais abastados". No entanto, existem fortes correlações entre as boas escolas e a disponibilidade de recursos, pelas maiores e melhores oportunidades de contato com o conhecimento que é criado. De qualquer maneira, a existência de escolas tão desniveladas tanto do ponto de vista dos recursos materiais como do ponto de vista pedagógico apenas reforça a desigualdade social no país e sua ligação com a educação.

Ortigão (2005) realizou uma pesquisa em sua tese de doutorado com 168 professores de Matemática de 5ª a 8ª série do ensino fundamental em escolas municipais e particulares do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de investigar se a seleção de conteúdos de tratamento da informação é condicionada pelo perfil socioeconômico dos alunos da escola. A autora concluiu que nem todos têm acesso ao mesmo conteúdo em relação à área investigada do currículo de Matemática. No entanto, indicou que o uso do livro didático pelo docente é um dos fatores que pode minimizar esta desigualdade.

Em resultados análogos à Ortigão, Dubet (2001) afirma que os alunos mais favorecidos socialmente, que dispõem de mais recursos para o sucesso, são também privilegiados por um conjunto de mecanismos sutis, próprios do funcionamento da escola, que beneficia os mais favorecidos.

O livro didático é uma ferramenta eficaz, contribuindo para a aprendizagem dos alunos de origem social menos privilegiada porque a utilização do livro didático e o investimento no aprimoramento do uso deste livro se constituíram em fatores fortemente correlacionados com o aprendizado (OLIVEIRA, 2007). A pesquisa realizada por Oliveira (2007) será detalhada no terceiro capítulo.

No que diz respeito ao professor, o livro também contribui com a formação continuada ao servir de orientação para a ministração das aulas, favorecendo uma interação na turma e ajudando o professor com a avaliação dos conhecimentos práticos e teóricos adquiridos (BRASIL, 2009b; DANTE, 1996; SOARES, 1996; SILVA JUNIOR, 2005). Mas é bom lembrar que o livro é um instrumento auxiliar do professor. O ideal é que o livro didático seja mais usado para inspirar do que para ser seguido rigidamente. Ele não deve ser o centro do trabalho docente, e sim um fator que pode propiciar a adoção de estratégia de trabalho integrada para toda a equipe de professores (DANTE, 1996).

Segundo Dante (1996, p.83),

o livro didático passou a ser o principal instrumento de apoio ao trabalho docente, indicando a amplitude, a sequência e, até mesmo o ritmo e desenvolvimento do programa da matemática.

O livro pode auxiliar os professores na distribuição e organização das unidades, de acordo com o planejamento da escola, dando um tratamento didático aos conteúdos e provendo a aprendizagem pretendida.

O livro didático de Matemática é,

para o professor algo mais que um simples material para auxiliar no ensino-aprendizagem. Ele é um objeto de apoio didático que os professores, em sua grande maioria, o utilizam para estruturar e ministrar as suas aulas, apoiando-se nas considerações feitas por toda sua estrutura do texto do saber, em seus exemplos com analogias e seus exercícios os mais variados, vindo a confirmar a necessidade de toda a discussão em torno do livro didático em função de sua qualidade e uso, bem como de sua adoção (SILVA JUNIOR, 2005, p. 13).

A importância do livro didático para o docente pode-se evidenciar quando esse instrumento é usado por professores com formação insuficiente. “Um livro

correto e com um enfoque metodológico adequado pode ajudar a suprir essa deficiência” (DANTE, 1996, p 83).

Para muitos críticos o livro didático foi “criado para oprimir e submeter o professor e enriquecer autores e editores” (SOARES, 1996, p. 54). Mas para essa autora só podemos entender as mudanças no livro didático por uma perspectiva sócio-histórica.

Soares (1996) traz uma discussão de que o livro didático pode ser analisado de diferentes perspectivas: por um olhar pedagógico, um olhar político e um olhar econômico. Esses olhares podem nos ajudar a compreender “o que ‘é’, o que ‘tem sido’ e que ‘foi’ o livro didático” (SOARES, 1996, p. 53). Por essa análise conjunta, tentamos entender algumas polêmicas em nosso país: “Manter ou rejeitar o livro didático? Defendê-lo ou condená-lo? O que é afinal um livro “de qualidade”?” (SOARES, 1996, p. 54).

Os primeiros livros usados no Brasil vieram da Europa, especificamente da França. Segundo Soares uma análise política e cultural pode explicar o porquê dos estudantes brasileiros usarem livros didáticos estrangeiros. Uma das justificativas para esse fato é a inexistência da imprensa no Brasil. Outro fator era o domínio da língua francesa pela elite brasileira e o desejo de se inserir na cultura européia. (SOARES, 1996). Durante o período colonial brasileiro a escola era somente para as classes sociais privilegiadas. O acesso à escola era restrito por questões sociais, econômicas, históricas e culturais com o intuito de manter as desigualdades sociais existentes na época.

As primeiras produções de livros no Brasil, na década de 30, vieram decorrentes do início da expansão na rede de ensino e da criação das faculdades de filosofia. Os primeiros autores de livros didáticos eram autodidatas que não tinham formação na área em que publicavam. Nessa época, houve numerosas e sucessivas edições de livros no Brasil sem uma revisão ou avaliação do conteúdo, sendo alguns deles utilizados por cerca de 40 ou 50 anos (SOARES, 1996).

Segundo Soares (1996) o livro de Matemática **Aritmética Elementar Ilustrada de Antônio Trajano** teve 118 edições. Já a coleção de Matemática para o ensino secundário de Jacomo Stávale teve mais de 150 edições. Somente a partir dos anos 60 o tempo de permanência dos livros em sala de aula não ultrapassava a cinco ou seis anos. Para a autora existem três fatores que explicam esse fenômeno.

O primeiro fator é a expansão da rede de ensino, com o aumento do número de alunos e de escolas, que levou a um número maior de “consumidores de livros didáticos” (SOARES, 1996, p. 58). O segundo fenômeno é que professores das séries iniciais em exercício começaram a escrever livros didáticos. O terceiro fator está ligado à questão da edição dos livros. O processo de industrialização no país, após os anos 1960, trouxe o desenvolvimento da indústria gráfica que passa a atender às demandas educacionais. O último fenômeno apontado por Soares refere-se às mudanças do conteúdo e à “didatização” dos livros. Essas mudanças refletem as expectativas para a formação das futuras gerações.

Para a autora,

o livro didático passa a exercer funções até então exclusivas do professor, assumindo, de certa forma, as atividades da atividade docente – o que, aliás, os próprios professores passam a esperar dele. Esse processo ocorre contemporaneamente ao processo de depreciação da função docente: a necessidade de recrutamento mais amplo e, portanto menos seletivo de professores, resultado da democratização do ensino e da multiplicação dos alunos dela decorrente, vai conduzindo ao rebaixamento salarial e, conseqüentemente, a precárias condições de trabalho, como também a uma formação profissional deficiente, tudo isso constituindo uma situação que obriga o professor a buscar estratégias de facilitação de atividade docente – uma delas é transferir para o livro didático a tarefa de preparar aulas e exercícios (SOARES, 1996, p. 62).

Quando analisamos o livro num olhar cultural, político e econômico observamos que as novas demandas sociais podem nos ajudar a compreender o “que ‘é’, o que ‘tem sido’ e que ‘foi’ o livro didático” (SOARES, 1996, p. 53).

O papel do livro didático na sociedade se remete a três vertentes ao organizar o saber socialmente aceito, auxiliando o professor no planejamento, execução e avaliação, e contribuindo para a aprendizagem dos alunos. O livro pode beneficiar tanto o professor como o aluno por meio das estratégias didático-pedagógicas que permitem a avaliação e a auto-avaliação durante a aprendizagem. Dessa forma podemos identificar eventuais dificuldades para que intervenções sejam feitas pelo professor.

Para Batista (2001), é necessário que a utilização do livro didático favoreça a aprendizagem, a compreensão da realidade, incentivando a formulação de hipóteses de solução para os problemas atuais, tendo como principal função preparar cidadãos para uma sociedade complexa (MORIN, 2007). Preparar cidadãos para essa sociedade é um desafio.

1.1 Pesquisas sobre o processo de escolha do livro didático no Brasil

Nos últimos anos, algumas pesquisas têm sido realizadas com o intuito de compreender como tem sido realizado o processo de escolha de livros didáticos no Brasil, considerando o aumento efetivo de políticas públicas para a aquisição, avaliação e distribuição de materiais didáticos.

Batista (2004) realizou uma pesquisa com 293 professores de 44 escolas urbanas brasileiras, por meio de questionário, buscando apreender como os professores de 2º ao 5º ano escolheram o livro didático no PNLD 2001. O objetivo do autor foi de investigar sob que condições e processos foi feita a escolha, quais eram os critérios usados, quais foram os agentes participantes, e qual o real papel do Guia do Livro Didático na escolha dos livros naquele PNLD.

Segundo esta pesquisa,

os professores da amostra assim constituída declararam, majoritariamente, conhecer o processo de avaliação (67,47%). No entanto, 31,51% afirmaram não possuir conhecimento algum desse processo. Entre os que declararam conhecer o processo, apenas 7,19% afirmaram, porém, conhecê-lo bem. A maioria, ainda entre os que disseram conhecer o processo, considera que este conhecimento é reduzido (57,19%). Agrupando-se as declarações dos professores que afirmam desconhecer o processo àquelas dos que consideram seu conhecimento reduzido, o percentual é de 88,70%. Assim, ao que tudo indica, prevalece, entre os docentes da amostra, um desconhecimento, total ou parcial, do processo de avaliação de livros didáticos (BATISTA, 2004, p. 37).

Resultados da pesquisa de Batista apontam que, para 39,38% dos professores de séries iniciais, o conhecimento anterior de uma coleção ou do autor, possui um grau de importância elevado no processo de escolha do livro didático de Matemática. Outros fatores considerados importantes para a escolha do livro de Matemática são as resenhas do Guia do Livro Didático, as distribuições das coleções e materiais didáticos pelas editoras e as oficinas pedagógicas e encontros para discussão sobre os livros.

Nessa pesquisa os professores das séries iniciais rejeitaram reuniões com autores de livros didáticos, reuniões pedagógicas organizadas por editoras e indicações de Secretarias de Educação, que tinham o intuito de dar orientações aos professores acerca da escolha.

Para o grupo pesquisado por Batista, os critérios mais valorizados para a escolha de livros de Matemática são os conteúdos contidos nos livros, diversidade

nos tipos de atividades, exercícios e adequação do livro ao nível do aluno. Porém os professores entrevistados, tanto valorizaram inovações pedagógicas quanto as propostas baseadas na exposição do conteúdo, explicação, resolução de atividades e correção pelo professor. Também foi constatado, nessa pesquisa que o manual do professor não foi um critério importante na escolha do livro didático.

Apesar de os professores valorizarem as inovações pedagógicas, eles contrariam sua escolha, ao buscarem um livro que favoreça uma aula expositiva, na apresentação dos conteúdos e na resolução e correção dos exercícios. Isso pode propiciar a mecanização do conhecimento, ao invés de propor uma metodologia de ensino voltada para o aluno, com trabalhos em grupos, discussões sobre o tema abordado e reflexões sobre as tarefas.

A pesquisa de Batista indica que a maior parte dos professores não utiliza o Guia como um instrumento para a escolha de livros. Sobre a disponibilidade do Guia nas escolas, dos 66,09% que não utilizaram o Guia, ele não estava disponível apenas para 16,52% dos professores. Cerca de 31,25% dos professores afirmaram que os supervisores, diretores ou coordenadores de área não divulgaram o Guia entre os professores, mantendo-o sob seu controle. Já 19% dos professores alegaram falta de tempo para analisar e discutir as obras. Outros 23,75% consultaram diretamente as obras, 10% não conheciam o processo de escolha do livro didático e 7,5% alegaram a instabilidade para fazer a escolha do livro, devido à alta rotatividade de função, de escola e do ano de escolaridade.

Batista concluiu que 62,67% dos professores não se basearam no Guia para realizar as escolhas. O Guia não foi um elemento fundamental para a tomada de decisão. O autor também faz uma crítica ao pequeno número de exemplares do Guia destinados à escola.

Afirma, ainda, que os professores alegaram falta de tempo para analisar o Guia, um desconhecimento da finalidade do Guia e a ausência de informação acerca do PNLD. Os professores não se interessaram em olhar o Guia de Livros Didáticos afirmando que o importante é ver o conteúdo do livro, com o intuito de buscar títulos que possuam uma síntese adequada para explorar atividades e exercícios e expor conteúdo. Alguns disseram que suas escolhas eram realizadas de acordo com a clientela e outros professores alegaram que não se importavam com o processo de escolha de livros didáticos.

De acordo com Batista, o Guia parece ser visto como um instrumento que ameaça a independência e a autonomia dos docentes, pois os professores preferem analisar diretamente os livros, sem recorrer ao Guia. Segundo a maior parte dos professores da amostra, o Guia foi um instrumento pouco utilizado na escolha dos livros do PNLD/2001 e de importância reduzida.

Esta pouca utilização do Guia pode estar relacionada a uma afirmação da autonomia e qualificação docente. Para Batista (2001, p.65),

evidentemente, a análise direta dos livros, sem recurso ao Guia, pode ser compreendida como uma afirmação da autonomia docente e da independência dos docentes, mas ela deve ainda ser inserida num contexto em que, de 1985 a 1996, a escolha de livros se fez apenas com base numa intensa presença de editoras nas escolas, por meio certamente, da atuação de seus representantes de sua distribuidora, mas também da distribuição gratuita de coleções [...].

A atuação das editoras até o primeiro Guia do livro era no sentido de “orientar” os professores quanto à escolha dos livros. Com a chegada do Guia, houve uma rejeição inicial por parte dos professores por esse instrumento, na medida em que livros que eram valorizados pelos docentes foram desvalorizados no Guia de Livros Didáticos.

Os professores podem ter-se sentido ameaçados, também, devido aos efeitos de desqualificação profissional que esse instrumento de orientação terminaria por representar. As condições de trabalho e formação do professor, submetido a uma progressiva desqualificação, faz com que as práticas habituais da escolha de livros sejam (re)aprendidas a longo prazo.

Costa Val (2002) realizou estudos de caso com de 149 professores, por meio de questionário e entrevista com roteiros estruturados e semi-estruturados. Essa pesquisa foi realizada em 24 escolas com características diferentes em 15 cidades de 11 estados brasileiros. O objetivo do estudo foi apreender os diversificados e representativos retratos dos processos de escolha dos livros didáticos de Alfabetização e de Língua Portuguesa do 2º ao 5º ano³. A autora constatou que a escolha do livro didático foi realizada “com base no exame de livros fornecidos pelas editoras, e não pela consulta ao Guia elaborado pelo MEC, isso é o que ocorre em 23 (96%) dos 24 casos estudados “(COSTA VAL, 2002, p. 8).

³ A autora não informa o PNLD que foi realizada a sua pesquisa. Mas o texto dá direcionamentos implícitos que a pesquisa pode ter sido realizada no PNLD 2001.

Em relação ao Guia do Livro, foram percebidos três padrões de comportamento nas escolas pesquisadas:

[...] em 5 delas (21%) a consulta ao Guia é feita normalmente, mas apenas pela equipe pedagógica; em 8 (33%), a consulta é feita de modo rápido e superficial, por parte dos professores, exclusivamente na hora de decidir sobre o livro a ser escolhido; em 10 (42%), não há propriamente consulta ao Guia [...] (COSTA VAL, 2002, p. 8).

Em relação ao conhecimento do Guia do Livro Didático, apenas 12% dos professores consideram que conhecem o Guia. Os professores declararam que o MEC é responsável pela publicação e distribuição de material de propaganda das editoras. Já o Guia “é visto como instrumento de divulgação comercial, a competência, capacidade e a lisura dos especialistas que avaliam os livros e produzem as resenhas são questionadas, o processo todo é julgado antidemocrático, impositivo” (COSTA VAL, 2002, p. 9). Os professores alegaram quatro motivos para o não uso do Guia na fundamentação do processo de seleção de livros didáticos:

- a) a dificuldade de acesso e a falta de informação no interior da própria escola;
- b) a falta de tempo do profissional;
- c) a exiguidade do prazo entre a chegada do Guia e a definição da escolha;
- d) o pequeno número de exemplares entregues a cada escola, o que dificulta a sua circulação entre os docentes (COSTA VAL, 2002, p. 9).

Além de investigar o Guia, buscou-se informações sobre a participação das editoras no processo de escolha. Segundo os dados coletados nessa pesquisa ficou evidente que as editoras buscam diferentes formas de interferir no processo de escolha: enviando material de propaganda; oferecendo brindes aos professores, coordenadores e diretores; promovendo cursos de divulgação das obras; participando da reunião decisória, e fornecendo livros de reposição.

O critério mais citado pelos professores foi “adequação ao nível da clientela”. Os outros critérios foram “linguagem, tipologia e diversidade de textos, ilustrações e programação gráfica em geral; adequação dos livros ao contexto étnico e cultural dos alunos. Mas segundo a autora, esses últimos critérios agregam-se ao critério adequação ao nível da clientela” (COSTA VAL, 2002).

Costa Val (2002) conclui que o processo de escolha de livros didáticos nas escolas públicas visitadas aconteceu “na direção contrária daquela planejada e objetivada pelo PNLD (p.10) porque de acordo com o discurso dos professores o

Guia teria sua função limitada e distorcida, e o fator efetivamente decisivo na seleção e encomenda de livros didáticos é a influência das editoras nas escolas e nas redes de ensino” (COSTA VAL, 2002, p.10)

Bastos (2001) em sua dissertação de mestrado realizada na PUC-Rio, investigou a influência das concepções que os professores têm sobre o ensino-aprendizagem da Matemática no processo de escolha e de utilização do livro didático. Sua pesquisa foi baseada num roteiro de perguntas semi-estruturadas, entrevistando seis professores de duas escolas de ensino fundamental e médio da Rede Municipal do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada foi a técnica de análise de discurso de Bardin (apud BASTOS, 2001). O autor verificou por meio do discurso dos professores que a escolha do livro depende da concepção (THOMPSON apud BASTOS, 2001) do professor, juntamente com suas crenças, significados, conceitos, proposições, regras, imagens mentais, preferências e gostos.

Os livros didáticos trazem em sua estrutura a forma como os autores encaram a matemática e seu ensino, o que me permite afirmar a importância do professor conhecer a concepção de Matemática e do processo de ensino-aprendizagem que norteia a obra que será adotada por ele. (BASTOS, 2001, p. 71).

Para Bastos (2001) a concepção do professor influencia o processo de escolha do livro didático. Nessa pesquisa, a maioria dos professores entrevistados apresentou uma visão absolutista da Matemática⁴, assim como a metodologia e o conteúdo do livro escolhido para subsidiar o trabalho do docente.

Oliveira (2007) em sua dissertação de mestrado, realizado na PUC-Rio, investigou as escolas eficazes⁵ e como os níveis de aprendizagem são influenciados pela utilização ou não utilização do livro didático nas séries iniciais. Neste estudo foi utilizada uma amostra de 3.454 alunos e professores, distribuídos

⁴ Apoiada na metodologia tradicional, caracterizando-se pela acumulação de fatos, regras, procedimentos e teoremas matemáticos (PONTE, 1992). Essa visão indica que as verdades matemáticas são fundamentadas na intuição do matemático por meio de provas (GARCIA, 2009).

⁵ Aquela em que “os resultados escolares do aluno superam o resultado que ele obterá em qualquer outra escola, levando-se em conta o seu nível socioeconômico e cultural e o seu conhecimento prévio” (Ferrão et al., 2001, 114). Sammons, Hillman e Mortimore apud Ferrão et al. (2001) apontam 11 fatores-chave associados às escolas eficazes: liderança profissional, visão e metas compartilhadas pelos agentes educativos, ambiente de aprendizagem, concentração no processo ensino-aprendizagem, ensino estruturado com propósitos claramente definidos, expectativas elevadas, reforço positivo das atitudes, monitoramento do progresso, direitos e deveres dos alunos, parceria família-escola, organização orientada à aprendizagem.

em 176 turmas de 68 escolas pertencentes às redes municipal, privada e federal do Rio de Janeiro.

Para esta análise foi utilizado o modelo de regressão linear, agregando o desempenho dos alunos de cada turma, por meio de testes de leitura, focalizando habilidades básicas de alunos das séries iniciais, aplicado pelo Projeto GERES⁶ nos meses de março e novembro de 2005.

Essa pesquisa apontou uma influência positiva do livro didático. A utilização do livro para o ensino da leitura em turmas participantes da investigação se constituiu num fator de eficácia. A análise dos modelos nas diferentes redes mostra que as turmas que usaram livro didático, aprenderam mais, em média, que as turmas que não utilizaram este recurso. Os professores que decidiram manter a utilização do mesmo livro por mais de dois anos contribuíram para o aumento médio na aprendizagem dos alunos. Nas turmas de escolas municipais, composta por alunos de origem social menos privilegiada, a utilização do livro didático e o investimento no aprimoramento do uso deste livro se constituíram em fatores fortemente correlacionados com o aprendizado.

Carvalho e Lima (2002a) realizaram, em 2001, um estudo de caso que explorou os padrões e os fatores condicionantes dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas. A pesquisa foi realizada em cinco cidades de diferentes regiões brasileiras, com 57 professores do 2º ao 5º ano do ensino fundamental em escolas municipais, estaduais e federais. Mesmo o Guia estando disponível em um número significativo das escolas, cerca de 44% dos professores não o utilizaram ou não responderam este item no questionário da pesquisa.

Nesta investigação foi revelado que instâncias de direção de rede de ensino ou de coordenação pedagógica exercem a função de filtrar, pré-selecionar ou uniformizar em âmbito municipal a seleção dos livros didáticos do PNLD (CARVALHO; LIMA, 2002a, p. 9).

Nesta pesquisa os professores alegaram a não utilização do Guia devido a fatores como deficiência nas resenhas, tempo reduzido e a insegurança para fazer a escolha do livro baseado em resenhas. Sobre o PNLD, os professores desconhecem, ou veem o programa distante da sua realidade, outros apoiam o estabelecimento de um cronograma que permita ações entre a chegada do Guia e a data da escolha.

⁶ Estudo Longitudinal da Geração 2005.

Analisando o PNLD e sua influência sobre os livros didáticos de Matemática, Carvalho e Lima (2002b) constatam que todo o Programa do Livro Didático convergiu para a produção e o aprimorado Guia do Livro.

Baquero e Ribeiro (1985) realizaram um survey educacional, com 120 professores de matemática do ensino médio em escolas particulares, municipais, estaduais e federais de Porto Alegre- RS, em 1982. Esta pesquisa indicou que os professores selecionavam os livros que possuíam gradação de dificuldade na resolução de problema, perguntas orientadoras nas atividades e trabalhos práticos.

Nessa pesquisa de Baquero e Ribeiro, os professores disseram que o conteúdo do livro de Matemática e a variedade de exemplos eram os critérios mais importantes na escolha do livro. Itens como a compreensão do assunto pelo aluno não foram valorizados na hora de fazer a escolha do livro.

Os autores constataram, ainda que, inicialmente, os professores de Matemática valorizaram o critério de ideologia do livro. Posteriormente, foi dada a prioridade ao conteúdo, desvalorizando a ideologia subjacente do livro e mostrando uma ausência de consciência dos aspectos ideológicos do trabalho escolar e dos valores sociais.

Baquero e Ribeiro constataram que o Manual do professor não foi valorizado, mas a resolução de problemas foi indicada como um critério importante. Os autores afirmam um desconhecimento ou descaso por parte dos professores sobre a importância do manual para o trabalho docente. A seleção do manual do professor, segundo essa pesquisa:

destaca-se a ênfase dada às técnicas de ensino e à avaliação, em contraste com o pouco valor atribuído a indicadores referentes às características do aluno e ao conteúdo (BAQUERO; RIBEIRO, 1985, p. 40).

Tendo um olhar crítico sobre essas pesquisas de escolha do livro didático (BAQUERO, RIBEIRO, 1985; CARVALHO; LIMA, 2002a; 2002b; OLIVEIRA, 2007; BASTOS, 2001, 2004) podemos perceber que o desenvolvimento de política pública do livro didático é um forte instrumento para que os professores possam ser educados, a médio e longo prazo, para escolher seus livros didáticos. As secretarias de educação devem desenvolver discussões com os agentes da escolha sobre como escolher um bom livro didático (CARVALHO; LIMA, 2002b).

Justifica-se daí a importância de investigar como é realizada a seleção do material didático no Brasil.

2 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD foi criado em 1985, por iniciativa do governo federal, e se caracteriza por uma política pública que desenvolve um processo de avaliação das obras inscritas. O Programa tem por objetivo promover a aquisição e a distribuição, universal e gratuita, de livros didáticos de qualidade a todos os alunos de escolas públicas brasileiras. E, também, orientar os professores no processo de escolha dos livros que serão utilizados, tendo em vista a proposta pedagógica da escola.

O PNLD foi criado pelo decreto n.º 91.542, de 19 de agosto de 1985, e substituiu o PLIDEF. Para a criação do PNLD, foram considerados três aspectos:

1. Os propósitos de universalização e melhoria do ensino fundamental, contidos no Programa “Educação para Todos”;
2. A necessidade de promover-se a valorização do magistério, inclusive mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático;
3. e o objetivo de reduzir os gastos da família com educação (BRASIL, 1985, p. 1).

Na primeira década do PNLD, de 1985 até 1995, a finalidade do Programa era distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas do ensino fundamental. O MEC, através da FAE, previa desenvolver o Programa com a participação de professores do ensino fundamental, mediante análise e indicação de títulos dos livros a serem adotados. O artigo 2º desta portaria estabelecia:

- § 1º - A seleção far-se-á por escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do país.
§ 2º - Os professores procederão a permanentes avaliações dos livros adotados, de modo a aprimorar o processo de seleção (BRASIL, 1985, p. 1).

A proposta da FAE de seleção final, aquisição e distribuição do livro didático às escolas da rede pública de ensino fundamental estava articulada com as secretarias de educação dos estados, Distrito Federal e territórios, e aos órgãos municipais de ensino, além de associações comunitárias.

O Art. 3º instituía que um requisito para o desenvolvimento do Programa era uma política de adoção de livros reutilizáveis.

- § 1º - Para os efeitos deste artigo, deverá ser considerada a possibilidade da utilização dos livros nos anos subsequentes à sua distribuição, bem como a qualidade técnica do material empregado e o seu acabamento.

§ 2º - A reutilização deverá permitir a progressiva constituição de banco de livros didáticos, estimulando-se seu uso e conservação (BRASIL, 1985, p.1).

Em 30 de outubro de 1985, foi sancionada a portaria n.º 863 com o objetivo de estabelecer os procedimentos da FAE para a execução do PNLD, que tinha a responsabilidade de:

- a) Estabelecer mecanismos que garantam a participação direta de todos os professores regentes e representantes da comunidade escolar, no processo de análise, seleção e indicação de livros didáticos;
- b) Fixar critérios para indicação dos livros didáticos, no que diz respeito ao seu quantitativo por aluno e ao respectivo componente curricular, em função das peculiaridades regionais;
- c) Criar instrumentos que ofereçam ao professor subsídios para análise, seleção, indicação e utilização do livro didático, bem como para a avaliação dos resultados de sua adoção;
- d) Estabelecer as especificações técnicas sobre a qualidade do material, com objetivo de assegurar sua reutilização durante o período mínimo de três anos;
- e) Promover a implantação e implementação do Banco do Livro em todas as escolas públicas ensino fundamental, como repositório do livro didático reutilizável;
- f) Providenciar que o livro didático seja escolhido mediante consenso dos professores, por série/componente curricular;
- g) Selecionar, para aquisição, o livro didático que, entre duas opções indicadas pela escola para cada componente curricular/série, apresentar melhores condições de negociação;
- h) Promover a reposição de exemplares dos títulos indicados, em função de perdas ou expansão de matrículas;
- i) Firmar convênios com Secretarias de Educação dos Estados, Territórios e Distrito Federal, órgãos municipais de educação e associações comunitárias com vistas à fixação de condições, prazos, quantitativos de livros e participação financeira na execução do Programa;
- j) Regulamentar as condições para aquisição de livros indicados pela escola, bem como, de comum acordo com partes convenientes, as datas e os locais para a respectiva entrega (BRASIL, 1985, p. 3).

Nessa fase inicial do PNLD, na década de 80, o Programa previa atividades de acompanhamento e controle do Programa e uma política de conservação dos livros. A FAE apenas avaliava critérios técnicos como a durabilidade, a qualidade do papel, a encadernação e o número de cores utilizadas (CARVALHO; LIMA, 2002b).

A FAE também ficou responsável por acompanhar, junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o desenvolvimento deste Programa, supervisionando e avaliando as atividades, com o intuito de encaminhar os resultados das análises à Secretaria de Ensino Básico.

Nessa fase, havia limitações orçamentárias que restringia a distribuição de livros didáticos até o 5º ano do ensino fundamental. Mas, em 1993,

a Resolução FNDE nº 6 vincula, em julho de 1993, recursos para a aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino, estabelecendo-se, assim, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição do livro didático (BRASIL, 2009c, p.6).

Com o intuito de guardar e preservar a produção intelectual do país registrada em livros, em 1990, foram transferidos para a Biblioteca Nacional as atribuições, o acervo, as receitas e dotações orçamentárias da Fundação Pró-Leitura. A Biblioteca Nacional tem por finalidade promover a difusão do livro, incentivando a criação literária nacional, no país e no exterior.

Em 1992, a Fundação Biblioteca Nacional se tornou o órgão responsável por coordenar, orientar e apoiar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992 – e coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992.

Foi definido, por meio do Plano Decenal de Educação para Todos, de 1993, as diretrizes sobre a melhoria na distribuição e das características físicas do livro didático, com o objetivo de capacitar adequadamente o professor para avaliar e selecionar o livro didático por meio de uma nova política no Brasil.

A partir daí, o MEC, pela Portaria nº 1130, de 6/08/1993, encarregou-se de formar comissões de especialistas para avaliar a qualidade dos livros didáticos de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências mais solicitados no ensino fundamental. Esse grupo de trabalho iria estabelecer novos critérios mínimos para avaliação pedagógica dos livros a serem distribuídos pelo PNLD. Esses critérios de avaliação foram discutidos por longo prazo por meio de mesas redondas com várias comissões de especialistas, autores, editores, representantes de associações (BATISTA, 2001). Os resultados dessas discussões foram publicados no documento oficial que enunciava os primeiros critérios para a avaliação intitulado: **Definição de critérios para a avaliação dos livros didáticos**, em 1994.

No ano de 1995, o Ministério de Estado da Educação e do Desporto autorizou pela portaria nº 1.246, de 4 de outubro de 1995, a FAE a desenvolver um projeto experimental, com um número limitado de escolas, com repasse de recursos diretamente a essas escolas para aquisição de livros didáticos. O MEC, ao desenvolver esse projeto, considerava intensificar o processo de descentralização da aquisição do livro didático no país, visando que a

responsabilidade na escolha do livro didático é do professor e da escola, e observando a necessidade de testar novos procedimentos de escolha e aquisição do livro didático,

Neste projeto experimental, a FAE iria assessorar as secretarias e as escolas neste processo. A FAE também era responsável pela avaliação do novo procedimento, visando à expansão do projeto.

Nessa época, o PNLD tinha um caráter centralizado das avaliações dos livros e os Estados não participavam diretamente no PNLD. Mas o Plano Decenal de Educação para Todos, de 1995, apresentou ao Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) a proposta de descentralização do planejamento e execução do PNLD, e de participação financeira dos Estados (BATISTA, 2001).

Com o objetivo de fortalecer a política pública do livro didático, encarando os desafios da qualidade, ainda em 1995, houve uma série de eventos com editores e autores de livros a fim de discutir critérios de avaliação dos livros didáticos. Inicialmente, foi realizada uma mesa redonda no Seminário Política do Livro Didático – Desafios da Qualidade, sob o tema “Como Melhorar a Escolha do Livro?” O Objetivo da mesa foi colher subsídios para o estabelecimento de uma política de qualidade do livro didático, baseado na construção e implementação de Parâmetros Curriculares Nacionais, que estava em construção na época.

Já em outubro do mesmo ano, o MEC realizou, em São Paulo, o Seminário “Livro Didático: Conteúdo e Processo de Avaliação”, com o objetivo de estabelecer critérios para análise dos livros que constituíram o primeiro Guia do Livro Didático que avaliou os livros de 2ª a 5ª ano do ensino fundamental. No mês de dezembro, houve uma reunião técnica em Brasília para discussão dos critérios de avaliação do livro didático.

Em 20 de dezembro de 1996, é sancionada a Lei nº 9.394, estabelecendo **As Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**, que orientam as escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

Segundo esta lei, no que diz respeito ao direito à educação e do dever de educar, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de alguns aspectos, dentre eles o atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material

didático-escolar. De acordo com a LDB, um dos objetivos dos planos nacionais de educação é elaborar e publicar, sistematicamente, material didático específico e diferenciado para os indígenas, aliado aos recursos financeiros para a aquisição deste material. Para os alunos especiais, é garantido “o acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular” (BRASIL, 1996, p. 17).

Com base nas discussões citadas acima, foi realizada, inicialmente, uma avaliação dos 10 livros mais solicitados pelos professores de diversas áreas. Foram constatados muitos erros grosseiros: nos livros de Matemática, por exemplo, eram encontrados valores monetários desatualizados, inadequações metodológicas, erros na parte de Geometria, o padrão didático era o tradicional com formalismos, havia uma desconexão entre os conteúdos de Matemática e falta de contextualização com o cotidiano (CARVALHO; LIMA, 2002b). A partir daí, a SEF começou a avaliar todos os livros que seriam distribuídos aos alunos do ensino fundamental. Em 1996, iniciou-se o processo da primeira de avaliação pedagógica dos livros inscritos, para o primeiro PNLD, 1997.

Em maio de 1996, o MEC e a Secretaria de Ensino Fundamental (SEF) convocaram as editoras para uma reunião, em São Paulo, com o objetivo divulgar quais os títulos foram excluídos na avaliação, que ocorreu segundo os critérios previamente discutidos com autores e editores. A fase de implantação e consolidação das políticas do PNLD foi caracterizada por uma forte reação das editoras, dos autores e das associações que questionavam a falta de autonomia do professor na escolha do livro didático e a impossibilidade de reformular o livro para aquele PNLD (CARVALHO; LIMA, 2002b).

Para Batista (2001), na década de 90, apesar de não haver uma sequência de dados históricos sobre as relações de dependência do setor editoria para com o PNLD, verifica-se que

o setor editorial brasileiro possui uma forte dependência para com o subsetor de livros didáticos e que este, por sua vez, é dependente das compras efetuadas pelo PNLD (BATISTA, 2001, p.37).

Na medida em que os livros foram sendo avaliados, as editoras procuraram adequar-se às ações do PNLD. Nos primeiros PNLD, se evidenciava uma relação do Estado com o setor editorial Em que

a indústria editorial se encontra numa posição em que pode oferecer relativamente pouca ou nenhuma resistência às ações do PNLD para a renovação dos padrões pedagógicos e editoriais do livro didático (BATISTA, 2001, p. 39).

No PNLD 2000, ocorreu a primeira distribuição de dicionários aos alunos do 2º ao 5º ano ensino fundamental. Neste PNLD, pela primeira vez na história, os alunos receberiam os livros didáticos no ano anterior ao ano letivo de sua utilização.

Em fevereiro de 1997, foi extinta a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), e o FNDE assumiu a responsabilidade da política de execução do PNLD. A partir desse momento, a fim de garantir maior transparência do Programa, o processo de inscrição dos livros passou a ser realizado por meio de editais. O Programa foi ampliado para todos os alunos de 1º ao 9º anos do ensino fundamental público, com a distribuição de livros didáticos de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, História e Geografia.

Até 1997, os critérios de avaliação da coerência metodológica não tinham sido discutidos. Havia uma falta de coerência metodológica entre o manual do professor e o livro do aluno. O livro do professor diferenciava-se do livro do aluno apenas por conter as respostas dos exercícios em cores diferentes (CARVALHO; LIMA, 2002).

Foi realizado, em 1997, o seminário “**Crítérios de Avaliação de Livro Didático de 5ª a 8ª séries**”, a fim de discutir os critérios de avaliação e colher subsídios para a primeira avaliação dos livros didáticos dos 6º ao 9º anos⁷, que seria o PNLD 1999. Até então, não havia ocorrido nenhuma avaliação para o 2º segmento do ensino fundamental. Resultaram, desta discussão, os critérios de avaliação coerência metodológica, que se definem quando:

- (i) explicita a fundamentação teórico-metodológica em que se baseia;
- (ii) apresente coerência entre a fundamentação teórico-metodológica explicitada e aquela de fato concretizada pela proposta pedagógica; no caso de o livro didático recorrer a mais de um modelo didático-metodológico, deve indicar claramente sua articulação;
- (iii) apresente articulação pedagógica entre os diferentes volumes que integram uma coleção didática;
- (iv) contribua para:

⁷ Já ocorreram quatro processos de avaliação dos livros didáticos para as séries finais do Ensino Fundamental: PNLD 1999, PNLD 2002, PNLD 2005 E PNLD 2008.

- o desenvolvimento de capacidades básicas do pensamento autônomo e crítico (como a compreensão, a memorização, a análise, a síntese, a formulação de hipóteses, o planejamento, a argumentação), adequadas ao aprendizado de diferentes objetos de conhecimento;
- a percepção das relações entre o conhecimento e suas funções na sociedade e na vida prática (BRASIL, 2009a, p.30).

Com o intuito de ampliar a Política nacional do Livro Didático, em 28 de abril de 1997, o MEC instituiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola pela Portaria n.º 584. Tal Programa foi estabelecido, principalmente, a partir de

- a necessidade de oferecer aos professores e alunos de ensino fundamental um conjunto de obras literárias e textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, além de obras de referência;
- a importância de apoiar técnica e materialmente os programas de capacitação para docentes que atuam no ensino fundamental (BRASIL, 1997c, p.1).

Cabe observar que esse Programa apresenta as seguintes características:

- a) aquisição de obras de literatura brasileira, textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, e de dicionários, atlas, enciclopédias e outros materiais de apoio e obras de referência;
- b) produção e difusão de materiais destinados a apoiar projetos de capacitação e atualização do professor que atua no ensino fundamental;
- c) apoio e difusão de programas destinados a incentivar o hábito de leitura;
- d) produção e difusão de materiais audiovisuais e de caráter educacional e científico (BRASIL, 1997c, p.1).

Nessa mesma época, as **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental** foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da resolução da Câmara de Educação Básica nº 2, de 7 de abril de 1998. As diretrizes têm o objetivo de orientar as escolas brasileiras nos diversos sistemas de ensino acerca da organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

As **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental** permitiram a criação de uma base comum nacional, com o objetivo de garantir a igualdade de acesso para alunos a uma educação de qualidade legitimada na diversidade nacional. A instituição de uma base comum nacional explicita uma integração entre as áreas de conhecimento da educação fundamental e os vários aspectos da vida cidadã: a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura e as linguagens.

No PNLD 99, foram estabelecidos critérios de coerência, pertinência, correção metodológica e exercício da cidadania. Este PNLD foi caracterizado pela

criação da Comissão Técnica do Livro, composta por representantes da Fundação de Amparo ao Estudante (FAE) e por especialistas de áreas, que avaliam os livros, sob o monitoramento da Secretaria de Ensino Fundamental (SEF).

Em 2000, o MEC instituiu a **Avaliação Pedagógica do Livro Didático**, por meio da portaria nº 82, de 20 de janeiro de 2000, considerando que a finalidade do PNLD é “prover as escolas do ensino fundamental da rede pública, para uso dos educandos, de livros didáticos que abranjam os componentes curriculares de Língua Portuguesa, inclusive Alfabetização, Matemática, Ciências, História e Geografia” (p.2). A cada três anos, os livros didáticos seriam avaliados pedagogicamente, avaliação esta a cargo da Secretaria da Educação Fundamental, que também poderia estabelecer parcerias de cooperação técnica e assistência financeira com o FNDE no sentido de promoção e desenvolvimento do PNLD.

Para a implementação da **Avaliação Pedagógica do Livro Didático**, foi considerada a necessidade de normatizar ações que visassem à melhoria da qualidade da aprendizagem. Esta avaliação obedeceria a princípios e critérios fixados em edital próprio, de acordo com o FNDE e a SEF, que estabeleceriam normas de procedimentos e critérios que norteassem a avaliação pedagógica.

Segundo o Artigo 1º da resolução temos que:

- A Avaliação Pedagógica do Livro Didático terá como objetivo indicar os livros recomendados para aquisição e distribuição pelo PNLD, visando sua utilização nas escolas públicas do ensino fundamental do País.
- Os livros recomendados terão suas resenhas publicadas e divulgadas por meio do Guia de Livros Didáticos, colocados à disposição dos professores das escolas públicas (BRASIL, 2000, p. 1).

Para a avaliação dos livros didáticos, a SEF passou ser assessorada por uma comissão técnica composta por um titular e por professores e especialistas de **reconhecido saber** em todas as áreas do conhecimento, designados pelo Ministro da Educação. A SEF também poderia descentralizar a execução da avaliação pedagógica através de parcerias com instituições públicas ou entidades sem fins lucrativos de reconhecida competência.

Em 9 de janeiro de 2001, o MEC aprova, por meio da Lei no 10.172, o **Plano Nacional de Educação**. A ideia deste Plano surgiu no início do século, na década de 30, por um grupo de educadores da elite intelectual brasileira com um manifesto ao povo e ao governo num documento que ficou conhecido como

Manifesto dos Pioneiros da Educação. A publicação do Manifesto resultou no art. 150 da Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934, que declarava ser competência da União "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos" (BRASIL, 2001b, p. 2).

A partir daí, o Plano Nacional de Educação esteve presente de modo mais ou menos implícito nas constituições brasileiras, com exceção da Carta de 37. O novo documento lançado em 2001 teve como objetivos a elevação global do nível de escolaridade da população, com a inclusão das crianças no ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade.

Essa política visava à melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis: a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência; a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O Plano Nacional de Educação define as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação, as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e a formação e valorização do magistério e dos demais profissionais da educação, em uma década, a partir da sua elaboração em 2001.

- Ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino;
- Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
- Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2001a, p.19).

A partir destas diretrizes e metas os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deveriam elaborar planos decenais com base no Plano Nacional de Educação, de acordo com as necessidades sociais de cada um.

De acordo com Plano Nacional de Educação no ensino fundamental:

além do atendimento pedagógico, a escola tem responsabilidades sociais que extrapolam o simples ensinar, especialmente para crianças carentes. Para garantir um melhor equilíbrio e desempenho dos seus alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social, sobretudo nos Municípios de menor renda, com

procedimentos como renda mínima associada à educação, alimentação escolar, livro didático e transporte escolar (BRASIL, 2001a, p. 18).

O livro didático é considerado umas das formas de proporcionar a equidade e uma das diversas ações que desafiam os sistemas de ensino a elevar a qualidade da educação brasileira:

Apesar do crescimento das matrículas, o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Entre elas, destacam-se a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos professores para o atendimento nas novas escolas especiais, produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar, oferta de transporte escolar adaptado, etc. (BRASIL, 1997b, p 51).

Com o intuito de oferecer melhor infra-estrutura para o ensino fundamental, algumas metas foram estabelecidas compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais. Dentre algumas metas que envolvem a Política do Livro Didático está proposto:

1. Elevar de quatro para cinco o número de livros didáticos oferecidos aos alunos das quatro séries iniciais do ensino fundamental, de forma a cobrir as áreas que compõem as Diretrizes Curriculares do ensino fundamental e os PCNs.
2. Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio;
3. Ampliar progressivamente a oferta de livros didáticos a todos os alunos das quatro séries finais do ensino fundamental, com prioridade para as regiões nas quais o acesso dos alunos ao material escrito seja particularmente deficiente;
4. Tornar disponíveis, dentro de cinco anos, livros didáticos falados, em braille e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de visão sub-normal do ensino fundamental;
5. Estabelecer, em cinco anos, em parceria com as áreas de assistência social e cultura e com organizações não-governamentais, redes municipais ou intermunicipais para tornar disponíveis aos alunos cegos e aos de visão sub-normal livros de literatura falados, em braille e em caracteres ampliados.
6. Adaptar programas do MEC de auxílio ao desenvolvimento da educação, como PNLD de forma a contemplar a especificidade da educação indígena, quer em termos do contingente escolar, quer quanto aos seus objetivos e necessidades, assegurando o fornecimento desses benefícios às escolas.
7. Prover de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor as escolas do ensino fundamental (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2001, p 21, 22.).

O FNDE, por meio do Conselho Deliberativo, na resolução nº 5, de 21 de fevereiro de 2002, regulamentou a destinação e utilização dos livros didáticos do PNLD após o período de sua vida útil, considerando que todas as escolas públicas

do ensino fundamental, as secretarias de educação estaduais e municipais são beneficiários dos livros didáticos por 3 (três) anos. Segundo o FNDE, a entrega dos livros didáticos se processará na forma de doação, sendo responsabilidade do Município manter e conservar em bom estado de uso o bem doado, durante o prazo de 3 anos. Após este prazo, o livro didático passará a integrar, definitivamente, o patrimônio das escolas públicas do ensino fundamental, e/ou das secretarias de educação estaduais e municipais.

O MEC, em 24 de setembro de 2002, aprova, com a portaria nº 2.678, o projeto da grafia braille para a língua portuguesa e recomendar o seu uso e todo o território nacional. Assim, a política de estado de incentivo à leitura vai-se solidificando à medida que amplia o atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Em 09 de outubro de 2003, o governo federal institucionalizou o Programa da Escola Básica Ideal, pela Portaria nº 3.670, com o objetivo de assegurar aos estabelecimentos de ensino básico das redes públicas, infra-estrutura física para garantir condições ideais de ensino e da aprendizagem, materiais didático-pedagógicos de qualidade para escolas, atendendo a alunos e professores, com abrangência nacional para todos os programas geridos pelo MEC, tal como o Programa do Livro Didático.

Em 30 de outubro deste mesmo ano, o MEC institui a Política Nacional do Livro, pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. O governo federal institui as diretrizes gerais da Política Nacional do Livro

- I. uso do livro;
- II. o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III. fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV. estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;
- V. promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI. propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII. competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII. apoiar a livre circulação do livro no País;
- IX. capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;
- X. instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;
- XI. propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

XII. assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (BRASIL, 2003a, p.1).

Também foram traçadas diretrizes para a editoração, a distribuição e a comercialização do livro, prevendo projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura. A lei previu ampliar os programas já existentes em âmbito nacional e implementar ações para difundir o livro, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas.

Na instituição da Política Nacional do Livro, o governo federal propôs algumas ações em âmbito nacional, com o objetivo de ampliar os projetos de acesso e incentivo à leitura.

- I. criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;
- II. estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:
 - a. revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;
 - b. introdução da hora de leitura diária nas escolas;
 - c. exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para bibliotecas escolares.
 - d. instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais.
- III. estabelecer tarifa postal preferencial, reduzida, para o livro brasileiro;
- IV. criar cursos de capacitação do trabalho editorial, gráfico e livreiro em todo o território nacional (BRASIL, 2003c, p.4).

Em 2003, o MEC, por meio do conselho deliberativo do FNDE, aprova a resolução nº 14, de 20 de maio de 2003, que dispõe sobre a execução do processo de avaliação pedagógica das obras didáticas inscritas para o PNLD. Segundo este documento o processo de avaliação pedagógica dos livros teria como objetivos específicos:

- a) zelar para que os livros não expressem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e, ainda, não contenham erros graves nem induzam a erros relativos ao conteúdo de área.
- b) fornecer subsídios que orientem a escolha, pelos professores, de livros de qualidade, que atendam à proposta pedagógica e às peculiaridades de cada escola (BRASIL, 2003c, p 2).

Planejando a ampliação do PNLD para atender alunos portadores de necessidades especiais, por meio da resolução nº 24, de 11 de Julho de 2003, MEC dispõe sobre a execução do processo de editoração e impressão de livros em Braille, por intermédio dos Programas do Livro, previsto para o PNLD 2004.

O FNDE, ao adquirir livros didáticos baseando-se na projeção estatística do censo escolar realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (INEP), estimou que poderia haver uma falta ou sobra de livros. Para este problema, a Resolução/CD/FNDE N.º 30, de 18 de junho de 2004, dispôs sobre a composição e a distribuição da reserva técnica e o remanejamento dos livros distribuídos pelo PNLD centralizado e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que tem o objetivo reforçar os programas de formação e aperfeiçoamento dos professores da rede pública brasileira de educação básica. O gerenciamento dos acervos é feito pelo Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica – Siscort. Nesse caso, as escolas das redes públicas, ao acessar o sítio eletrônico do FNDE, podem verificar a disponibilidade de livros em outras escolas e divulgar possíveis sobras em sua instituição.

No PNLD 2006, foram avaliados e distribuídos dicionários trilingües, com a Língua Brasileira de Sinais, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, aos alunos portadores de deficiência auditiva e que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Entre 1994 e 2005, o PNLD adquiriu, para utilização nos anos letivos de 1995 a 2006, 1,077 bilhão de unidades de livros, distribuídos para uma média anual de 30,8 milhões de alunos matriculados em cerca de 163,7 mil escolas. Em 2006, o PNLD comprou e distribuiu acervos de dicionários para cerca de 764 mil salas de aula de 147,7 mil escolas públicas do ensino fundamental, beneficiando mais de 29,8 milhões de alunos. Foram adquiridos 519 mil acervos - cada um com nove dicionários - para serem utilizados coletivamente pelos alunos de 1ª a 4ª série em sala de aula e 247,3 mil acervos, de sete exemplares cada, para as salas de aula de 5ª a 8ª série. (BRASIL, 2009c, p.8,9).

No ano de 2007, o Ministério da Educação publicou a portaria normativa nº 7, de 5 de abril de 2007, estabelecendo normas de conduta para as instituições participantes do PNLD acerca da execução dos programas do livro didático. O MEC considerou

ser o acesso ao livro um direito constitucional do educando (...) a importância da participação do professor e profissionais da educação no processo de escolha das obras no âmbito dos programas do livro (...) que o processo de escolha deve ser realizado de forma transparente com vistas a assegurar ao aluno o acesso a um material didático de qualidade, que contribua para o seu pleno desenvolvimento e para o exercício da cidadania (...) que, em função das diversidades sociais e culturais que caracterizam a sociedade brasileira, bem como do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a escolha dos livros deve ter como base o conhecimento da realidade do aluno e da proposta pedagógica que norteia o trabalho da escola; (...) a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação das formas de divulgação dos livros (...) (BRASIL, 2007b, p.1).

A participação das instituições no processo de execução dos Programas do Livro tem como requisito a observância das obrigações e proibições. O MEC e as

secretarias de educação deverão promover e apoiar ações voltadas para a formação docente com vistas à escolha e ao uso do livro nas escolas. Já os titulares de direitos autorais dos livros a serem avaliados são proibidos, entre outros, de oferecer vantagens de qualquer espécie a pessoas ou instituições vinculadas ao processo de escolha, realizar pessoalmente a divulgação ou entrega de qualquer material de divulgação dos livros, diretamente nas escolas, e realizar orientação pedagógica nas escolas ou secretarias de educação, após a publicação do resultado da avaliação ou a divulgação dos guias.

Em 2008, podemos considerar alguns aspectos sobre a execução do PNLD:

- As diversidades sociais e culturais que caracterizam a população e a sociedade brasileira, demandando a garantia de oportunidades e a igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola;
- e considerando ser o livro didático um direito constitucional do educando, e ainda a importância da participação do professor no processo de escolha dos livros, em função do conhecimento da realidade do aluno e da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

Desta forma, o PNLD, em 2008, aproximou-se de uma distribuição universalizada de livros didáticos. Nessa resolução, o MEC estabeleceu, no PNLD, algumas competências para as escolas, como:

- inserir e manter atualizados os dados relativos ao alunado e à escola no Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica – Siscort;
- promover ações para conscientização de pais e alunos quanto à necessidade e importância da conservação e da devolução do livro;
- promover ações eficazes para garantir a devolução do livro pelos alunos;
- promover, por meio do Siscort, o remanejamento de todo e qualquer livro ou material didático referente ao Programa, não utilizados pela escola, para atender outras unidades que necessitem de complementação (BRASIL, 2008, p.5).

Com a ampliação do ensino fundamental para 9 anos, baseando-se lei nº 10.172, evidenciando o Plano Nacional de Educação que entrou em vigor em 2001, o PNLD 2010 contemplou a inclusão das crianças a partir dos 6 anos de idade no ensino fundamental. Logo, pela primeira vez na história do PLND, o Guia do Livro Didático traz a avaliação da coleção dos livros de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Livros de Alfabetização Portuguesa e Matemática, Livros Regionais de História e Geografia para os 1º ao 5º anos do ensino fundamental.

De acordo com o documento *Recomendações para uma política do livro didático*⁸, publicado pelo MEC em 2001, as diretrizes que orientam as relações do Estado com o livro escolar são:

- (i) centralização das ações de planejamento, compra e distribuição;
- (ii) utilização exclusiva dos recursos Federais;
- (iii) atuação restrita a compra de livros, sem a participação no campo da produção editorial;
- (iv) escolha do livro pela comunidade escolar;
- (v) a distribuição gratuita do livro para alunos e docentes (BATISTA, 2001, p. 16).

O PNLD de hoje é o resultado de diferentes e sucessivas propostas e ações para definir as relações de Estado com o livro didático. Desde a criação do PNLD foram executadas políticas públicas que deram sustentação à implantação e à ampliação do PNLD. Essas propostas de aperfeiçoamento foram fundamentadas nas políticas do livro que antecederam o PNLD e no fortalecimento do Programa a partir de sua criação em 1985.

Diversas ações contribuíram para o desenvolvimento do PNLD: desde as primeiras estratégias de desenvolvimento da política do livro, em 1929, nas discussões em torno da função do livro didático, nas décadas de 70 e 80, até a implementação e amadurecimento do programa nas décadas de 1990 e 2000.

O PNLD trouxe diversas mudanças, como:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores (BRASIL, 2009b, p.1).

Com o amadurecimento do Programa, desde 1996, os livros são avaliados antes de os professores fazerem a sua escolha. É observada a presença de erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação. Por esses motivos, os livros podem ser excluídos do Guia do Livro Didático.

Para submeter coleções no PNLD para avaliação, as editoras inscrevem seus livros a partir da publicação de edital publicado no Diário Oficial da União. Antes de serem encaminhados aos avaliadores, os livros passam por uma triagem

⁸ O documento *Recomendações para uma política pública de livros didáticos* foi publicado pelo MEC/SEF, mas com a organização de Antônio Augusto Gomes Batista.

técnica para verificar se estes estão de acordo com o edital. Apenas os livros aprovados nesta triagem são encaminhados aos avaliadores. Os livros/coleções aprovados pela comissão de avaliação são divulgados por meio do Guia do Livro Didático.

Até o presente momento, já ocorreram nove processos de avaliação. O quadro a seguir apresenta os anos em que estes processos ocorreram e as séries/anos envolvidas na avaliação.

Tabela 2: Os diversos ciclos do PNLD e o nível escolar da avaliação

PNLD	NÍVEL AVALIADO
PNLD-1997	1ª a 4ª séries
PNLD-1998	1ª a 4ª séries
PNLD-1999	5ª a 8ª séries
PNLD-2000	1ª a 4ª séries
PNLD-2002	5ª a 8ª séries
PNLD-2004	1ª a 4ª séries
PNLD-2005	5ª a 8ª séries
PNLD-2007	1ª a 4ª séries
PNLD-2010	1º ao 5º anos*
PNLD-2011	6º ao 9º anos*

*Considera o Ensino Fundamental de 9 anos.

Observa-se que, no total, ocorreram seis ciclos de avaliação de livros para os anos iniciais do ensino fundamental e quatro voltados para as séries finais. As duas últimas versões do PNLD incorporam a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos. Com isso, o PNLD 2010 avaliou livros do 1º ao 5º ano de escolaridade e o PNLD 2012 – processo ainda não finalizado até esse momento da minha escrita – avalia livros para os alunos do 6º ao 9º ano.

De modo geral, todos os ciclos do PNLD envolvem a contratação de especialistas nas diversas áreas de conhecimento previstas na avaliação. Estes especialistas são responsáveis pela avaliação do livro/coleção. Cada coleção é avaliada por, pelo menos, dois especialistas. No caso de não convergência na avaliação, um terceiro especialista é convidado a analisar os livros.

As resenhas são sínteses avaliativas de cada livro didático analisado, tanto do livro do professor como o do aluno. Cada resenha contém as principais características da coleção especialmente as relacionadas abordagem dos conteúdos, à metodologia de ensino e aprendizagem, e aos aspectos gráficos. São destacados os pontos positivos e negativos observados na avaliação. Há também uma secção intitulada “Em sala de aula” com recomendações e sugestões do uso

de materiais didáticos auxiliares à obra analisada, e alertas aos professores sobre inadequações a serem contornadas no livro.

A primeira etapa do processo avaliativo termina com a publicação do Guia do Livro Didático, que contém as resenhas dos livros/coleções. Este Guia é enviado às escolas cadastradas no censo escolar e, também, disponibilizado na internet, e tem por objetivo principal orientar os professores e as equipes pedagógicas das escolas com relação às escolhas dos livros que serão distribuídos aos alunos. A escolha dos livros compreende a segunda etapa do processo e a distribuição destes aos alunos da escola a terceira etapa.

O Programa considera fundamental o processo de escolha do livro na escola. Portanto, há recomendações para que os docentes se reúnam por área e analisem as resenhas contidas no Guia do Livro Didático, tendo como ponto de partida o Projeto Político Pedagógico da escola e a realidade a qual a mesma está inserida. De acordo com o documento do PNLD, a recomendação é a de que a decisão seja coletiva, consciente e responsável (BRASIL, 2007a). Neste sentido, propõe algumas questões orientadoras, tais como:

- A seleção de conteúdos é adequada?
- A sequência com que são apresentados obedece à progressão da aprendizagem planejada por sua escola?
- O conjunto dos conteúdos, assim como o tratamento didático dado a eles, é adequado para o seu aluno e está de acordo com o currículo da escola?
- A linguagem é acessível para os alunos clara e precisa?
- As atividades ajudam o aluno a entender os textos das lições?
- O livro do professor contribuiu o suficiente para um melhor uso do material? (BRASIL, 2007a, p 16).

Os professores, em cada escola, deverão indicar duas obras escolhidas, especificando a primeira e a segunda opção, pois o FNDE negociará com as editoras o preço dos livros escolhidos. O pedido deverá ser enviado por um formulário virtual. Caso a escola opte por não usar livro didático em uma série ou disciplina, esta informação deverá ser enviada ao FNDE.

O PNLD propõe que a ata da reunião de escolha de livros didáticos e o comprovante registro de escolha feito pela internet sejam divulgados em um local público e de fácil acesso para o conhecimento de toda a comunidade escolar, com objetivo de dar transparência em sua execução.

Concluída a negociação com as editoras para aquisição dos livros, o FNDE firma o contrato e informa os quantitativos e as localidades que receberão os livros. É dado início à produção dos livros, com supervisão dos técnicos do FNDE (BRASIL, 2009b).

No processo de distribuição dos livros, o gerenciamento logístico é um procedimento importante. As secretarias estaduais e o FNDE assinam um termo de compromisso para o acompanhamento e monitoramento da entrega dos livros, podendo intervir no processo de distribuição e remanejamento dos livros. Caso o livro escolhido não chegue à escola ou a quantidade recebida seja insuficiente, deve-se fazer uso da reserva técnica do Estado, que é composta pelos dois livros mais solicitados na escolha de livro didático do ensino fundamental.

Dessa forma, alguns dos objetivos do PNLD de aquisição e distribuição, universal e gratuita, de livros didáticos de qualidade a todos os alunos de escolas públicas podem ser alcançados. Cada aluno recebe, a cada três anos, pelo PNLD, livros das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.

Para Luca e Miranda (2004), a criação do PNLD foi um marco na política em relação aos materiais didáticos. Carvalho e Lima (2002b) afirmam que, com as avaliações os livros melhoraram consideravelmente. Nos livros de Matemática já não há erros conceituais, a Geometria passou a ser valorizada, houve uma melhora na qualidade dos manuais do professor e a teoria dos conjuntos desapareceu dos livros. As mudanças contribuíram para a clareza nos conteúdos básicos a serem desenvolvidos, nos objetivos e nas orientações metodológicas a serem (re)construídas com em sala de aula. Na sequência, são apresentadas e discutidas as características do PNLD 2010.

2.1 PNLD 2010

Em 2009, o edital PNLD 2010 passa a contemplar os cinco primeiros anos de escolaridade, com a inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental. Isso ocorre por necessidade de adequação a uma política de Estado mais ampla.

Para 2009, a aquisição de livros a serem usados por alunos do 1º ao 5º ano em 2010 vai custar R\$ 427,6 milhões, mais R\$ 85,8 milhões referentes à distribuição feita pelos Correios (BRASIL, 2009a, p.9)

Essa inclusão vem do o Plano Nacional de Educação, que propicia a execução de dois objetivos principais:

- oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória;
- assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade (BRASIL, 2004c, p.14).

No PNLD 2010, para o estado do Rio de Janeiro, foi prevista a quantidade de 1.870.615 de alunos beneficiados, por meio de 3.545.791 de exemplares de livros didáticos, com um valor de aquisição 17.487.949,47 (BRASIL, 2009c).

Da mesma forma que os Guias do Livro Didático anteriores, o Guia 2010 não contém só as resenhas. Com o intuito de que a escolha seja bem fundamentada, o documento apresenta reflexões sobre o ensino fundamental de nove anos. O Guia do Livro de Matemática evidencia os critérios que foram utilizados na avaliação das coleções e apresenta a ficha usada pelos avaliadores. O Guia torna-se útil na medida em que contribui para formação continuada dos professores.

O Guia do PNLD 2010 possui uma avaliação dos livros disponíveis com um breve resumo crítico, apontando os pontos positivos e negativos das obras. Este Guia traz uma novidade ao iniciar a adequação do PNLD ao ensino fundamental de nove anos. De acordo com sua fundamentação teórica, a escolha da coleção voltada para os dois primeiros anos do ensino fundamental exigirá particular atenção devido às características e necessidades do aluno de 6 a 8 anos, que está no início de sua alfabetização matemática (BRASIL, 2009b).

O período de discussão e registro da escolha se daria no período de 8 a 28 de junho de 2009. A direção da escola deveria designar um responsável para efetuar o registro da escolha pela internet.

O FNDE enviou para cada escola uma senha e login, numa carta amarela registrada, para acesso ao sistema de registro da escola na internet. Caso os professores, quisessem trocar a opção do livro ou coleção após o envio da escolha, o registro poderia ser alterado dentro do período estabelecido.

Para cada componente curricular, são escolhidas duas opções de coleções diferentes. Com isso, garante-se que caso haja algum problema na negociação da

primeira coleção, o governo federal tem em mãos uma alternativa sugerida pela escola.

No quadro abaixo descrevo os componentes curriculares para o PNLD 2010.

Tabela 3: Componentes curriculares

ANO DE ESCOLARIDADE	TIPO DE OBRA	COMPONENTE CURRICULAR
1º ano	Um livro consumível de cada componente curricular para o ano em questão.	Letramento e alfabetização linguística; alfabetização matemática
2º ano	Um livro consumível de cada componente curricular para o ano em questão. Um livro não-consumível de introdução a conteúdos básicos e elementares de cada componente curricular.	Letramento e alfabetização linguística; Alfabetização matemática. História; Ciências e Geografia.
3º ano	Um livro não-consumível para cada componente curricular para o ano em questão.	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.
4º ano	Um livro não-consumível para cada componente curricular para o ano em questão.	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.
5º ano	Um livro não-consumível para cada componente curricular para o ano em questão.	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia

Fonte: PNLD 2010

As coleções de Matemática são escolhidas de duas formas: para os 1º e 2º anos de escolaridade, e para o 3º ao 5º ano. Para os dois primeiros anos de escolaridade os livros de Língua Portuguesa e de Matemática são consumíveis. Para três últimos anos do primeiro segmento do ensino fundamental, os livros não são consumíveis. Eles deverão ser usados por um período de três anos.

O edital do PNLD 2010, afirma que para escolher as obras:

Os professores, em consenso, com base na análise das resenhas dos títulos contidos no Guia, escolherão as obras a serem utilizadas em sala de aula de acordo com a proposta pedagógica da escola (BRASIL, 2009a, p.9).

Assim, percebemos a importância do professor na escolha do livro, ao discutir coletivamente as resenhas num um momento de formação continuada e desenvolvimento da análise crítica dos docentes.

Caso a escola não desejasse receber livros de um determinado componente curricular, os responsáveis pela escolha deveriam registrar essa decisão no Termo

de Acordo. Se a escola não fizesse a escolha ou não comunicasse que não desejaria receber livros, o MEC enviaria à escola os títulos mais escolhidos pelo Estado ou Município.

No PNLD 2010 foram avaliadas 52 coleções de livros de Matemática, sendo que:

- ❖ 20 aprovados;
- ❖ 32 excluídos.

Segundo Batista (2001), alguns impactos positivos do PNLD verificado ao longo do Programa são a melhor qualidade nos livros, que propicia um ensino de melhor qualidade, um aumento no percentual de livros recomendados, a redução do número de livros excluídos, a inscrição de novos títulos, o surgimento de uma nova geração de autores e editoras e a diversidade dos livros disponíveis para a escolha do professor.

No próximo tópico apresentarei as recomendações para a elaboração e avaliação de livro didático de Matemática que participam do PNLD no Brasil.

2.2 Recomendação para a elaboração e avaliação de livro didático de Matemática

Na organização do livro didático é importante refletir sobre a forma de apresentação dos conteúdos. Atualmente, é proposto que no ensino e na aprendizagem os conhecimentos adquiridos pelo aluno sejam evidenciados a partir de uma identidade.

Para isso, são considerados, na avaliação dos livros didáticos de todas as áreas:

- Correção dos conceitos e informações básicas;
- Coerência e adequação teórico-metodológicas,
- Respeito às especificidades do manual do professor,
- Estrutura editorial e aspectos gráficos-editoriais adequados aos fins a que se propõem as obras, a observância aos preceitos éticos, legais e jurídicos (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 10.639/2003, Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº15/2000, de 04/07/2000, o Parecer CNE/CP nº 003/2004, de 10/03/2004;
- Estrutura editorial e aspectos gráfico-editoriais (BRASIL, 2009a, p 29).

Os princípios e critérios para a avaliação estabelecidos pelo PNLD 2010 para todos os livros destinados aos anos iniciais do ensino fundamental estão estabelecidos na LDB. O edital PNLD 2010 indica que os livros didáticos proponham a construção de uma sociedade cidadã quando:

1. Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
2. Abordar a temática de gênero, da não violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária;
3. Promover a imagem da mulher através do texto escrito, das ilustrações e das atividades dos livros didáticos, reforçando sua visibilidade;
4. Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
5. Promover positivamente a cultura afrobrasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científicos;
6. Abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária (BRASIL, 2009a, p.29).

Os livros de qualquer componente curricular que não obtiverem a observância a qualquer um desses critérios são excluídos na avaliação do PNLD e não compõem o Guia do Livro Didático.

Com relação à avaliação em Matemática, são seguintes critérios são adicionados:

- ✓ correção dos conceitos e das informações básicas;
- ✓ pertinência e adequação didático-metodológica;
- ✓ inclusão do fator construção da cidadania.

Em relação ao critério correção dos conceitos e informações básicas, o MEC indica que a fixação de conceitos errados poderá ser danosa para a utilização da Matemática e todo aprendizado futuro do aluno (BRASIL, 2009a).

Segundo o edital PNLD 2010, alguns exemplos dessas falhas conceituais são:

- As tentativas de definição de elementos primitivos da geometria, tais como ponto, reta e plano;
- A conceituação parcial de perímetro como a soma dos lados de uma figura, o que exclui as figuras que não possuem lados;
- A confusão entre as grandezas comprimento, área e volume e os entes geométricos a que estão associadas;
- A confusão entre um sólido e sua representação em perspectiva, em particular quando estão envolvidas medidas de grandezas nos sólidos ou a noção de simetria;
- O tratamento da porcentagem como um número e não como uma razão entre dois números;

- Erros no uso de recursos didáticos (quadro-valor-de-lugar, ábaco, material dourado) para representação de números no sistema de numeração decimal (BRASIL, 2009a, p. 44).

O livro didático deve ser uma referência para informações precisas e exatas. Ainda que esse instrumento não contenha erros graves, pode induzir o aluno a ideias erradas pela delimitação de um conceito, pela forma como os exemplos são apresentados ou ainda em comentários no livro.

No critério adequação didático-metodológica, as coleções de Matemática devem:

- Concretizar uma escolha pertinente dos conteúdos e uma maneira adequada de sua apresentação;
- Estimular a identificação e a manifestação do conhecimento que o aluno detém;
- Introduzir o conhecimento novo sem se esquecer de estabelecer relações com o que o aluno já sabe;
- Favorecer a mobilização de múltiplas habilidades do aluno, mas se cuide da progressão inerente a esse processo;
- Estimular o desenvolvimento de competências mais complexas tais como análise;
- Síntese, construção de estratégias de resolução de problemas, generalização, entre outras;
- Favorecer a integração e a interpretação dos novos conhecimentos no conjunto sistematizado de saberes (BRASIL, 2009a, p. 45).

Dante (1996) também propõe alguns critérios associados aos aspectos metodológicos na avaliação de livros didáticos.

- adequação à proposta pedagógica;
- motivação à aprendizagem, atendendo a diferentes níveis de habilidades;
- condição de compreensão de conceitos antes das definições;
- formulação de possibilidades de ideias criativas;
- inclusão de assuntos que relacionem com o dia a dia do aluno;
- proposição de problemas abertos, fechados, desafiadores, jogos, que exijam reflexões e questões atuais envolvendo o assunto abordado;
- uso da linguagem usual;
- incentivo à cálculos mentais;
- uso da calculadora;
- utilização excessiva de operações rotineiras;
- disseminação e incentivo à preconceitos e a discriminações (DANTE, 1996, p. 85 - 87)

Para o MEC, o livro didático de Matemática, independente da sua opção metodológica deve atender a dois requisitos: não pode privilegiar uma única metodologia de desenvolver o ensino de Matemática e ser coerente com os preceitos que afirma adotar (BRASIL, 2009a).

Os PCN dão prioridade ao contexto social do aluno, orientando a produção de livros e materiais didáticos, a fim de uma melhor configuração política para o

ensino fundamental (BRASIL, 1998). Este documento incentiva que o livro de Matemática proponha atividades de ensino e de aprendizagem por meio da metodologia de resolução de problemas, que é uma das formas de favorecer a autonomia do aluno. Dante (1996) também aponta a presença do contexto social na elaboração do livro de Matemática das séries iniciais, que, nos temas centrais abordados, "precisam ter significado para o aluno" (DANTE, 1996, p. 84).

Em relação à inclusão do fator construção da cidadania nos livros de Matemática das séries iniciais do ensino fundamental, o edital do PNLD 2010 afirma a importância desse fator para "o desenvolvimento da ética necessária ao convívio social e à construção da cidadania" (BRASIL, 2009a, p.49). Isso significa:

- Não veicular, nos textos e nas ilustrações, preconceitos que levem a discriminações de qualquer tipo;
- Não fazer do livro didático um instrumento de propaganda e doutrinação religiosas;
- Não utilizar o material escolar como veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais;
- Estimular o convívio social e a tolerância, abordando a diversidade da experiência humana com respeito e interesse;
- Promover o desenvolvimento da autonomia de pensamento, do pensamento crítico e da capacidade de argumentar;
- Utilizar conceitos e procedimentos matemáticos para promover a conscientização sobre problemas sociais (BRASIL, 2009a, p.49).

As avaliações dos livros didáticos de Matemática devem levar em conta, além, obviamente dos conteúdos matemáticos, os aspectos psicometodológicos do texto que dizem respeito ao aluno, os aspectos institucionais e culturais, os aspectos gráficos e editoriais e o manual do professor (CARVALHO, 2002a).

Para Silva (1983), a equipe técnica que elabora ou seleciona materiais didáticos devem levar em conta informações como:

- 1º sobre o desenvolvimento cognitivo, percepções, padrões de linguagem das crianças a quem o material se destina, pois eles são elementos básicos para o planejamento e desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças;
- 2º sobre os professores que irão usar o material, o que conhecem, sua formação, experiência. Essas informações permitirão avaliar a adequação do material didático ao trabalho desses profissionais;
- 3º sobre Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, que deverão nortear o trabalho técnico de estabelecer seqüência e ritmos de aprendizagem e repensar a adequação dos materiais às informações obtidas sobre os alunos e professores (SILVA, 1983, p. 100).

O MEC estabelece que o manual do professor deva observar princípios éticos e de cidadania e a estrutura editorial aspectos gráfico-editoriais adequados

aos fins a que se propõem as obras (BRASIL, 2009a). Para Dante (1996), é preciso observar se o manual do professor é coerente com a proposta didático-pedagógica do livro do aluno, avaliar as características físicas do material, com o intuito de verificar se são propícios para a leitura e aprendizado do público alvo e identificar as possibilidades de uma prática docente integradora/interdisciplinar do material didático do profissional de educação matemática.

Podemos observar que alguns fatores relacionados ao livro didático influenciam o ensino-aprendizado da Matemática. O livro selecionado poderá auxiliar o professor no planejamento, na organização e na ministração da aula, por exemplo. Para o aluno, o livro é um instrumento de formação de conhecimentos específicos, de desenvolvimento de competências e de autonomia, dentre outros.

O livro didático de Matemática é considerado adequado pelo Ministério da Educação quando contribui para a aquisição de um saber matemático autônomo e significativo, favorecendo processos de conquista de autonomia no pensar.

2.3 PNLD: problemas e perspectivas

O contexto educacional contemporâneo provocou mudanças na condução do PNLD, devido a muitas demandas sociais. Algumas dessas demandas foram afirmadas em documentos como a LDB, os PCN e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

O PNLD se situa num quadro econômico e social cujas intervenções podem impactar a indústria editorial e a definição de uma política do livro e da leitura no Brasil. Nos últimos PNLD, observou-se um processo de uniformização pedagógica e editorial, repetindo ideias o formato das coleções mais recomendadas no PNLD (BATISTA, 2001).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) consideram, ao propor qualidade ao ensino fundamental, que os materiais didáticos, como o livro,

precisam estar integrados a situações que levem ao exercício da análise e da reflexão, em última instância, a base da atividade matemática (BRASIL, 2007b, p.19).

A política do livro didático tem por objetivo elevar a qualidade do ensino fundamental brasileiro visando o exercício da cidadania. Isto se reflete nas

relações do Programa com o campo escolar, em particular com os professores, atores importantes na operacionalização dos processos de avaliação, escolha e distribuição dos livros didáticos.

Porém, segundo o documento publicado pelo MEC – **Recomendações para uma Política de Livros Didáticos** –, organizado por Batista (2001), há um descompasso entre as expectativas do PNLD e as dos docentes ao concluir que o Guia do Livro Didático não foi um elemento fundamental para esta escolha no PNLD 2001. O autor afirma que a busca por livros de qualidade evidencia uma articulação entre as expectativas do MEC e a dos docentes. Isso acontece porque, o “processo de escolha dos livros didáticos pelos professores, [é] desenvolvido num prazo de tempo extinto e, em geral, sob condições pouco adequadas” (BATISTA, 2001, p 33).

A formação inicial e continuada dos docentes é apontada “como um dos fatores relevantes para a compreensão do referido descompasso” (BATISTA, 2001, p. 33). Para Batista (2001) a formação docente não tem sido adequada para o desenvolvimento de competências básicas para a atuação profissional, e isto tem incidido na qualidade do sistema de ensino. As condições de trabalho do professor também interferem no processo de escolha do livro, pois nem sempre são as ideais.

As dificuldades de operacionalização do PNLD foram percebidas nessa pesquisa, pelo fato da grande variedade de títulos a serem escolhidos pelos docentes dentro de prazos pequenos, exigindo uma sobrecarga de trabalho dos participantes:

Poucas vezes os livros didáticos são diretamente examinados pelos docentes; a escolha tende a se fazer, muitas vezes sem o necessário processo de discussão nas escolas e nas redes públicas de ensino; não se oferecem orientações nem subsídios que auxiliem na realização das escolhas melhor fundamentadas (BATISTA, 2001, p.33).

Uma situação preocupante é o atraso na chegada do Guia do Livro Didático, que acaba comprometendo as escolhas. Muitos professores reclamam do tempo insuficiente para escolherem uma coleção dentre o grande número de títulos, comprometendo o complexo processo de avaliação e muitas escolas recebem livros que não solicitaram (CARVALHO e LIMA, 2002b).

Cassiano (2008), em sua tese de Doutorado intitulada **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**, analisou duas décadas do Programa no Brasil, vinculando a economia e a política do livro didático numa dimensão nacional e internacional com o mercado empresarial. A autora afirma que a opção política do governo brasileiro em universalizar a distribuição do livro didático, vem das orientações do Banco Mundial para países em desenvolvimento. Os documentos que tratam da melhoria da qualidade da educação, oriundos de agências internacionais como o Banco Mundial, indicam a importância do livro na educação “como insumo essencial para o adequado desenvolvimento curricular” (CASSIANO, 2008, p.52). Segundo a autora, citando o Banco Mundial,

os livros didáticos e material de leitura são a chave para a obtenção de resultados pedagógicos em todos os níveis de educação e de capacitação, que por sua vez, são necessários para desenvolver recursos humanos para o desenvolvimento econômico e redução da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 1 apud CASSIANO, 2008).

Paralelo a isso, Cassiano (2008) aponta que a concessão de financiamento do Banco Mundial para os países em desenvolvimento, como o Brasil, privilegia a produção de livros homogeneizados no país. Para Torres (apud CASSIANO, 2008), a elaboração de guias para subsidiar a escolha do livro didático vem do Banco Mundial, e Cassiano ressalta que a intervenção do Banco Mundial pode privilegiar leis de mercado e, a pretexto de gerarem o desenvolvimento, aprofundam, aumentam ou mantêm as desigualdades.

Para essa autora:

A avaliação dos livros didáticos apresentou ganhos para o país, assim como a organização que outras etapas do PNLD foram conquistando em decorrência da consolidação efetiva do programa. Porém, a dita democracia deste programa brasileiro deve ser analisada com ressalvas, ao menos pelos três motivos anteriormente expostos; inicialmente, por ter sido elemento essencial para a implementação de uma reforma curricular num país das proporções do Brasil; em segundo lugar, porque a produção científica, que legitima o programa advém, majoritariamente, de sujeitos envolvidos nas esferas por meio das avaliações de livros adquiridos pelo governo; e, finalmente, o discurso do professor foi silenciado. Quanto a esta última consideração, acreditamos que considerar o descompasso entre a escolha do docente e a avaliação feita pela equipe governamental, majoritariamente, pela malformação do professorado, é por demais reducionista. Uma hipótese a ser levantada seria o fato de que alguns critérios que banalizaram a avaliação, como a metodologia, por exemplo, estaria em descompasso com a metodologia usada pelo docente no seu cotidiano, pois se a reforma vem como ruptura, o docente desenvolve suas práticas num eixo de continuidade (CASSIANO, 2008, p. 224).

A autora questiona a validade das resenhas pelo fato de que a produção bibliográfica sobre o PNLD vem de um grupo formador de opinião: os avaliadores dos livros didáticos. Ela denuncia que alguns trechos do Guia de Livros Didáticos de 2007 o caracterizam como um “roteiro de escolha” (CASSIANO, 2008, p.70). Para Cassiano, nas primeiras avaliações de livros didáticos, “professores optavam por livros que foram mal avaliados pela equipe governamental, e a leitura desse descompasso ateve-se a considerar a mal formação docente como justificativa para tal fato”(CASSIANO, 2008, p. 205). Dessa forma, Cassiano afirma que os professores foram silenciados nesse processo.

Já o documento **Recomendações para uma Política de Livros Didáticos** afirma que o MEC, para minimizar o descompasso apresentado entre as expectativas do PNLD e as dos docentes, deve incentivar a discussão sobre o livro didático nos cursos de licenciatura, apoiar pesquisas sobre o tema e a formação de especialistas, criar grupo de estudos que investiguem os processos de escolha livro didático, buscando a qualidade das escolhas.

Esse documento também propõe ações que auxiliem o professor no processo de seleção do livro didático (BATISTA, 2001, p. 35-36):

- (i) que o PNLD se articule às demais ações propostas pelo Ministério para fortalecimento do trabalho e da formação docente;
- (ii) que o Ministério incentive a atenção ao livro didático nos cursos de licenciatura, apoiando, nas universidades, pesquisas sobre o tema e a formação de especialista;
- (iii) que o Ministério crie um grupo de estudos sobre os processos de escolha de livros didáticos pelos docentes, assim como sobre suas expectativas em relação à qualidade desses livros, de modo a subsidiar o estabelecimento de ações eficazes para redução de seus descompasso entre as expectativas do PNLD e as dos professores;
- (iv) que sejam promovidas ações para subsidiar o processo de escolha do livro didático pelos professores;
 - programas de capacitação para a escolha e os uso do livros didático, destinado aos docentes e técnicos dos sistemas educacionais e desenvolvidos em parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Ensino;
 - elaboração de material específico para ser utilizado durante o processo de escolha e nos programas acima referidos;

- criação de canais de comunicação entre o PNLD, de um lado, e a escola e os professores, de outro, no que diz respeito à escolha e ao uso do livros didático;
 - apoio à formação, pelos municípios, de acervos dos livros didáticos recomendados pelo PNLD, para possibilitar uma escolha fundamentada no Guia de Livros Didáticos, mas também no exame e análise das obras;
- (v) que sejam promovidas alterações no Guia do Livro Didáticos, descrevendo-se mais as obras que dele constam e utilizando-se uma linguagem mais adequada ao professor e suas expectativas;
- (vi) que sejam mantidas, na indicação de livros pela avaliação pedagógica, obras classificadas como recomendadas com ressalva, de modo a não oferecer possibilidades de escolhas distantes das expectativas dos docentes, e que se examine a possibilidade de, paulatinamente, de acordo com os resultados das escolhas docentes, essa categoria de livros deixe de ser indicada;
- (vii) que se realizem articulações entre o PNLD e o PNBE⁹ para, no quadro de uma ampla política do livro e da leitura na escola brasileira (sugerido na secção anterior), fornecer condições adequadas para o desenvolvimento da leitura docente como uma dimensão fundamental de seu processo de formação contínua.

Carvalho e Lima (2002b) propõem um trabalho de formação continuada do professor para a escolha do livro didático, defendendo que, a médio e longo prazos, se obtenham melhorias na escolha e utilização desse artefato. Um bom livro pode contribuir para formação pedagógica continuada no que diz respeito ao que ensinar e como ensinar.

Hofling (2000) considera o PNLD uma unidade autônoma para análise, estando nele próprio contidos os contornos de uma política pública de corte social, como é a política educacional (Hofling, 2000, p. 160). Para autora, a amplitude do programa se caracteriza por buscar uma democratização nas relações desiguais e injustas entre os diferentes grupos no Brasil. Essa é uma estratégia de apoio à política educacional para suprir a demanda do ensino fundamental gratuito e obrigatório.

Na mesma direção que Hofling (2000), Cassiano (2008) considera que o PNLD é uma política adotada pelo Estado para a redemocratização do país, que centraliza, no governo federal, planejamento, avaliação, compra e distribuição gratuita do livro escolar para maioria dos alunos da educação básica no Brasil.

⁹

O PNLD se propõe a garantir aos alunos do ensino fundamental livros de qualidade. Mas isso não é suficiente. Muitas vezes, o professor não adota o livro didático ou não seleciona o livro de forma crítica. Antes de escolher um livro didático, os professores devem levar em conta o projeto pedagógico e curricular da escola, as possibilidades de exploração do saber com o uso coletivo do livro, a infra-estrutura da escola e as condições de um trabalho articulado, possibilitado pela inovação das pesquisas em ensino-aprendizagem.

O papel do professor é fundamental para que o aluno receba um livro de qualidade. Mas o livro e os textos, por si mesmo, não mudam as práticas das pessoas (BATISTA, 2004). Formar de cidadãos para uma sociedade complexa (MORIN, 2007) é um desafio da atual sociedade.

A educação precisa possibilitar a formação de um indivíduo dinâmico, seguro, autoconfiante e criativo. Mas precisamos também ter, ensinando a esses alunos, professores reflexivos, independentes, confiantes e dispostos a ampliar seus conhecimentos (CARRAHER, CARRAHER, SHIELIMANN, 2001).

No próximo capítulo apresentarei dados da pesquisa de campo realizada no município de Nova Iguaçu, cujo objetivo maior foi conhecer os critérios de seleção do livro didático de Matemática.

3 AS ESCOLHAS DE LIVRO DIDÁTICO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA IGUAÇU

O objetivo principal deste capítulo é o de apresentar o resultado das entrevistas realizadas com os professores para conhecer os processos pelos quais eles escolhem os livros didáticos de Matemática que serão usados por seus alunos no período de 2010 a 2012, como determina o PNLD 2010.

Para a melhor compreensão dos procedimentos de escolha, além de entrevistar os docentes que, em princípio, estão diretamente envolvidos nestes processos, ouvimos também as coordenações e diretores das escolas, bem como o responsável pela gestão do Programa do Livro Didático no município. Além disso, observei, em algumas escolas, os professores em processo de escolha, tendo participado de reuniões pedagógicas que trataram desta questão.

O compromisso assumido com a SME de Nova Iguaçu com relação ao sigilo dos respondentes não me permite divulgar o nome das escolas ou dos entrevistados. Então, para deixar claro aos leitores os momentos em que estou me referindo a uma ou outra escola, identifico as 11 escolas que participaram da pesquisa pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L. Na sequência, apresento os depoimentos de cada um dos atores envolvidos no processo. Início com os depoimentos dos responsáveis pelo Programa do livro didático no município de Nova Iguaçu e, na sequência, apresento a fala dos coordenadores e dos diretores das escolas visitadas. Finalizo com os resultados das entrevistas com os professores.

3.1 Entrevistando o gestor do PNLD no município de Nova Iguaçu

Para entender a relação da Secretaria de Educação de Nova Iguaçu com o PNLD, fui conversar com a gestora do Programa no município com o intuito de entender como foi o gerenciamento do processo de escolha do livro de Matemática.

A responsável atual pelo PNLD em Nova Iguaçu havia assumido o cargo há pouco tempo, no dia 17 de junho de 2009, em pleno período de escolha estabelecido pelo FNDE. Este fato ocorreu devido à mudança de cargos na SME de Nova Iguaçu.

Na entrevista, a gestora declarou entender que o gerenciamento “ideal” envolveria um trabalho diretamente com os professores para discutir critérios da escolha do livro nas escolas municipais de Nova Iguaçu. Apesar de a gestora fazer essa afirmação, este trabalho não foi realizado. Para ela, a mudança de responsável no meio de processo dificultou o acompanhamento da escolha de livros nas escolas. Ao assumir o cargo, esta gestora precisou passar por um processo de compreensão do significado do Programa PNLD e da importância da participação docente e do livro didático na qualidade da educação. Descontinuidades desta natureza são constantes na educação brasileira e, certamente, entram o fluxo dos trabalhos.

A gestora declarou ter tido dificuldades para se apropriar do processo de escolha do livro didático. Para se interar do PNLD, ela recorreu às editoras com o objetivo de entender como deveria ser realizada a seleção de livros.

Assim que assumi o cargo, precisei conhecer o que era o Programa. Então aproveitei a oferta de algumas editoras e assisti a palestras sobre o PNLD oferecidas durante o mês de junho. (período destinado às escolhas do livro no município de Nova Iguaçu).

Observa-se, nesta fala, a forte presença de editoras que, com interesse em que seus livros sejam os escolhidos, tentam oferecer certas facilidades aos interessados, influenciando-os. Ressalta-se que os documentos sobre o PNLD são disponibilizados para acesso público no site do MEC. Parece, contudo, que assistir a palestras seja um caminho mais curto de acesso às informações do que ir ao encontro delas por conta própria.

A gestora manifestou a necessidade de um maior contato entre o Governo Federal/FNDE e as secretarias de educação

A gente meio que se mete nas coisas. O PNLD é um processo autônomo da escola, não sabemos qual escola recebeu o Guia do Livro Didático. Falta um pouco de entrosamento das escolas com a Secretaria de Educação: uma capacitação geral, um auxílio para nós entendermos como isso vai ser desenvolvido no município. (Gestora do PNLD).

A afirmação de que o “PNLD é um processo autônomo da escola” refere-se à descentralização do programa – são os docentes, nas escolas, que escolhem os livros. As secretarias de educação são responsáveis pelo acompanhamento desse processo.

De acordo com a Associação Brasileira de Editores de Livros – ABRELIVROS –, a descentralização do PNLD

permitiu às escolas melhor adequação dos materiais didáticos ao seu projeto pedagógico, atendendo às suas necessidades e prioridades, a partir da análise de seus indicadores educacionais (ABRELIVROS, 2003, p. 2).

Para a gestora, os gestores do PNLD desconhecem se o Guia do Livro Didático chegou à escola a tempo de ser usado na escolha. Esse seria um motivo para uma maior aproximação entre o MEC e a Prefeitura. Para ela,

seria bom que tivesse um encontro obrigatório entre a escola e a Secretaria, que fizesse parte do edital do PNLD. Assim poderíamos formar os profissionais que farão parte da escolha. (Gestora do PNLD).

Pelo fato de a Secretaria de Educação de Nova Iguaçu não atuar na formação de professores com relação especificamente à escolha do livro didático, este espaço vazio termina por ser ocupado pelas editoras, que assumem o papel formador.

A formação docente para a escolha ainda está nas mãos das editoras. Elas sempre se antecedem à chegada de materiais do Governo Federal e orientam os professores como eles devem escolher o livro didático. Isso, de certa forma é bom para o processo de escolha, mas esse fator pode ferir a igualdade de propaganda entre as editoras, que assumem a responsabilidade pela formação dos professores para a escolha. (Gestora do PNLD).

A gestora, no comentário acima, alerta para o direito à igualdade de propaganda das editoras, contudo, não aponta para o fato de essa “formação”, certamente, influenciar os professores a escolherem os livros destas editoras.

Com relação ao processo de escolha propriamente, segundo a gestora, a Secretaria de Educação de Nova Iguaçu recomendou a cada escola que a escolha do livro ocorresse de forma coletiva. A proposta era para que os professores se reunissem para discutir qual livro escolher para os alunos daquela escola. Neste

sentido, ela declarou que foi enviado um ofício “simplificado” às escolas contendo as diretrizes e orientações da FNDE.

O envio do ofício foi uma ação ideal para uma escolha participativa e consciente do livro didático. As diretoras das escolas municipais vieram aqui na Secretaria de Educação de Nova Iguaçu buscar uma carta com orientações para o PNLD_2010. (Gestora do PNLD).

Segunda a gestora, o referido ofício continha assuntos acerca da importância do livro didático, e perguntas orientadoras, tais como: (a) o que você vai escolher? (b) Por que você vai escolher esse livro? (c) O que você deve analisar no livro a ser escolhido? E mais, “um passo a passo” para registrar o resultado da escolha dos professores pela internet no *site* da FNDE.

Em uma das escolas que visitei tive acesso ao ofício enviado pela secretaria de educação de Nova Iguaçu. Contrariando a afirmação da gestora, não havia nenhum texto indicando a importância do livro didático, nenhuma recomendação da Secretaria com relação aos critérios para a escolha dos livros e não orientava que a equipe escolar deveria discutir critérios na escolha do livro. O ofício presente na escola continha, apenas, informações sobre os componentes curriculares, o prazo da escolha e as orientações para o registro da escolha no site da FNDE.

A gestora do PNLD afirmou, na entrevista, que acreditava que a escolha do livro didático, na maioria das escolas municipais de Nova Iguaçu, se deu num processo coletivo que envolvia toda equipe escolar.

Na prática, acho que eles discutiram sobre os livros de acordo com as turmas e anos de escolaridade que irão assumir, considerando, certamente, a realidade dos alunos e turmas. Acredito que eles levaram os livros pra casa e, após leitura individual, sentaram e conversaram coletivamente para decidir sobre qual livro escolher. (Gestora do PNLD).

Para ela, havia recomendações explícitas da Secretaria de Educação no sentido de que a direção de cada escola enviasse relatórios que sintetizassem as reuniões sobre a escolha do livro didático. Este relatório deveria conter informações de quem participou da escolha e dos livros preferidos pelos docentes. Na visita à Secretaria de Educação, tive acesso a esses relatórios. Poucas diretoras entregaram o documento que, geralmente, listava os docentes que estiveram presentes às reuniões com tal finalidade e indicava os livros escolhidos.

Para a gestora, após finalização da escolha dos livros pelos docentes, a direção de cada escola deve enviar à Secretaria de Educação, pela internet, os códigos das coleções de livros escolhidas. Para facilitar esta ação, a SME disponibilizou computadores com acesso à internet para os diretores acessarem o site da FNDE e nele registrarem as coleções escolhidas. A justificativa do auxílio às escolas vem da dificuldade de acesso à internet por muitas das escolas da região. Quando isso ocorria, os gestores entravam em contato com a FNDE, via telefone, para informar a dificuldade de cadastrar a escolha.

Quando havia problemas no site, nós, da Secretaria de Educação, ligávamos para a FNDE para informá-los que não estávamos conseguindo cadastrar a escolha. Funcionários da FNDE diziam que estava tudo congestionado: isso não é resposta que se dá para muitas realidades como a nossa, que nem sempre têm internet. (Gestora do PNLD).

Para ela, essa realidade não deve ser única. Então, uma alternativa por ela sugerida é a possibilidade de o cadastramento da escolha ser, também, realizado por carta registrada, além do uso da internet. Desta forma, as escolas que não têm acesso à internet não perderiam a oportunidade de cadastrar as suas escolhas.

Para a gestora, as diretrizes contidas no Plano Municipal de Educação (PME) de Nova Iguaçu devem ser levadas em conta na hora da escolha do livro didático.

O Plano Municipal é a bíblia da educação de Nova Iguaçu. A meta do nosso Município é alfabetizar. Nós temos a alfabetização como uma coisa importante, principalmente porque esse ano de 2009 é ano de Prova Brasil. Em geral no ano de Prova Brasil muito se volta para a alfabetização, porque a ênfase se torna maior. E isso deve ser levado em conta na hora dos professores escolherem o livro didático de Matemática. (Gestora do PNLD).

É interessante perceber, na fala acima, a preocupação com a avaliação externa. A Prova Brasil possibilitou a criação de um indicador da qualidade da educação pública brasileira – o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB) – e apresenta resultados específicos para cada uma das escolas participantes. As escolas precisam alcançar as metas propostas, com atenção especial ao fluxo escolar e à aprendizagem dos alunos.

Como o Plano Municipal de Educação tem metas sobre para a inclusão de estudantes com necessidades especiais (NEEs), a gestora foi questionada sobre a

escolha de livros didáticos em escolas que atendem crianças com NEEs. Ela negou a possibilidade de existir recursos para esses estudantes no PNLD.

Não existem materiais exclusivos para as crianças com NEEs. Quando o aluno com NEEs é inserido na escola, ele se torna aluno da escola como os outros. (Gestora do PNLD)

Nesta fala, percebe-se um desconhecimento por parte da gestora das políticas públicas do livro didático voltados para alunos com NEEs e um equívoco do que seria incluir um aluno com NEEs na escola. Não é possível ignorar que os estudantes com NEEs precisam de acompanhamento e de atividades e materiais diferenciados.

A equipe escolar deve levar em conta as diferentes realidades das escolas de Nova Iguaçu. Por exemplo, uma escola no campo tem interesses diferentes de uma escola de periferia, mas o conteúdo ensinado não pode ser pior, ou melhor. Se os professores conseguem fazer seus alunos acompanharem os conteúdos, isso gera muito mais integração. Há escolas com muito mais ritmo do que outra. (Gestora do PNLD).

O depoimento final da gestora evidencia a preocupação com a qualidade do aprendizado das crianças, mesmo reconhecendo que há diferenças nas realidades das escolas do município. Independente do *ritmo da escola*, a qualidade do ensino deve ser a prioridade das ações de toda equipe escolar, inclusive na escolha do livro didático. Na sequência, apresento os depoimentos dos diretores e coordenadores pedagógicos sobre o processo de escolha do livro didático de Matemática.

3.2 O que dizem os diretores e os coordenadores pedagógicos sobre o processo de escolha do livro didático de Matemática.

Das onze escolas visitadas na pesquisa, em nove, os diretores estavam presentes. Destes, apenas seis diretores concordaram em participar da entrevista. Em algumas escolas, o diretor recomendou que a entrevista ocorresse apenas

com a coordenação pedagógica, dada a especificidade do tema e pelo fato de eles não estarem diretamente envolvidos com essas questões.

Todos os diretores entrevistados afirmaram a importância que deve ser dada ao processo de escolha do livro didático. No entanto, algumas das diretoras por mim entrevistadas fizeram críticas ao livro.

Os livros que a escola costuma receber estão além da capacidade dos alunos: as crianças não conseguem interpretar os problemas. O governo acha que os alunos de escola pública vão conseguir desenvolver as atividades propostas, mas não vão. Na realidade, os livros mais usados são de Português. O livro de Matemática não é usado. (Diretora da Escola L).

A fala desta diretora ilustra a ideia defendida por alguns professores de que deveria haver livros diferenciados para as escolas públicas e para as escolas privadas. Para Carvalho e Sztajn (1997), esta ideia traduz uma visão equivocada e tradicional de que o conhecimento pode ser subdividido em “conhecimentos básicos” e “competências superiores”, partindo-se do princípio de que as “competências superiores” são desenvolvidas a partir do domínio dos “conhecimentos básicos”. Para esses autores,

a “habilidade básica” em Matemática não é mais saber fazer conta e utilizar corretamente as várias unidades de medida. “Habilidades básicas” é saber escolher, entre os conceitos e informações disponíveis, os mais apropriados para a compreensão de uma situação e a solução de seus problemas, sendo capaz de comunicar o que foi feito, bem como interpretar e utilizar os resultados obtidos para tomar decisões (CARVALHO, SZTAJN, 1997, p. 8).

Para a diretora da Escola L, a escolha do livro está fortemente ligada ao uso do livro e às condições das crianças de classes populares. Isto sugere certa contradição com relação à importância do livro como um recurso didático que viabiliza o acesso aos conteúdos escolares, à formação do aluno e ao processo de democratização do ensino.

Os coordenadores pedagógicos¹⁰ apontaram que os professores são os únicos atores do processo de escolha do livro de Matemática. A resposta desses coordenadores indicou uma ausência de sua participação no processo de escolha

¹⁰ Em toda escola municipal de Nova Iguaçu, além dos coordenadores pedagógicos e educacionais, existe o coordenador político pedagógico (CPP), que tem o objetivo de dar suporte à direção, aos professores e aos alunos. Para isso o CPP possui a carga horária de 40 horas semanais e deve estar durante todo o dia na escola. Das 11 escolas visitadas, somente uma contava com a presença do CPP. Foram entrevistados 10 coordenadores pedagógicos de 7 escolas, a saber, as escolas A, C, E, F, G, I e J.

As editoras enviaram os livros e as professoras vão escolher os livros de acordo com a realidade dos alunos nos anos escolares. (Orientadora Educacional da Escola G).

Ao responderem à pergunta sobre quem participa do processo de escolha, a maioria dos diretores informa de imediato que esta tarefa cabe apenas aos professores, e não aos diretores ou coordenadores.

Os que participam do processo de escolha de livro didático são os professores, a coordenação pedagógica e direção se reúnem para estabelecer critérios que os docentes devem utilizar. Mas, na hora da escolha são os professores que decidem. (Diretora da Escola H).

Cheguei a olhar os professores escolhendo, mas não me envolvi, pois isso é coisa de sala de aula. Mas, os professores que têm matrícula em outra escola e fazem dobra aqui não participaram da escolha, pois não são professores desta escola. (Diretora da Escola L).

As falas acima evidenciam dois aspectos a serem considerados. O primeiro, com relação ao (pouco) envolvimento das coordenações pedagógicas com as questões do livro didático. Acredito que uma das funções da coordenação é orientar os docentes em relação ao currículo na escola e o livro é um significativo componente desse currículo. No entanto, parece que, em algumas escolas, estas funções não são bem equacionadas e os professores são responsáveis pela escolha do livro.

O segundo ponto a ser considerado refere-se à questão da dupla jornada docente. A fala da segunda diretora deixa em evidência o fato de professores “que dobram” a carga horária, embora lecionem na escola, a ela não pertencem. E, neste caso, não assumem os compromissos típicos da função docente. Cabe observar que a diretora não permitiu que eu entrevistasse os professores com dupla jornada pelo fato de eles não serem professores da escola.

A diretora da escola L também declarou que o professor de Educação Física não participaria da escolha do livro porque ele não usa livro didático. Ao entrevistar a gestora do PNLD em Nova Iguaçu, e questioná-la sobre essa postura da direção, a gestora afirmou que

O professor de Educação Física deveria participar, se ele quisesse, como integrante do processo educacional. Mas, quem vai liderar o processo de escolha são os professores que usam livro. (Gestora PNLD).

De maneira geral, o processo de escolha do livro didático ocorreu envolvendo professores agrupados por ano de escolaridade e não por ciclo, como recomenda o PNLD. A sugestão contida no Guia do Livro Didático (BRASIL, 2009b) tem por objetivo evitar que professores escolham de forma isolada diferentes livros. A exigência é a de que a escola indique uma única coleção para cada um dos ciclos, isto é, 1º e 2º anos e 3º ao 5º anos (BRASIL, 2009b).

Em relação ao processo de seleção de livro na escola, as respostas das diretoras e das coordenadoras entrevistadas variaram bastante: algumas responderam terem feito reuniões com os docentes para definirem juntos os critérios de escolha; outras não souberam responder se a escola estabeleceu algum critério; e algumas afirmaram não ter realizado nenhuma reunião na escola com esta finalidade

Não temos critérios, não demos nenhuma orientação, cada professor escolhe o seu livro. (Orientadora Pedagógica da Escola G).

As editoras mandaram livros e há duas semanas tivemos duas reuniões para definir os parâmetros de avaliação dos livros. Os critérios foram motivação, a importância do livro didático, a clareza do livro para criança, linguagem adequada, a realidade. Fizemos isso porque tem livro que dificulta a autonomia do aluno devido à linguagem difícil. Na última reunião, os professores fizeram uma defesa do livro que vão escolher. São duas opções para cada professor. A escolha foi o consenso de todo o grupo independente da série. Do 1º ao 5º ano será mesma coleção de Matemática. As editoras enviaram os guias e as professoras usaram esses Guias. (Diretora da Escola I).

Muitos orientadores afirmaram que a Secretaria de Educação não deu nenhuma orientação em relação à escolha do livro e nem dos critérios que deveriam ser usados. Dessa forma algumas escolas entenderam a ausência da Secretaria nesse processo como uma autonomia às escolas, enquanto outras reclamaram dessa ausência.

A presença das editoras na orientação do processo de escolha foi notória¹¹, por meio de cursos que foram oferecidos antes e durante o período.

Algumas editoras fizeram palestras para os professores para explicarem sobre as novidades dos livros. Dei alguma orientação para a escolha do livro: proposta pedagógica de acordo com a realidade do aluno, livros com termos regionais, exercícios bem elaborados, com raciocínio lógico. A partir daí, olhamos os livros de várias editoras. A partir do dia 9, foram feitas exposições, na hora do recreio e a escolha foi dia 10. Os

¹¹ Presenciei uma editora chegando à escola, oferecendo bolsa, livros, brindes no dia da entrevista, dentro do período de escolha.

professores fizeram a opção em 2 horas, pois quem já tinha olhado antes tinha ideia do que iria escolher. Não sei se a escolha de coleções foi diferente para cada ano, ou se foram escolhidas várias editoras ou uma só. Na última escolha em 2007, escolhemos uma coleção, mas quando essa coleção chegou os professores não gostaram do livro escolhido porque era muito contextualizado. (Diretora da Escola J).

Pesquisei sobre o PNLD no site do MEC e lá busquei critérios orientadores às escolhas. Pedi acessoria às editoras pelo site e por telefone. Representantes de várias editoras estiveram aqui na escola para conversar com os professores. A equipe da direção pedagógica também participou destas conversas. (Diretora da escola D).

Em concordância com o discurso dessa diretora, a orientadora educacional da escola I confirmou o envolvimento da equipe escolar no processo de seleção dos livros. Mas, para a ela, não fica claro se o Guia é do governo federal ou das editoras.

O governo federal mandou os guias de editoras. A prefeitura não deu nenhuma orientação, ela deu autonomia para a escola fazer a escolha. Eu participei da escolha do primeiro ano. Olhei como cada tema foi abordado pelo livro e vi se o livro estava de acordo com a classe que a escola atende. Caso a escolha dos livros fosse diferente, os professores deveriam se reunir e decidir. Os livros escolhidos devem ser de uma única coleção. O de Português não foi da mesma editora do de Matemática. (Orientadora Educacional da Escola J).

Mas a orientadora pedagógica da escola I deu uma declaração contrária à da orientadora educacional de sua escola em relação ao filtro de opções.

As editoras enviaram os livros e eles foram expostos por duas horas, em cada dia. Separaram um dia para os professores discutirem aspectos de todas as disciplinas, mas o interesse maior foi pela série em que se está trabalhando. A escolha foi por ano, cada professor no seu turno. Não sei explicar como foi feita a escolha pelas coleções e anos. Mas nós da orientação educacional tivemos que filtrar as opções porque os professores escolheram livros diferentes. (Orientadora Pedagógica da Escola J).

Se os professores fossem esclarecidos sobre a forma como os componentes curriculares deveriam ser selecionados na escolha do livro didático, esse processo poderia se transformar num momento educativo (SILVA, 1983, p.101).

Perguntadas sobre a relação entre a proposta pedagógica da escola e o processo de escolha do livro didático de Matemática, algumas coordenadoras responderam que o Projeto Político-pedagógico era a inspiração para se elaborar os critérios para a seleção do livro didático, embora nenhuma delas tenha demonstrado segurança nesta relação. Para outras coordenadoras, não existe livro

didático de acordo com o PPP da escola e, por isso, o PPP não foi levado em conta na hora de escolher o livro. A fala abaixo ilustra uma destas posições.

O PPP será usado na escolha. A escola está enfatizando o Português, mas está deixando de lado a Matemática. A escola é um refúgio por causa das desigualdades sociais, a pobreza em que os alunos vivem. Os alunos vivem em um mundinho no bairro deles e queremos mudar a mente deles. Para isso, os professores deveriam ser mais dedicados, cobrar mais dos alunos. (coordenadora Pedagógica da Escola A).

Presenciei, em algumas escolas, a equipe pedagógica substituir a escolha dos livros feita pelos professores por não concordar com a indicação feita por eles, sem consultá-los sobre esta ação. A justificativa da responsável em informar ao MEC o título dos livros era que os professores não usariam aqueles livros, por isso decidiu substituir a indicação.

A escolha vai ser rápida, mais ou menos 10 minutos. Vamos escolher por ano. Os professores da manhã e tarde vão fazer a escolha, e nós, coordenação pedagógica, vamos verificar se há consenso. Nós vamos nos reunir para fechar a escolha caso a escolha da manhã e da tarde não seja a mesma. Caso nós da coordenação pedagógica não entrarmos em consenso, eu vou definir o livro a ser escolhido. Vou ouvir os prós e os contras das outras pedagogas. Nós demos a oportunidades para os professores verem os livros. (Orientadora Pedagógica da Escola J).

Teve uma escolha de manhã e outra de tarde. Se as escolhas não baterem a orientação pedagógica que vai escolher o livro. (Orientadora Pedagógica da Escola I).

Os livros foram expostos para manuseio e observação do conteúdo. Não sei se a escolha da manhã foi a mesma da tarde. (Diretora da Escola L).

Pela manhã foi feita uma escolha, e de tarde outra. O desempate da escolha das coleções será pela votação da coordenação pedagógica. (Coordenador Político Pedagógico da Escola J).

Se a escolha da manhã foi uma e da tarde foi outra, isso gerou um problema no momento de enviar o pedido das coleções pela internet. A mesma pergunta foi feita por mim em várias escolas, onde encontrei a mesma situação. Na sequência, apresento as falas dos professores sobre suas escolhas no processo de seleção do livro didático do PNLD 2010.

3.3 Os professores e a escolha de livros didáticos

Dentre os 82 professores entrevistados, apenas 15 afirmaram conhecer o Guia do Livro Didático, o que corresponde a 18,2%. Dos 15 professores que conheciam o Guia, 6 o conheciam de outro município, 2 por buscas na internet, 2 por suas atuações na escolha do livro em outras escolas no município de Nova Iguaçu e 5 não souberam responder o local onde viram o Guia. Nenhum dos professores que conhecia o Guia afirmou tê-lo visto naquela escola.

Nenhum dos professores da amostra usou o Guia como instrumento de escolha dos livros no PNLD 2010. A justificativa para a não utilização do Guia foi a falta de acesso ao material. Das 11 escolas visitadas, o Guia estava disponível em apenas 3 escolas (A, F e G). Nessas 3 escolas, os professores não sabiam o que era o Guia e não tiveram acesso a ele. Todos os professores preferiram manusear os livros na escolha do livro de Matemática no PNLD_2010.

Conheço o Guia. Ele é completo e traz todas as opções. Mas ele é só um complemento. (Maísa, 5º ano, Escola D).

Conheço o Guia por outro município. Lá o Guia chega e fica na sala de leitura. Como aqui não tem sala de leitura, o material não é divulgado. O Guia do Livro Didático deve ficar em algum canto da escola. Aqui em nova Iguaçu não recebemos nem Guia de editora. (Rita, 3º ano, Escola G).

Olhei o Guia do Livro Didático no site. Gostei do Guia, mas o bom mesmo é olhar o livro e ver o que os autores fizeram. Se o Guia estivesse na escola, ainda assim, eu iria olhar os livros porque eu vejo as figuras, para observar se é funcional. O guia diz o que o livro tem e não especifica. (Alice, 4º ano, Escola C).

De acordo com o último depoimento acima (Alice), ao mesmo tempo que diz conhecer o Guia, ela indica um desconhecimento desse documento ao afirmar que ele não mostra as diversificações e especificações de cada livro.

No geral, os professores não fizeram críticas aos Guias de editoras. O que me pareceu, foi que ele foi a única fonte de consulta dos professores para a escolha do livro didático.

Não tive acesso ao Guia do Livro Didático. Conheço os Guias das editoras, porque olhei pela internet. O Guia das editoras é mais explicado, ilustrativo. Já o Guia do Livro Didático é cansativo porque não mostra as diversificações do material de cada livro. O Guia do Livro Didático é como comprar no Avon. (Elaine, 5º ano, Escola B).

Olhei no Guia de editora do livro que eu escolhi e gostei muito. Não conheço o Guia do Governo e não sei se ele está na escola. (Clara, 3º ano, Escola I).

Para a professora Elaine, o Guia não é um instrumento auxiliar para o professor e seu intuito é fazer propagandas de editoras. A professora Clara afirma que prefere o Guia de editoras, apesar de não conhecer o Guia do Livro.

No geral, os 81,8% dos professores que não sabiam da existência do Guia do Livro se mostraram interessados ao saber da existência desse documento que os auxiliaria na escolha.

Os poucos professores que fizeram crítica aos Guias de editoras também rejeitaram a ideia de haver um Guia do Livro Didático. A justificativa para essa afirmação é que *o problema dos Guias é vender uma coisa e por dentro o livro pode ser diferente* (Suzana, 5º ano, Escola C).

O Guia pode ter uma opinião diferente do pensamento do professor. Quando os livros são expostos para os professores pode favorecer um ambiente propício à autonomia docente e não há uma limitação pelo uso do Guia, que nunca chega ou chega atrasado. (Diana, 1º ano, Escola A).

O discurso dos professores evidencia uma lógica de mercado na função dos Guias de editoras, e associa essa ideia ao Guia do Livro. Os professores que não conheciam o Guia do Livro Didático o relacionavam à função propagandista, e não à avaliação dos livros e à formação continuada.

Não sou fã de Guia, pois a maneira que o livro é descrito no Guia pode de induzir a te vender uma escolha de algo que não tem no livro. (Monica, 5º ano, Escola A).

Apesar de eu não conhecer o Guia, acho que a escolha usando só o Guia é limitada. As editoras nos convidaram para dar orientações nos eventos, e para a escolha usei catálogo de editora. Acredito que para elaborar o Guia. O pesquisador analisa o livro todo. Mas são os professores que sabem especificamente a necessidade da escola. Os autores do Guia podem conhecer o livro, entendendo o seu conteúdo. Mas o livro avaliado pode ser bom para o governo e para o pesquisador, que são pessoas capazes e letradas, mas pode não ser bom para os alunos e professores das escolas. A realidade para o pesquisador é uma, a da escola é outra. E a realidade desta escola é específica. (Maura, 2º ano, Escola A).

O Guia do Livro Didático, na opinião dos professores, é uma recomendação do Ministério da Educação. Para os docentes, o Guia indica “o que seria uma escolha ideal”. Mas o recurso realidade do aluno viria para justificar uma escolha não baseada nas orientações governamentais – 81,8% dos professores

entrevistados desconhecem o Guia do Livro Didático e, portanto, não usaram este instrumento para orientar as suas escolhas.

Apesar do desconhecimento do documento do MEC, uma professora da escola A afirmou que é interessante ver o que os especialistas dizem no Guia do Livro, porque eles têm mais experiência.

É bom ver a opinião do Guia, mas ao olhar o livro dá pra ver se ele é adequado. O guia não tira autonomia do professor. É importante ver a opinião dos autores do Guia, que tem mais experiência. (Juliana, 2º ano, Escola A).

Já a professora Geisa, da mesma escola, pensa de forma diferente. Mesmo com o desconhecimento do Guia, ela rejeita as orientações e ações do MEC para a escolha do livro.

Não tive contato com o Guia do Livro. Mas, mesmo assim, não posso me respaldar nele. O Guia é feito para uma coisa nacional e não local. É melhor olhar no livro. Olhar no Guia é como fazer uma compra pela internet, sem segurança do produto que vamos comprar. (Geisa, 4º ano, Escola A).

Pela fala de muitos dos professores entrevistados, a escolha baseada no Guia não atenderia as reais necessidades da escola. A professora Iris, do 2º ano, da escola C declara,

Já ouvi falar do Guia do livro, mas não peguei. Ouvi falar dele em outro município. Se o Governo Federal quisesse que os professores conhecessem o Guia do Livro, enviaria o Guia para a casa do professor, pois nós não temos tempo de olhar o Guia na Internet.

Os professores, em geral, não manifestaram resistência às orientações governamentais, apesar de a carta de ofício, enviada pelos gestores do PNLD, não ter sido divulgada entre os professores.

Em pesquisa realizada por Batista (2004), com professores envolvidos na escolha de livros didáticos no PNLD 2001, houve unanimidade com relação à importância de se ter contato direto com o livro no processo de escolha. No entanto eles consideraram uma ameaça à autonomia docente a influência das editoras no processo de escolha no PNLD 2001.

Diferentemente dos dados obtidos por Batista, os professores de Nova Iguaçu não consideraram a presença das editoras nas escolas uma ameaça às suas autonomias de escolha. Na mesma direção da pesquisa de Batista (2001), os

docentes de Nova Iguaçu também tendem a valorizar uma relação direta com o livro.

Apesar da valorização do contato com o livro, alguns docentes da amostra afirmaram que não conseguem fazer uma análise detalhada dos livros na hora da escolha. Nas visitas às escolas, constatei que a avaliação dos livros foi superficial.

Escolhi o livro olhando rapidamente. Não deu para ler o livro todo, porque tinha muito livro. Não pensei na infraestrutura da escola, pensei no aluno. O conteúdo do livro é o mais importante. Não gosto de livro com textos longos e a escolha foi a da realidade do município: a prioridade são atividades objetivas, em que eles vão fazer sem muita dificuldade. (Gabriela, 2º ano, Escola B).

Os professores escolheram o livro folheando algumas páginas, num tempo inferior a 1 hora. Segundo a orientadora da escola J, a avaliação dos livros iria durar aproximadamente 10 minutos.

3.3.1 A escolha do livro didático de Matemática

Todos os professores declararam que o processo de escolha do livro de Matemática se deu coletivamente entre os professores do 1º ao 2º ano. Com relação aos professores do 3º ao 5º anos, as escolhas ocorreram com os docentes subdivididos de acordo com o ano em que atuam. Como mencionado acima, na maioria das escolas, a coordenação pedagógica acabou por definir a coleção de Matemática do PNLD 2010.

Durante as visitas, foi constatada a dificuldade da equipe escolar de cadastrar os códigos das coleções dos componentes curriculares do PNLD 2010. As escolhas, em geral, foram por ano, mas, no formulário para ser enviado pela internet, havia a recomendação de que escolha deveria ser de acordo com o ciclo (1º e 2º ano; 3º ao 5º anos). Este descompasso pode ser um dos responsáveis para o livro escolhido não ser o que chega às escolas, como costumam afirmar os professores em tom de críticas ao Programa.

Em algumas escolas, os professores fizeram menção à diferença de um livro escolhido para a escola pública e para a particular.

É ridículo que as editora editam dois tipos de livros diferentes: um para escola pública e outro para a escola particular. O livro da escola particular é mais tradicional, com textos expositivos, exercícios e com a tabuada de forma descarada. O da escola pública é muito contextualizado, por isso as crianças não aprendem. (Diana, 1º ano, Escola A).

No PNL D 2007, escolhi um livro que meu filho usava na escola particular. Mas o livro que veio pra escola municipal é diferente do que foi enviado na hora da escolha. O livro que vem pro município é bem mais fraco. Na particular, o conteúdo é forte, tem mais exercícios, que são bem formulados. Na pública, é muito texto, pouco exercício e não há uma sequência lógica. É muito louco!! O livro dos meus filhos é mais colorido, sem muitas figuras e com mais exercícios. Os livros da particular e da pública têm o mesmo título, mesma editora, mas o conteúdo é diferente para as duas escolas. (Helena, 5º ano, Escola I).

Outra justificativa apresentada pelos professores para uma escolha diferente de livros das escolas pública e particular foi a realidade da turma e o apoio dado aos alunos pelos pais no uso do livro.

Na escolha vejo se o conteúdo confere com a realidade da turma. A realidade da escola municipal é diferente da particular, mas esta escola tem muitos recursos, dá para o trabalho render. (Bárbara, Educação Infantil, Escola D).

Aqui não é a mesma coisa da escola particular em que os pais auxiliam. Aqui o aluno só tem ajuda na escola. E se eu precisar tirar dúvidas de todos com um livro muito difícil, eles podem até entender, mas compreender... (Cíntia, 4º ano, Escola L).

O manual do professor não foi citado por nenhum docente durante as entrevistas. Nas escolas em que pude assistir à escolha, os professores folhearam apenas o livro do aluno. Apenas uma docente indicou que achava importante o livro apresentar orientações para os professores. De maneira geral, as sugestões de leituras complementares, o glossário e as indicações bibliográficas de pesquisas para alunos e professores não foram critérios usado pelos docentes para escolherem um livro.

Para os professores, o Projeto Político Pedagógico (PPP) não foi indicado como critério importante para a escolha do livro, diferentemente do que ocorre com os coordenadores, que indicaram o que PPP deveria ser um critério na escolha do livro didático de Matemática. Alguns chegaram a comentar que a escolha visava ao ano de 2010 e o PPP vigente referia-se a 2009 e, por isso, não havia como pensar no PPP da escola na escolha do livro.

Não tem como relacionar com o PPP da escola com livro, pois o plano de curso dos próximos 3 anos ainda será elaborado. Quando livro chegar ele se adapta ao PPP. (Cíntia, 3º ano, Escola A).

Nenhum professor escolheu o livro de Matemática afirmando basear-se diretamente nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais ou numa proposta curricular de grande escala. Porém o fato de a Prova Brasil ocorrer no mesmo ano da escolha do livro fez com que alguns professores procurassem livros de Matemática com questões de prova para preparar os alunos para essa avaliação.

Em relação ao conhecimento de um livro ou autor, apenas três docentes entrevistados declararam que observavam esta categoria na escolha do livro didático. A maioria dos docentes entrevistados manifestou interesse em conhecer novos lançamentos. Percebe-se um interesse dos professores em diversificar o seu trabalho, trazendo autores novos, com diferentes propostas de trabalho.

De modo geral, os professores de Nova Iguaçu informaram fazer uso de diferentes critérios na escolha do livro didático de Matemática, tais como: a realidade do aluno e da escola; contextualização do livro de Matemática; aproximações com o livro de Língua Portuguesa; o Programa da prefeitura, a Prova Brasil, os exercícios e o conteúdo dos livros. Na sequência, discuto cada um desses critérios, trazendo a opinião dos docentes.

3.3.2 A realidade do aluno

A palavra realidade é um termo “plural”. Ela pode representar tudo o que existe, mas também apresenta a perspectiva de mundo que construímos, na medida em que o homem é “o construtor da realidade” (DUARTE JUNIOR, 2007).

Cada escola possui uma realidade específica que incorpora os diferentes “olhares” presentes no cotidiano da unidade escolar (GANZELI, 2002). Essas considerações indicam a escola como uma “importante fonte para a compreensão das realidades vividas e sofridas pela grande maioria das populações mais privilegiadas econômica, social e culturalmente” (MARIN, 1998, p.1). Marin aponta alguns desafios a serem enfrentados pela sociedade segundo a análise das realidades escolares:

- fragilidade, rigidez e restrição nos procedimentos e recursos didáticos, com destaque para a escolha e a utilização do livro didático;
- dificuldade dos professores em relacionar-se conscientemente com os pressupostos ético-políticos, epistemológicos, didáticos, psicológicos, linguísticos subjacentes ao seu trabalho;
- fragmentação, impropriedade e/ou insuficiência de domínio dos conteúdos escolares pelos professores que se manifestam na inadequação de sua seleção, sequenciação e desenvolvimento;
- dificuldades enfrentadas pelos professores no trabalho com recepção e produção de textos;
- dificuldades na utilização da linguagem oral enquanto expressão do conteúdo de ensino, da organização do conhecimento e como instrumento de melhoria de habilidades de pensamento;
- inexistência de trabalho coletivo na escola, agravada pela falta de convivência profissional entre os professores;
- inadequação da avaliação do trabalho docente e do rendimento escolar;
- inalteração nos baixos níveis de aproveitamento escolar dos alunos;
- caráter reversível das aprendizagens escolares;
- conflitos e dilemas enfrentados pelos professores no que se refere à relação entre seu saber fazer e as características dos alunos "fracos" e/ou das camadas populares;
- indisciplina na sala de aula;
- dificuldades no processo de reflexão e raciocínio dos professores e seus desdobramentos para a concretização das práticas educativas;
- falta de percepção e exercício de autonomia da escola e seus professores, que implica ficar à mercê da descontinuidade das ações oriundas dos órgãos centrais de administração escolar;
- referencial restrito dos professores em relação a experiências bem-sucedidas, sejam de ensino, sejam de escolas;
- desmotivação geral dos professores, agravada pela rotatividade e intinerância do staff da escola e alto índice de absenteísmo (MARIN, 1998, p.4).

A realidade das escolas acaba por contribuir para a ineficácia do sistema escolar, que é caracterizado, em nosso país, pelos altos índices de repetência e evasão (SILVA, 2009; ALVES, ORTIGÃO ; FRANCO, 2007; LEON; MENEZES-FILHO, 2002; MARIN, 1998). Há autores que indicam que a escolha do livro didático deve levar em conta

a realidade escolar do educando a percepção da matemática como conhecimento necessário para compreensão do mundo, leitura e interpretação da realidade, e ainda, ferramenta útil nas situações da vida social e profissional (PEREIRA; NEHRING, 2009, p. 1).

Nas visitas às escolas municipais de Nova Iguaçu, o aspecto mais citado pelos professores na escolha do livro de Matemática foi a realidade do aluno. Os professores, em geral, disseram que os livros didáticos de Matemática usam termos difíceis e afirmaram que a dificuldade dos alunos em acompanharem o livro de sua série é um agravante para usar este instrumento.

Olhei a realidade. Não adianta o livro do 2º ano ter multiplicação até 10, pois os alunos não acompanham. Nesta turma tenho quatro pais analfabetos. Os pais que não têm formação não conseguem ajudar os filhos. Então procuro um livro em que o aluno faça o dever sozinho. A escola não tem Xerox, a infraestrutura é baixa. (Iris¹², 2º ano, Escola C).

Busco um livro que não tenha exercícios extensos e repetitivos. Priorizo, na hora de ensinar, quem está acompanhando as atividades em vez de parar para explicar. Há alunos que não conseguem acompanhar a turma, que está avançada. O problema social influencia no aprendizado, afetividade, eles pedem carinho. Sou uma professora pra atender 40 crianças. Não posso reter nas séries iniciais. Os pais são analfabetos... É um sistema que força os professores a passarem. Tudo é número, é política pública, é política pedagógica. Se eu ensinar ao aluno $2+2=4$, ok. Mas, quando a questão é interpretar... (Rosana, 5º ano, Escola C).

Nessa última fala, podemos observar que a professora compreende que a dificuldade de aprendizagem dos alunos não se limita à escolha de um bom livro. Para ela, o problema social influencia na aprendizagem das crianças. Observa-se, ainda, a pouca preocupação da professora com os alunos que não conseguem acompanhar o grupo.

A dificuldade dos alunos interpretarem o que está escrito no livro é um dos fatores que desfavorecem a escolha de um livro com informações diversas. Para os professores, os livros oferecidos pelo MEC não estão de acordo com o nível dos alunos.

Tenho que levar em conta que 98% da turma leem e interpretam e só 2 alunos não sabem ler. Os pais não cobram. É cada um por si e Deus por todos. Os alunos precisam se conscientizar; devem querer aprender por si só. Trabalho probleminhas, mas os alunos ainda não estão sabendo resolver, não estão nessa fase. Os alunos que não leem estão sendo alfabetizados em horários avulsos, na hora da recreação. Os que não sabem ler ficam sem fazer a recreação. (Graça, 2º ano, Escola H).

Escolho o livro dentro da realidade. Geralmente os livros não estão de acordo com a realidade, eles trazem muita informação que a criança não está a par. Então o professor tem que simplificar e pular as informações. A linguagem dos livros é muito difícil para os alunos. A criança costuma chegar ao 4º ano sem saber ler, logo consigo trabalhar poucos textos. (Carmen, 4º ano, Escola E).

O livro da última escolha é fora da realidade, com conteúdo acima do nível dos alunos, muito além dos alunos. Falta um livro que esteja adaptado para o aluno, com o conteúdo sistematizado. Faltam exercícios para o perfil da rede, nossos alunos têm muitas deficiências. Não uso livro porque os alunos não conseguem acompanhar o livro. Os conteúdos são enrolados, tudo muito misturado, não é separadinho. O problema não está

¹² Os alunos da sala de Iris ficam em roda, mas 6 alunos ficam em fileira no meio da roda. Segundo a professora, isso ocorre porque esses alunos têm problemas de aprendizagem. No dia da visita, 5 alunos ficaram sem recreio.

no livro, está na nossa realidade. Escolhi o livro menos ruim, os livros são todos uniformes. Os livros oferecidos para a nossa escolha não atende ao “gosto” dos professores. Queríamos um livro com o conteúdo mais próximo da realidade do aluno. Este que usamos é bem contextualizado. Seria um livro excelente para quem tivesse ferramentas para usar. Mas, pretendo usar o livro que eu escolhi. (Glória, 5º ano, Escola I).

Para a maioria dos professores, o nível dos conteúdos propostos nos livros do PNLD está acima da capacidade dos alunos. Os professores, em geral, afirmam ser necessário um livro com o conteúdo mais objetivo, que leve em conta as dificuldades que os estudantes carregam de séries anteriores. Devem propor trabalhos com materiais concretos e com pouco texto, porque os alunos não leem. Nos depoimentos dos professores sobre a realidade do aluno, os docentes não relacionam a precária infraestrutura da escola com o pouco aprendizado escolar das crianças.

Para a escolha, analiso que somente 10% da turma leem. Nas aulas passo atividades mais objetivas e problemas desenhados, para eles interpretarem visualmente. Eu leio os problemas para os alunos, mas são poucos os que conseguem fazer sozinhos as atividades. (Clara, 3º ano, Escola I).

No geral, os livros estão além do que os alunos são capazes de fazer. Os livros são de difícil compreensão para os alunos. Por exemplo, as atividades com algum grau de dificuldade, uns fazem e outros não. (Cássia, 2º ano, Escola B).

Busquei um livro de acordo com a realidade da escola, um livro que os alunos alcancem, porque o nível dos livros está muito difícil. A maioria dos livros está difícil deles alcançarem. Não adianta ter um livro que o professor dá a resposta, ou fica empoeirado, sem uso. Atualmente não estou usando livro, pois não tem livro na escola. Vou pesquisando no material de casa. Já a infraestrutura da escola não influencia muito, porque os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupo. (Cíntia, 4º ano, Escola L).

Outra questão relacionada à realidade do aluno foi a opção de um livro com uma linguagem clara para que os alunos pudessem entender a proposta do livro, apesar de todos os professores afirmarem que o livro não pode ou deve ser usado por completo.

O tipo de dever de casa planejado pelos professores também influencia na escolha do livro. Para os professores, o dever de casa deve ser do tipo “mamão com açúcar, para o aluno fazer sozinho, pois a maioria dos pais não acompanha os filhos” (Diná, 4º ano, Escola C).

O livro deve ter pouco texto. O aluno tem dificuldade de fazer o exercício em casa, pois os pais não conseguem ajudar devido à falta de cultura em casa. (Beatriz, 4º ano, Escola D).

Geralmente os livros exigem um perfil de aluno que não existe. O livro de Matemática deveria mostrar a realidade da criança, o dia a dia da criança, com uma linguagem mais simples. Existe uma defasagem entre o livro e a realidade da criança. Tipo, o livro do 3º ano deveria ser usado no 4º ano. (Rita, 3º ano, Escola G).

Somente uma professora da amostra afirmou que os pais dos alunos acompanhavam seus filhos e isso dava um bom resultado no seu trabalho:

Para a escolha, vejo que os pais dos meus alunos participam, todos os alunos fazem dever de casa, os pais compram jogos, eles colaboram. (Hebe, 1º ano, Escola G).

A quantidade dos livros que chega à escola é um problema apontado por alguns docentes que afirmam ser o número de livros que chegam às escolas insuficiente para a quantidade de alunos, e esse fator atrapalha a condução da aula.

Escolho o livro de Matemática de acordo com a realidade, contextualizado, com subtrações, com tabelas e outras situações. O livro escolhido vem na quantidade do ano da escolha, provavelmente os alunos terão que trabalhar em dupla em 2010. (Alice, 4º ano, Escola C).

Busco um livro com atividades de contagem dos elementos, com propostas para os alunos desenharem. Com objetivos claros. Uso o livro passando o dever no quadro, apesar de ter livro em quantidade para todos os alunos. (Flávia, 2º ano, Escola H).

Professores que trabalham em escolas com alunos com necessidades especiais também comentam esse aspecto.

Não tem livro para aluno especial. Eles fazem o dever à parte. Nunca tivemos orientação para trabalhar com alunos especiais. Isso é um jogo de adivinha? E quando colocam os mudos, os surdos, os cadeirantes na sala de aula e não diminuem a quantidade de alunos ditos normais? Todo livro que o MEC escolhe para oferecer aos professores é uma porcaria. O MEC faz livro para uma turma de 10 alunos. O professor não consegue trabalhar com todos os alunos da sala. Isso atrapalha os alunos que acompanham a matéria. (Fátima, Sala de Leitura, Escola L).

Os livros trazem termos difíceis para os alunos entenderem. Os alunos têm dificuldade de copiar do livro. Por isso gosto de livros não consumíveis, em que os alunos podem escrever. Eu não posso passar dever de casa, pois a mãe do aluno não ajuda, ela não sabe. Tenho uma aluna cadeirante com necessidades especiais. A escola não tem espaço para trabalho em grupo. Fala-se muito em inclusão, mas temos alunos problemáticos. Tenho que alfabetizar no 3º ano, mas é o mesmo livro para alunos em diferentes etapas de aprendizado na mesma sala de aula.

Acabo usando o livro que sobra para reforço. (Andressa, 3º ano, Escola B).

Essas duas professoras trabalham em escolas que possuem alunos com necessidades especiais e desconhecem os materiais do PNLD para esses alunos. Nas escolas visitadas, não foi percebida nenhuma iniciativa para um trabalho de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

3.3.3 A contextualização no livro de Matemática

O ensino contextualizado é apontado por muitos autores (PAIVA, 2003; BATISTA, 2001; GUIMARÃES; BORBA, 2009, dentre outros) como uma maneira de dar significado aos conteúdos matemáticos. Paiva (2003), em sua dissertação de mestrado, buscou investigar os aspectos relativos ao conteúdo, à adequação, à pertinência didático-metodológica e ao uso das tecnologias de comunicação e informação no livro didático, por meio da metodologia de avaliação qualitativa e interpretativa. Para Paiva,

a Matemática tem que estar ancorada em contextos sociais. Isto é, não dá para sequenciar fatos matemáticos, sem que os alunos os compreendam e sem perceber suas aplicações e sua utilidade. Há um equilíbrio entre a aritmética e a álgebra (PAIVA, 2003, p. 48).

Para esse autor, a adoção de um livro didático de Matemática é um desafio para o professor na medida em que o seu uso deve estar atrelado a um contexto de ensino e aprendizagem, com objetivo de garantir uma aprendizagem significativa na participação ativa dos alunos.

Em entrevista à revista *Nós da Escola* (2007), Maria Cristina de Lima, da equipe de Alfabetização da Diretoria de Ensino fundamental (DEF) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, afirma que,

na verdade, falta ao livro o que ele não pode ter: uma proposta que atenda à singularidade dos sujeitos, dos seus grupos e, no caso da escola, das relações que se estabelecem e são próprias de cada contexto de ensino (NÓS DA ESCOLA, 2007, p.1).

Nessa pesquisa, os professores pouco valorizaram importância da contextualização no livro de Matemática. Para eles, o livro contextualizado é bom,

mas a realidade da escola – ou realidade do aluno – não permite um bom trabalho com o livro didático.

De que adianta a escolha? A realidade da escola daqui é diferente de outra escola no centro de Nova Iguaçu. A escolha é uma hipocrisia que o governo determinou. Os pais dos alunos não são leitores, a prefeitura determina que não se possa pedir nenhum material aos pais, mas as turmas estão lotadas. Não adianta escolher livro se a criança não sabe ler. A prioridade é passar o conteúdo ou alfabetizar? Os livros estão fora da realidade dos alunos. De que adianta adotar um livro que não seja tradicional. A editora que faz livro com caligráfica é a salvação da lavoura. A escola pública e a particular que usar o lúdico mais o tradicional terá bons resultados. Eu aprendi no tradicional e hoje sou sócio-interacionista. (Fátima, Programa de Incentivo a Leitura, Escola L).

Como não há livros tradicionais disponíveis, xeroquei um livro tradicional há tempos atrás. A direção avisou que eu não poderia fazer isso, mas fiz. Disse também que não pode alfabetizar na educação infantil. Mas eu decidi alfabetizar. O aluno cuja mãe xerocou o livro saiu lendo. Assim, tive tempo para acelerar a alfabetização. Os alunos que não tinham livro não faziam as atividades. Eu banco o meu filho, não posso bancar o filho dos outros. O filho não é meu! Atualmente, não estou nem aí para fazer os alunos lerem. Eu vou receber mesmo. Deveria ter um livro menos papagaiado, mais objetivo. Os livros oferecidos são modernos, é uma porcaria, servem para Europa. Para classes populares, não funcionam. A criança deveria pintar e brincar. Fazem um livro que nem o professor sabe usar?! Qual é o professor que usa o material didático? Meus filhos foram alfabetizados sem livro. Gosto de livro que alfabetiza por família, que traz o conteúdo é separado. Se a criança não aprende a ler por família, ela deve ter algum tipo probleminha. (Verônica, Educação Infantil, Escola L).

A preferência dos professores, na sua grande maioria, é por livros tradicionais. Isso pode acontecer porque, muitas vezes, o professor pode não ter tido uma formação profissional que o preparasse para trabalhar com o conteúdo não compartimentado. Um exemplo disso é o que dizem as professoras Claudete, Antônia e Ana.

Busquei um livro mais antigo para usar, o outro eu me perdia na leitura. Não vi o livro de Matemática que está disponível na escola. Uso Xerox. (Claudete, 2º ano, Escola J).

Sinto falta dos livros antigos, com menos parte de conteúdo e mais exercícios. Prefiro o livro um pouco tradicional e um pouco inovador. A primeira coisa que procurei foi o sistema monetário, um livro procura desenvolver a autonomia. (Antônia, 3º ano, Escola B).

Vejo o conteúdo, as ilustração, os exercícios e a quantidade de material. Gosto da imagem dos livros tradicionais, de conteúdos claros. Vi o livro em que eles são capazes de fazer e daí avançar. Eles têm dificuldade na interpretação de textos, então busco um livro com mais exercícios em grupo. (Ana, 3º ano, Escola C).

A imagem dos livros tradicionais é muito importante para a maioria dos docentes. Muitos professores afirmaram que, na escolha, a prioridade é por um material didático que tenha a imagem de um livro tradicional. Para os professores, essa é uma garantia de que esse livro vai oferecer aos alunos conteúdos claros, diferentes dos livros que são contextualizados que, segundo os professores, acabam confundindo os alunos. Para a professora Márcia (2º ano, escola D) “a prioridade é a imagem do livro. Gosto da imagem dos livros tradicionais. A interdisciplinaridade confunde, prefiro só a soma, só tabela, separadamente”.

O melhor livro é o tradicional, pois é ele o que funciona. Aquele que bate na mesma tecla, pra decorar. Temos que treinar o aluno. Como não se quer que seja na decoreba? A linguagem é símbolo e o código a gente tem que decorar. O livro que funciona é o livro com sequência, todo amarradinho. O tradicional permite um trabalho igual. O livro diferente tem que ter tempos diferentes de aprendizagem. O livro tem que mostrar a família certa, a tradicional. E mostrar que tem outros tipos de família também, fora a certa. O professor não tem tempo de ler o manual, ninguém folheia. Inventam livros que estão atrapalhando o professor. O vestibular da UERJ não pede isso? O conteúdo? Você não precisa saber o conteúdo para poder passar? Quem estuda na UERJ? É o filho do médico, não é o filho do favelado, a escolha é hipocrisia do governo. (Fátima, Sala de Leitura, Escola L).

Alguns professores afirmaram que, quando o livro possui o conteúdo contextualizado, a “matéria é solta” (Cláudia, 4º ano, escola D), então a busca de “um livro com sequência lógica ajudaria principalmente aos professores com menos experiência” (Helena, 5º ano, Escola I).

Conteúdo mastigado e mais separado pra depois contextualizar. Os alunos têm dificuldade de interpretar. Queria um livro com menos textos e mais fixação. Achei que os livros oferecidos têm o conteúdo misturado e sem sequência. (Margareth, 3º ano, Escola E).

Mas há um grupo de professores que preferiram optar por livros contextualizados. Professoras da amostra apontaram que o livro didático de Matemática pode ajudar aos alunos na condução de suas vidas.

A criança tem que pensar com significado, contar quantas letras tem no nome, quantos alunos têm na sala, sem reproduzir o número sem significado, copiando e decorando. Durante a escolha, sugeri um livro mais forte, um projeto para toda escola Mas os professores não aceitaram porque o livro foi considerado muito puxado. Os professores acham que as séries são fracas e não adaptam um livro forte para eles melhorarem, então vão continuar com alunos fracos. Eles escolheram um livro tradicional metido a construtivista. Os professores trabalham de formas diferentes. (Dara, 1º ano, Escola B).

Que tenha significado no universo deles. Todos são diferentes, mas são crianças. Procurei um livro que vai ajudar na vida deles, no momento de ver a hora, no cálculo mental, com calendário, com música, com o Português. Reconheço que todos os livros são bons. Houve um trabalho que autores tiveram em fazer o livro. As pessoas pensam que os livros estão à frente dos alunos, mas usar o livro pode ajudá-los a crescer. (Edna, 1º ano, Escola E).

Olho um livro com ênfase no dinheiro, no comércio, no jornal, situações que envolva prestações, ilustrações de lojas, gráficos, escalas, aplicações da Matemática. Porque a Matemática é muito importante. (Elaine, 5º ano, Escola B).

Um livro contextualizado, com textos pra refletir, que provoque questionamentos e análises. Não busco uma Matemática vazia, mais com formas de brincar e problematizar. É importante um livro com grau de dificuldade. Isso é complicado, pois até o professor tem dificuldade para interpretar. Os alunos têm dificuldades dos anos anteriores, aí vira uma bola de neve. O livro da série está muito além do que se espera do aluno. (Aline, 4º ano, Escola E).

Em geral, os professores consideram o livro contextualizado melhor que os tradicionais, mas chamam a atenção para a realidade do aluno ou para a realidade da escola, justificando, assim, a sua opção por um livro contextualizado para a rede municipal. Para os professores, um livro de Matemática com muito texto não está de acordo com a realidade do município ou da escola.

Não sei se minha escolha vai bater com a escolha da outra professora. Busco um livro com praticidade para interpretar as questões, os exemplos. É interessante trabalhar com os números e o contexto, mas não faço isso. Não trabalho com livro de Matemática. O livro que chegou na outra escola não foi o escolhido. (Leda, 3º ano, Escola J).

Se o livro estiver muito contextualizado, ele fica fora de uso. Os alunos não sabem trabalhar com texto. Se tiver só a expressão numérica, eles sabem. Se estiver contextualizado eles não sabem. (Carmen, 4º ano, Escola E).

Para essas professoras, o fato dos alunos não conseguirem acompanhar o livro contextualizado, faz com que as docentes decidam pelo não uso do livro. Segundo a professora Celina, do 5º ano da escola F, texto não é essencial no livro de Matemática. Para ela, o livro de Matemática deve investir na prática, pois Matemática é isso (prática).

A maioria dos professores considera que texto não é essencial no livro de Matemática, por causa da praticidade dessa disciplina. Para muitos professores, a Matemática é vista como uma linguagem que deve ser objetiva e lógica e um livro de Matemática com muito texto não está de acordo com a realidade das escolas.

A dificuldade de os alunos lerem foi um aspecto muito considerado na hora de se escolher o livro didático de Matemática. Para os professores, não é bom escolher um livro em que contenha textos para os alunos lerem. Os docentes afirmaram que a leitura é essencial, mas, apesar disso, declararam que não atuam trabalhando com a leitura no ensino de Matemática.

Não sou amiga da Matemática, a minha preocupação é a leitura. Eles precisam somar, subtrair e reconhecer os números. A multiplicação e a divisão ficam no final. Trabalho o tempo todo com soma e subtração. (Iris, 2º ano, Escola C).

As operações básicas eles não sabem armar. Como eu vou usar o sistema decimal se eles não sabem ler? A prioridade é a leitura. A conta não é prioridade. Quero trazer eles para a leitura, para ensinar bem Matemática. (Madalena, 3º ano, Escola C).

Gosto de livro de Matemática que tenha textos curtos, por exemplo, apenas uma introdução. Textos longos não são legais para a turma de 43 alunos, onde 20 não leem e 18 leem mais ou menos. Os que leem, leem primeiro. Depois, eu leio para os que não sabem ler. Os alunos gostam de problemas e desafios, inclusive os alunos que não sabem ler, eles também conseguem fazer. (Lívia, 3º ano, Escola G).

Os professores entrevistados declararam que, quando o livro de Matemática tem um texto, eles leem para a turma, apesar de saberem que alguns alunos precisam exercitar a leitura. Para esses docentes, é mais interessante eles lerem os problemas para turma e posteriormente conversar com a turma sobre a questão proposta do livro.

3.3.4 Conteúdos e atividades propostas.

Diversos autores (DALCIN, 2007; FERNANDES, 2004; JAKUBOVIC; LELLIS, 1988; MATTOS; GASPARA, 2005; CURI, 2006; FIORENTINI, 1995; VALENTE, 2000; ROMANATTO, 2002; LAJOLO, 1996; DANTE, 1996) discutem a abordagem e a utilização dos conteúdos e das atividades nos livros didáticos.

Para Batista (2001) o processo de modernização do livro didático trouxe as atividades e conteúdos organizados de acordo com o desenvolvimento do ano letivo. Para o autor essa é uma resposta “ao recrutamento mais intenso e menos seletivo de professores, assim como a deteriorização de suas condições de trabalho” (p. 58, 59). Batista ainda afirma que esse fenômeno contribui para a

transformação do livro didático, na medida da ampliação das funções desse instrumento: de uma síntese de conteúdo se transformando num caderno de atividades progressivas e organizadas para o trabalho em sala de aula, em seus tempos. A nova função do livro pode ser um dos motivos para a pouca importância atribuída ao manual do professor.

Na mesma direção de Batista (2001), Soares (1996) ao fazer uma análise histórica dos livros, afirma que os exemplares mais recentes trazem como característica a didatização do conteúdo. Para Soares esse processo ocorre devido ao processo de depreciação da função docente. Dentro desse processo, os professores esperam que o livro didático exerça funções de decidir como trabalhar didaticamente o texto, e à tarefa de formular exercícios e propor questões. Essas mudanças que ocorreram no conteúdo livro didático ao longo dos anos, são determinadas por fatores sociais, culturais e econômicos.

Na mesma direção dos autores citados acima, o conteúdo e os exercícios de Matemática foram muito enfatizados pelos docentes como importantes critérios para a escolha do livro didático no PNLD 2010. Para os professores, é importante a verificação da relevância do conteúdo e a adequação à faixa etária. Eles alegam que há bastante cobrança dos pais com relação aos conteúdos e ao uso do livro.

A apresentação do conteúdo no sumário, a facilidade do conteúdo ao nível do aluno, a organização, a linguagem, bem como as ilustrações, foram também aspectos apontados como relevantes. Alguns professores destacaram que a organização e distribuição dos conteúdos precisam estar ajustadas aos seus planejamentos de aula, caso contrário o livro não é adequado.

Os docentes chegaram a afirmar que a busca por um livro conteudista era justificada por causa do programa da prefeitura de Nova Iguaçu e pela exigência do MEC.

Escolhemos o livro "menos ruim". O livro deve ter cálculo mental e raciocínio lógico de forma mais lúdica. Eu fujo dos livros abstratos. Não pensei na infraestrutura porque trabalho na sala de aula, e a quadra é só usada na Olimpíada. O ensino de Matemática precisa partir do que os alunos sabem, ou seja, nada (sic). Quero um livro que não tenha informação de shopping ou Cristo Redentor, pois meus alunos não conhecem isso. (Miriam, 4º ano, Escola B).

Busco livros com bastante exercício. Não me peguei aos livros de Matemática, pois os exercícios de Matemática são mais fáceis de aplicar no caderno. O livro que uso agora inicia com a ideia de juntar, atrapalhando ideia de adição por falta de objetividade. 10% da minha

turma lê, passo atividades mais objetivas e problemas desenhados, para a interpretação visual. Eu leio os problemas para os alunos, mas são poucos os que conseguem fazer sozinhos. (Clara, 3º ano, Escola I).

A fala dos professores em relação aos exercícios está acompanhada das dificuldades dos alunos em acompanharem as atividades propostas nos livros. A busca por exercícios tradicionais também foi evidenciada nas entrevistas. Mais uma vez, os professores afirmaram que não gostam de livros com exercícios contextualizados devido à realidade do aluno.

Escolho de acordo com as atividades reais e possíveis. Existem livros com exercícios de cobrir em Matemática: isso não é exercício de Matemática! Os textos de Matemática dão muita volta pras crianças lerem. A escolha que fiz é para a escola, pois não sabemos qual turma pegaremos no ano que vem. (Márcia, 2º ano, Escola D).

Busco exercícios que se aproximam da realidade: esta é a prioridade. Trabalho com muitos problemas de subtração e adição do dia a dia, mas separadamente. Depois mesclo os exercícios de mais e de menos, abstraindo para os alunos. (Antônia, 3º ano, Escola B).

Alguns professores buscam, no índice do livro de Matemática, a relação dos conteúdos e dos exercícios para verificar se este está de acordo com o seu planejamento.

Eu olho, no índice, a quantidade de atividades. Não adianta ter muito texto. Tem livro que possui muita explicação e pouco exercício, este não serve para meus alunos. (Maria, 2º ano, Escola B).

Não gosto de História e Geografia no livro de Matemática. Busco um livro cujo índice esteja de acordo com meu planejamento, senão eu tenho que replanear. Não gostei dos livros oferecidos, eles não têm atividades práticas, gosto de ilustrações, jogos... Os livros deveriam ter atividades. Às vezes, o livro escolhido vem, às vezes não. (Margarida, 3º ano, Escola G).

A facilidade de planejamento e preparação das aulas não foi um dos critérios amplamente usados pelos professores. Somente as professoras Margarida e Maria que fizeram essa observação, dentre os 82 professores entrevistados.

O grau de dificuldade dos exercícios foi comentado pelos professores. Para a maioria deles, os alunos não acompanham o aumento da dificuldade dos exercícios proposta nos livros. Os professores dos primeiros três anos do ensino fundamental também apontaram a importância de escolher um livro com material concreto para as crianças.

Busco livros que tenham exercícios com pequeno grau de dificuldade para atender à realidade dos alunos. Além disso, o livro pode ter textos, mas pequenos. Quero mais exercícios. (Wallesca, 2º ano, Escola E).

A prioridade é o raciocínio lógico, cálculos aplicados ao dia a dia. O conteúdo é repetido nos 6º e 7º ano. Eu passo os exercícios de raciocínio lógico e os de aplicação eu não proponho aos alunos. O livro que está sendo usado não é adequado aos alunos da escola. Gosto de livro de Matemática com textos, pois servem pra vida dos alunos. Eu vou me reunir com professores do mesmo ano para escolhermos o livro didático. (Amanda, 5º ano, Escola F).

Observa-se, nos depoimentos acima, a preocupação dos docentes com o nível de dificuldade do livro para a realidade de seus alunos. Embora se possa considerar um fator positivo esse tipo de preocupação dos docentes, cabe ressaltar certo preconceito com afirmações desta natureza, pois alguns professores acreditam que seus alunos, por serem pobres, não necessitam de certos conhecimentos. Contudo, pude observar também que a ‘ideia de dificuldade’ das atividades se relacionavam mais às dificuldades demonstradas pelos docentes do que, propriamente, pelo aluno.

Outros aspectos apontados foram a praticidade para interpretar as questões, os exercícios em grupo, a quantidade de exercícios, os desafios, os exercícios que possam ser feitos com autonomia, as atividades concretas voltadas para o dia a dia, os problemas. Alguns professores desejavam um livro com atividades diferenciadas, outros com atividades objetivas, sem muita contextualização.

Os gráficos, as tabelas, os problemas de fração, divisão e expressões numéricas, os recortes de jornal, os materiais concretos e os jogos também foram citados pelos professores como aspectos importantes e que necessitam ser observados nos exercícios dos livros. Mas a prioridade dos docentes foram as quatro operações, com atividades do tipo “arme e efetue”. Uma professora da amostra declarou que ainda trabalha com tópicos da Teoria dos Conjuntos.

Segundo os professores, os conteúdos indispensáveis em um livro são as quatro operações, o sistema monetário, o sistema de medidas e situações concretas. Para eles, esses conteúdos são básicos. Eles afirmam ainda a dificuldade que os alunos demonstram quando um livro propõe atividades “abstratas”. Para eles,

os livros estão deixando muito a desejar com os tipos de problemas e continhas propostos. Eles não oferecem muitas novidades. A maioria dos

livros do 2º ano tem reta numérica e isso fica muito abstrato para os alunos. (Irene, 2º ano, Escola G).

Dos 82 professores entrevistados, apenas 3 comentaram que a presença de tópicos de Geometria, no livro didático de Matemática, era um dos fatores a serem considerados na escolha do livro. A seguir, trago as falas de cada um destes professores.

Procuro um livro com praticidade para trabalhar as operações matemáticas, a leitura dos números, a ordenação e os problemas do dia a dia. Eu passo a aula no quadro e seleciono os problemas com interpretação de texto, operação Matemática e geometria. Não vou relacionar o PPP da escola com a escolha do livro. Esse é o 3º ano com o mesmo livro e não tem em quantidade pra todos os alunos. (Cibele, 5º ano, Escola G).

Observo se o material didático vem com: tirinhas, material dourado, dominó e figuras geométricas. Vejo se está adequado à faixa etária, com os conteúdos relevantes, analiso a quantidade de exercícios, os desafio e os exercícios que possam ser feitos com autonomia. (Érica, 2º ano, Escola B).

No 3º ano, conclui-se a alfabetização e, por isso, observo um livro dentro da realidade da comunidade. Vejo se trabalham técnicas operatórias, noções de geometria, resolver problemas. Todas as atividades devem integrar todas as disciplinas. (Denise, 3º ano, Escola D).

De acordo com Santos (2009), em décadas anteriores, a Geometria não era valorizada pelos autores de livros. Em geral, tópicos desta área de conhecimento entravam nos livros nas últimas páginas e seu ensino, em muitos casos, era relegado. Após as avaliações dos livros didáticos, o ensino de Geometria começou a ser valorizado e ganhou maior destaque na distribuição dos conteúdos nos livros didáticos.

Uma observação feita entre as escolhas dos docentes é que as professoras dos primeiros anos de escolaridade enfatizam a procura por um livro contextualizado, com gravuras infantis e com uma linguagem acessível à criança.

O livro deve ter atividades concretas, que tenha a ver com idade da criança. Além disso, a aprendizagem é para a vida, portanto deve relacionar-se com o cotidiano da criança. O livro deve ter cálculos, problemas, expressões numéricas, busca de soluções, preparando o aluno para o 6º e 7º ano e para a vida adulta, mas buscando um contexto que os interessa. (Maristela, 2º ano, Escola J).

Busco um livro bem infantil, com figuras objetivas, numerais, dias do mês, alguns problemas visuais, pois eles já sabem somar. Eu atualmente não tenho livro, uso Xerox e atividades mimeografadas. Os pais dos meus alunos participam das atividades da escola e ajudam seus filhos com os

deveres - todos os alunos fazem dever de casa. Os pais compram jogos quando solicitamos e colaboram bastante. (Hebe, 1º ano, Escola G).

Mas, para os professores dos últimos anos, os aspectos relacionados à escolha do livro envolvem os problemas, o conteúdo e os exercícios.

Observo os conteúdos difíceis no livro que vou escolher. Quero situações-problema, gráficos e tabelas. No estudo da multiplicação e divisão, acho que os livros deveriam iniciar com multiplicações e divisões por números de um algarismo. Assim, o aluno compreenderia melhor esses conceitos. (Sílvia, 5º ano, escola D).

A fala desta professora revela certo atrelamento entre a proposta curricular do livro e seu planejamento. Certamente, a professora deve planejar suas atividades complementando ausências que percebe no livro adotado.

Em geral, as ilustrações foram amplamente valorizadas pelos docentes de 1º e 2º anos. Já os professores dos 3º, 4º e 5º anos não valorizavam as ilustrações. Eles escolhiam os livros pelo o conteúdo e pela fixação dos exercícios.

3.3.5 O livro de Língua Portuguesa como referência na escolha

Ota (2009) aponta que o livro de Língua Portuguesa, em sua construção sócio-histórica, se constituiu “num discurso de autoridade através das relações de poder por ele instituídas na sala de aula” (Ota, 2009, p. 211). Para essa autora, o livro didático de Língua Portuguesa tem a função, dentre outras, de dar o acesso à leitura e aos bens culturais às camadas populares, “expropriadas dessas possibilidades” (Ota, 2009, p. 213). Já os professores de Língua Portuguesa, “desprovidos do acesso a bens culturais e mal formados” (Ota, 2009, p. 213), penetram o espaço escolar e buscam construir outra realidade escolar.

No caso do livro de Língua Portuguesa, “a interpretação já está pronta, esperando para ser dita – ou escrita. As atividades do LD não dão margem a deslizes, a outras leituras, a posicionamentos ou a questionamentos. O texto tem uma estrutura e um sentido; a tarefa do aluno é captá-los” (GRIGOLETTO, 1999, p. 70) e transferi-los para as respostas dadas aos exercícios; respostas que muitas vezes são induzidas e direcionadas pelas perguntas e encontram-se explícitas nos textos, cabendo ao aluno apenas localizar. Essa postura deixa à mostra a concepção de educação aí investida: uma educação baseada na reprodução de conhecimentos (OTA, 2009, p. 215).

Neste contexto, Ota (2009) afirma a importância do livro didático para “suprir as deficiências da formação ao trazerem roteiros preestabelecidos, conteúdos já selecionados e mesmo respostas prontas, automatizando” (Ota, 2009, p.213).

Na pesquisa, o livro de Língua Portuguesa foi um critério valorizado na escolha do livro didático. Em muitas escolas ele foi a única referência para a escolha do livro de Matemática. Há uma disposição entre os docentes de escolher a coleção de Matemática pautando-se na mesma coleção que foi definida para Língua Portuguesa. Essa tendência foi justificada pelos docentes pela importância da língua materna.

No 2º ano os alunos ainda não estão alfabetizados, então a prioridade tem sido Português. Até agora (junho), não dei nada de Matemática. (Fabrícia, 5º e 2º anos, Escola G).

Fiz a escolha baseada nos livros de Português, com bastantes exercícios. Prefiro livros consumíveis. Não me peguei aos livros de Matemática, pois os exercícios de Matemática são mais fáceis de aplicar no caderno. A base é mesmo Língua Portuguesa, a alfabetização. Pelo livro escolhido de Português me baseei para escolher os das outras matérias. (Clara, 3º ano, Escola I).

Fiquei mais presa na escolha ao livro de Português. O livro de Matemática não tem muitas opções, são todos muito parecidos. A escolha de Matemática foi pelo de Português. Português é a referência para a escolha. (Lívia, 1º ano, Escola H).

A diretora da escola L confirmou essa prática de escolher o livro de Matemática com base na editora escolhida para o livros de Português, porque o livro de Matemática não é muito usado na escola. A responsável pelo programa Incentivo à Palavra da escola L também declarou que os livros de Matemática ficam em segundo plano, confirmando as falas da diretora e das professoras.

Não posso afirmar que a escolha desse ano foi adequada. Na verdade o livro mais usado é o de Português. Os de Matemática, os exercícios vão além, a compreensão deixa dúvida, a criança não consegue interpretar. Na realidade, os livros mais usados são o de Português, o livro de Matemática não é usado. (Diretora, escola L).

O principal é Português, Matemática fica em 2º plano. O MEC olha pra uma realidade única, mas na verdade o principal é Português. Se a Matemática fica em segundo plano, Geografia e Ciências então?! (Fátima, Incentivo a Palavra, Escola L).

Apesar disso, uma coordenadora pedagógica da amostra fez crítica a esse tipo de atitude dos professores. Para ela, “a escola está enfatizando o Português, mas está deixando de lado a Matemática” (Coordenadora Pedagógica, Escola A).

Mas, ainda assim, a maioria dos professores afirmou que a prioridade é a Língua Portuguesa e a coleção escolhida para Português foi a referência para a escolha do livro de Matemática.

3.3.6 O Programa da Prefeitura de Nova Iguaçu

Alguns professores apontam que a prefeitura de Nova Iguaçu tem uma metodologia e um programa específico para a atuação docente nas escolas municipais, referindo-se especificamente sobre o Plano Municipal de Educação. Para os docentes, o programa da prefeitura influencia na escolha do livro didático do livro de Matemática, de forma que o professor deve verificar se a proposta curricular do livro enfatiza cálculos e resolução de problemas cotidianos e aspectos mais relevantes e práticos da Matemática. Assim, a escolha do livro também se baseou nas orientações da prefeitura.

Buscamos conteúdos que atendam ao programa da prefeitura que são cálculo e resolução de problema em situações cotidianas. (Cíntia, 3º ano, Escola A).

Observo se o livro atende às novas exigências pedagógicas. Ele precisa ser menos tradicional e mais sócio-interacionista. Essa é a linha da prefeitura de Nova Iguaçu. (Ágata, 3º ano, Escola D).

Em entrevista com a gestora do PNLD do município de Nova Iguaçu, ela afirmou não ter nenhum programa específico para a rede municipal e declarou não adotar nenhuma linha pedagógica, tampouco a linha sócio-interacionista, como declarou a professora Ágata.

3.3.7 A Prova Brasil

De acordo com informações contidas no *site* do INEP, a Prova Brasil é uma avaliação que deve funcionar como um instrumento pedagógico, sem finalidades classificatórias. Ela fornece informações sobre o processo de alfabetização aos

professores e gestores das redes de ensino e tem como objetivos principais: (a) avaliar o nível de alfabetização dos alunos/turma nos anos iniciais do ensino fundamental; (b) diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita. O delineamento e a construção dessa avaliação preveem a utilização dos resultados obtidos nas intervenções pedagógicas e gerenciais com vistas à melhoria da qualidade da alfabetização.

Quatro professores de uma mesma escola apontaram a Prova Brasil como um critério para a escolha do livro didático. Apesar disso, os professores afirmaram que não se reuniram para estabelecer critérios de escolha do livro.

A escolha tem que ser diante da realidade... O fato do livro escolhido não chegar e eu não poder usar o livro por causa do nível dos alunos é prejudicial para o meu trabalho. Se eu ler os problemas os alunos resolvem, mas na Prova Brasil o professor não pode ler o enunciado. Meus alunos não sabem armar as operações básicas. Como eu vou usar o sistema decimal se eles não sabem ler? A prioridade é a leitura. A conta não é prioridade. Quero trazer eles para a leitura, para ensinar bem a Matemática. (Madalena, 3º ano, Escola C).

O livro deve ter muitos exercícios, muito exercícios mesmo. Para a escolha do livro eu olho a linguagem, os exercícios. Mas o livro não pode ter exercícios rebuscados. Decidi o livro didático do PNLD com outra professora. Busquei o roteiro da Secretaria de Educação, focalizando a preparação dos alunos para prova Brasil.. (Diná, 4º ano, Escola C).

A escolha foi em dupla, e eu foquei a escolha na realidade. Priorizei os gráficos, a contextualização – para a prova Brasil–, com outras matérias. Para escolher o livro didático de Matemática, levo em conta a realidade, a infraestrutura da escola, nem todos os alunos podem receber livros. (Suzana, 5º ano, escola C).

Escolhi o livro com a Suzana. Busco um livro com o assunto contextualizado, porque quando é fragmentado é ruim. Gosto de textos menores, com questões da Prova Brasil. Não busco exercícios extensos, repetitivos. (Rosana, 5º ano, Escola C).

Durante a escolha dos livros, assisti a algumas professoras conversando sobre o desempenho dos alunos na Prova Brasil. A professora Diana, do 1º ano, afirmou que o aluno mais fraco da sua sala foi o melhor aluno da sala nessa avaliação. Para ela, era impossível que aquele aluno se saísse bem na prova devido aos seus resultados nas avaliações da escola. Isso demonstra uma contradição entre o que a escola espera do aluno e o que deveria esperar, num equivoco de concepção entre o que seria o melhor e o pior aluno.

3.4 O Guia do Livro Didático na visão dos diretores e coordenadores

Em nenhuma das 11 escolas visitadas, os professores tiveram acesso ao Guia do Livro Didático para escolha dos livros de Matemática do 1º ao 5º ano. O Guia chegou apenas para duas escolas da amostra e permaneceu nas mãos da equipe pedagógica.

Dos diretores entrevistados, quatro sabiam efetivamente que o Guia do Livro não havia chegado; em duas escolas as diretoras disseram que não sabiam se o Guia estava na escola; e apenas uma diretora afirmou que o Guia havia chegado.

O Guia do governo já chegou. Ele dá uma visão ampla, mas prefiro o livro. Porém o guia é uma ideia muito interessante. (Diretora da Escola H).

Não usamos o Guia do MEC. Usei o guia da Saraiva para entender como poderia ser feita a escolha dos livros. (Orientadora Pedagógica da Escola I).

Durante a entrevista com a diretora da Escola H, ela afirmou ter, na escola, o Guia do Livro Didático. Contudo presenciei a entrega, pelo Correio, deste documento, o que deixou a entrevistada com certo constrangimento. Esse guia chegou à escola no fim da entrevista, apesar da diretora ter afirmado que o Guia lá estava no período em que os docentes fizeram a escolha dos livros didáticos¹³.

A maioria dos coordenadores pedagógicos entrevistados não soube informar sobre a presença do Guia do Livro na escola, durante o processo de escolha. Apenas três orientadoras pedagógicas tinham certeza de que o Guia não havia chegado.

O guia do governo federal não chegou. O governo ficou com preguiça (sic) e não enviou. As editoras pediram que nós adiantássemos a escolha, pois o governo estaria beneficiando as escolas. Mas nós nunca fizemos escolha baseada no Guia do Livro. (Orientadora Pedagógica Escola J).

Recebemos o guia de editora e o Guia do Livro Didático. O pessoal da tarde não recebeu o Guia do governo federal porque ele ficou com a coordenadora da manhã. (Orientadora Pedagógica da Escola G).

¹³

A escolha foi no dia 05 de junho. O período previsto para a discussão se dava entre 8 e 28 de junho.

Não sei se o guia do livro didático já chegou esse ano. Os guias de editoras chegaram com os livros. (Orientadora Pedagógica da Escola I).

Em algumas escolas, embora tenham recebido o Guia do Livro Didático, suas diretoras decidiram não divulgá-lo entre os docentes. As falas a seguir ilustram estas decisões.

Decidi não divulgar o Guia, pois eu recebi 3 Guias para 20 professores! Na verdade, nós vamos ter contato com o autor autêntico, o do livro didático. É melhor pegar nos livros. A escolha é direta nos livros. (Diretora da Escola A).

Os professores não vão usar o Guia. O Guia tem a opinião dos autores que elaboraram as resenhas, não é propriamente a opinião da escola. O Guia tenta tirar a autonomia dos professores. (Diretora Lucy, Escola A).

Eu olhei na internet o Guia do Livro Didático, mas os professores vão olhar os livros disponíveis na biblioteca. (Diretora Paula, Escola D).

Como as diretoras declararam que o Guia não foi usado, indaguei como foi realizada esta escolha. Para os diretores, em todas as escolas, os professores consultariam os livros enviados pelas editoras.

Os professores olharam os livros. Buscamos um livro para ser usado e os livros pedidos sempre chegam. Os livros de Matemática escolhidos do 3º ao 5º ano, e do 1º e 2º ano foram a mesma coleção. (Orientadora Educacional da Escola E).

A escolha foi feita na sexta-feira. Os professores olharam o livro e a escolha foi em conjunto entre as professoras do mesmo ano. Fizeram uma pré-seleção individual, depois cada uma apresentou uma proposta e efetivaram a escolha. (Coordenadora pedagógica Marisa, Escola C).

Os professores se organizaram por ano e turno. Do 1º ao 3º ano foi a mesma coleção de Matemática. O interesse maior foi a série em que o professor está trabalhando Não sei explicar como foi feita a escolha pelas coleções e editoras. (Orientadora Pedagógica da Escola I).

A fala da orientadora pedagógica da escola I mostra a organização dos docentes de sua escola para decidirem sobre qual livro escolher. Os professores se organizaram de acordo com o ano em que lecionam, diferentemente do que é proposto pelo PNLD¹⁴. Esta organização, comum em muitas escolas visitadas, favorece a existência de discordâncias entre as indicações de cada um dos grupos, justificando, assim, a decisão “autoritária” de muitas coordenações.

¹⁴ A exigência da FNDE é que a escola indique uma única coleção para cada um dos ciclos, isto é, 1º e 2º anos e 3º ao 5º anos.

3.5 Promessas quebradas: visitando a escola F antes e depois da escolha

Nas visitas às escolas municipais de Nova Iguaçu, fui a uma escola (escola F) que não havia iniciado o processo de discussão sobre a escolha do livro didático. Essa foi uma das escolas em que o diretor me orientou a conversar com a coordenação pedagógica sobre a escolha do livro, devido ao seu não envolvimento com o PNLD.

Conversei com a coordenadora pedagógica Leila e com alguns professores, pois nem todos estavam dispostos a dar entrevistas. Leila declarou que o Guia do Livro Didático já estava na escola e que ele seria usado na escolha. Como a coordenação pedagógica não me autorizou a participar da reunião da escolha do livro, dialoguei com alguns professores e com a coordenadora pedagógica e decidi voltar ao colégio depois da data da escolha do livro para conversar com os mesmos atores entrevistados.

Na primeira visita, a coordenadora pedagógica Leila declarou que quem participaria da escolha do livro eram os professores. Não houve nenhuma menção à participação da direção, ou coordenação pedagógica nesse processo. As editoras, como nas outras escolas, estavam tendo um papel importante na orientação da equipe escolar.

Leila afirmou que as editoras enviaram os livros e deram palestras para alguns professores. O Guia havia chegado à escola, mas como a escolha ainda não havia acontecido os professores não tinham tido acesso a este documento. A orientadora afirmou que o Guia seria divulgado entre os professores e usado junto com a consulta aos livros. Segundo a orientadora, os docentes estariam subdivididos em dois grupos: um contendo os professores do 1º ao 3º ano e outro com os docentes do 4º e 5º anos¹⁵.

Nessa escola, 5 professoras de cada ano das séries iniciais do ensino fundamental foram entrevistadas. Antes da escolha 4 professoras afirmaram que não conheciam o Guia do Livro Didático.

Não conheço o Guia do livro e também não recebi nenhum Guia de editora. Apesar disso prefiro escolher pelo livro, pois os guias são mais comerciais. (Irene, 3º ano).

¹⁵ Mais uma vez, encontro uma escola que a coordenação pedagógica não conhecia os componentes curriculares do PNLD 2010 e seus respectivos anos, que seriam para 1º ao 2º anos e do 3º e 5º anos juntos.

A única professora que declarou ter um conhecimento do Guia, o tinha por outro município em que é coordenadora pedagógica.

Conheço o Guia do Livro Didático, pois sou coordenadora pedagógica em outro município. Mas, em Nova Iguaçu não vi o Guia do Livro Didático. Não olhei os livros, nem recebi o Guia de editora. (Mônica, 5º ano).

Ao retornar à escola após a escolha do livro didático, procurei a orientadora educacional Leila, mas ela não estava presente. Então entrevistei outra orientadora pedagógica que trabalhava com Leila. Vanessa declarou que não sabia se o Guia do Livro Didático estava na escola.

Ao conversar com os mesmo professores entrevistados na primeira visita, fui notificada que o Guia não tinha sido usado na escolha. Como a orientadora Leila afirmou que o Guia estava na escola, eu esperava que as professoras tivessem tido contato com o Guia.

O Guia do Livro Didático não foi disponibilizado. Colocaram os livros numa sala e nós olhamos os livros. (Mônica, 5º ano)

Ainda não conheço o Guia do Livro Didático, ele não foi disponibilizado pela escola. A direção entregou o Guia de editoras A escolha foi numa tarde e durou duas horas. A escolha foi manuseando os livros. (Irene, 3º ano).

O Guia do Livro Didático ainda não foi divulgado pela escola. Foi realizada uma reunião pedagógica, onde todos os professores olharam os livros de todas as matérias, em 30 minutos. (Liliam, 2º ano).

O tempo de análise dos livros também foi divergente. Segundo a professora Irene, a escolha durou duas horas, mas, para Lílian, o tempo que os professores tiveram para olhar os livros foi apenas de 30 minutos.

Depois da escolha dos livros, a orientadora pedagógica Vanessa relatou que a escolha para 4º e 5º ano já teria sido feita, e apenas faltaria escolher os títulos para os três primeiros anos. Contrariando a fala de Vanessa, os professores entrevistados afirmaram que os livros de todos os anos já haviam sido escolhidos.

As duas visitas feitas à escola F indicaram que, mesmo com o Guia do Livro Didático presente na escola, a direção pedagógica não o disponibilizou para os professores conhecerem e usarem esse recurso.

4 CONCLUSÕES

Essa pesquisa teve como objetivo conhecer os critérios usados por professores das séries iniciais do ensino fundamental para escolher o livro didático de Matemática que vão usar com seus alunos na escola. Logo no início desta dissertação, justifiquei o estudo afirmando a relevância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem. Autores como Silva (1983), Baquero e Ribeiro (1985), Veiga-Neto, Teixeira e Wortmann (1987), Dante (1996), Soares (1996), Silva Junior (2005) e Oliveira (2007) contribuíram para que eu construísse argumentos significativos para justificar a importância do livro e das políticas do livro no Brasil.

Pude observar de perto a realização do processo de seleção de livros do PNLD 2010 nas escolas do município de Nova Iguaçu, que ocorreu em junho de 2009. Pude conversar com 101 atores envolvidos no processo de escolha do livro didático: professores, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas e mais a gestora do PNLD no município de Nova Iguaçu. As entrevistas, bem como as observações, foram pautadas em roteiros pré-estabelecidos. Mas estes não foram fechados, o que deixou espaço para novas perguntas e questionamentos.

Retomo, nesta parte final, alguns pontos levantados no decorrer da pesquisa e que foram significativos em minha reflexão. Para ajudar a direcionar as considerações finais, recoloco as questões gerais do início do estudo, trazendo para a discussão as respostas que me foram possíveis encontrar.

- Como os professores escolhem o livro didático?
- Quem participa do processo de escolha de livro didático na sua escola?
- Quais critérios são usados na seleção dos livros?
- A proposta pedagógica da escola é considerada no processo da escolha do livro didático na escola?
- O Guia do Livro Didático é considerado no processo de escolha do livro didático?
- Quando o Guia do Livro não é usado, como é realizada esta escolha?

À gestora do PNLD 2010 no município de Nova Iguaçu, as seguintes questões gerais foram propostas:

- Como foi o gerenciamento do processo de escolha do livro didático do PNLD no município?
- Que orientações foram dadas às escolas?

Entendo o PNLD como um programa de política pública que reflete as discussões acerca da democratização da educação em nosso país. Este programa tem, como uma de suas funções, a tarefa de garantir a todos os estudantes de escolas públicas brasileiras o recebimento dos livros didáticos escolhidos por seus professores. E mais, há a preocupação no Programa de que os livros tragam os conteúdos e conceitos apresentados corretamente e proponham uma sequência lógica e organização coerentes com as discussões atuais das didáticas específicas. Creio que, com isso, o Programa se propõe a garantir a qualidade de material didático-escolar a todos os estudantes.

Além da preocupação com o aluno, o PNLD também foca o professor. Pesquisas recentes têm alertado para a precariedade da formação docente, em especial daqueles que lecionam para as crianças das séries iniciais. Creio que a principal função do Guia do Livro Didático do PNLD é oferecer alguns elementos que possam contribuir para esta formação. O Guia não só apresenta a descrição dos livros, como também contribui para a reflexão sobre os conceitos, conteúdos e atividades propostas e as opções metodológicas dos autores, com sugestões para o uso do livro em sala de aula e alertas para os cuidados que os docentes devem ter com seus planejamentos ao decidir escolher este ou aquele livro.

Ao entrevistar os professores e analisar as suas respostas, foi ficando evidente, para mim, que todo o processo de escolha ocorreu nas reuniões pedagógicas, com os docentes reunidos coletivamente, porém sem uma discussão voltada para a importância do livro ou para a indicação de critérios para as escolhas. Em geral, os livros foram escolhidos pelos professores da série sem a preocupação com a escola como um todo. Esta forma de organização das equipes possibilita a interferência das coordenações ou direção, que terminam por decidir por uma única coleção, sem considerar as escolhas específicas.

O Guia do Livro Didático, instrumento central do Programa na orientação aos professores, não costuma chegar às mãos dos docentes, embora esteja nas escolas. Dos professores entrevistados, apenas 18% afirmaram terem tido acesso ao Guia. No entanto este acesso não ocorreu naquela escola, mas em outra na

qual o docente trabalha. Apesar de estes professores afirmarem que conheciam o Guia do Livro Didático, ficou evidente que esse conhecimento era parcial, pois nenhum deles soube informar o que era este documento ou seu conteúdo.

De modo geral, pude constatar que, em nenhuma das escolas por mim visitadas, os professores usaram o Guia para orientar o processo de escolha dos livros didáticos nas diferentes áreas de conhecimento. Em algumas delas, a escolha ocorreu antes da entrega, pelo Correio, do Guia. Em outras, a equipe pedagógica não disponibilizou o documento aos professores, com a alegação de que a escola recebera poucos exemplares para muitos docentes. Entre os que conheciam o Guia, muitos declararam que seus conteúdos não trazem informações específicas aos professores. Ou seja, para eles, o documento enviado pelo Governo Federal traz a opinião de professores universitários e especialistas que não conhecem as necessidades da escola em que atuam. Os docentes acreditam que as orientações do Guia são para uma escola que o Governo idealiza.

Para Carvalho e Lima (2002), a política pública do livro didático é um forte instrumento para que as secretarias de educação possam desenvolver discussões com os professores sobre como escolher um bom livro didático. Para eles,

a formação continuada dos docentes permitiria, a médio e longo prazo, um trabalho de reflexão entre os docentes para escolher seus livros didáticos de Matemática (CARVALHO; LIMA, 2002b, p.7).

De fato, a pesquisa evidenciou que a maioria dos docentes prefere as orientações das editoras – os catálogos, os cursos por elas promovidos –, além de folhear diretamente os livros que elas enviam às escolas. Assim, suas escolhas foram por elas influenciadas, sem que isso incorra numa ameaça à autonomia docente. O universo de livros recomendados no Guia foi filtrado pela atuação das editoras, privilegiando algumas coleções que foram bem divulgadas nas escolas de Nova Iguaçu.

Ao folhear os livros, os professores afirmaram terem tido atenção aos conteúdos, às atividades e à “realidade” dos alunos e das escolas. A maior parte deles valoriza o que consideram ser “uma perspectiva tradicional de ensino”: pouco texto, pouca contextualização e atividades “adequadas” ao aluno. Parecem

assim ignorar que o conhecimento tem um papel relevante na formação das crianças e dos jovens. Especificamente, com relação à Matemática,

observa-se um número crescente de profissões exigindo cada vez mais conhecimentos matemáticos. Nenhuma sociedade organizada pode funcionar sem os recursos tecnológicos que nos cercam, os quais repousam essencialmente na Matemática... Algumas aplicações da Matemática são bem simples. No entanto, em nossa sociedade, de base científica e tecnológica, as utilizações da Matemática são praticamente ilimitadas. Ela é utilizada para fazer cálculos, previsões, localizações, etc... (ORTIGÃO, 2005, p. 153).

Referindo-se às suas experiências com os PNLDs anteriores, os docentes afirmam que não se importam muito com qual livro escolher para os alunos, pois, em geral, eles usam o livro para deles retirarem o que acham que seus alunos compreenderão. Eles selecionam o que há de mais simples, justificando esta atitude a partir da “realidade” dos alunos; reproduzem as atividades usando xerox ou mimeógrafo ou passam no quadro para os alunos copiarem. Com, isso, muitos alunos da rede municipal de Nova Iguaçu ficam sem acesso ao livro didático.

Os diretores e coordenadores pedagógicos das escolas nem sempre participam diretamente do processo de escolha. Para eles, esta tarefa é específica de quem usa o livro, ou seja, os docentes. No entanto, nem sempre eles possibilitam aos professores o acesso ao Guia do Livro Didático, como mencionado acima.

O tempo para a realização da escolha do livro na escolha é bem pequeno: em geral, este processo tem uma duração de menos de duas horas. A determinação é que, neste tempo, os professores se reúnam e decidam sobre o livro para que a direção ou coordenação informe ao FNDE a decisão da escola. Considero que, mesmo que os docentes tivessem acesso ao Guia, este processo deveria ser mais bem cuidado!

Na conversa com a gestora do PNLD do município de Nova Iguaçu, esta declarou sua opinião sobre o fato de que, para ela, o ideal era que a Secretaria de Educação orientasse as escolas (os professores, as coordenações e direções) sobre o processo de escolha do livro didático do PNLD 2010. No entanto, segundo ela, isso não foi realizado. A gestora afirmou que não foi feito nenhum registro e nenhuma reunião com esta finalidade ocorreu antes de ela assumir a função de gestora do Programa. Para ela,

nesse processo, faltaram critérios. Dessa forma a formação docente para a escolha ainda está nas mãos das editoras. Elas sempre se antecedem à chegada de materiais do Governo Federal e orientam os professores como deve ser realizada a escolha do livro didático. (Gestora do PNLD).

Em nossa conversa, ficou evidente o pouco conhecimento que ela demonstrou possuir com relação às políticas públicas do livro didático, em especial sobre o funcionamento do PNLD. Certamente, isto ocorreu pelo fato de ela ter assumido o cargo gestora recentemente, isto é, em plena vigência do PNLD 2010. Para ela, esta descontinuidade é prejudicial. Além disso, apontou que a descentralização do PNLD, dificulta a relação da Secretaria de Educação com o MEC.

A possibilidade de realizar esta pesquisa deixa-me convicta da necessidade e urgência de investimentos na formação de professores que atuam em escolas públicas e atendem às crianças do primeiro segmento do ensino fundamental. Além disso, é fundamental investir na melhoria das relações entre as equipes pedagógicas, direção e os docentes, bem como na circulação das informações. Confesso que, em minha formação durante a Licenciatura em Matemática na UFRRJ, não tive acesso às discussões entorno do livro didático e das políticas públicas a ele relacionadas. Com isso, também faço um alerta aos professores universitários sobre os prejuízos em “lançar”, no mercado profissional, isto é, nas escolas, professores sem uma reflexão significativa acerca do livro didático. Segundo Bastos (2001) a concepção do professor influencia o processo de escolha do livro didático, juntamente com suas crenças, significados, conceitos, proposições, regras, imagens mentais, preferências e gostos.

Para Batista (2001, p. 33), a qualidade do sistema de ensino tem sido influenciada pelas deficiências na formação de competências básicas para a atuação profissional docente. “Um dos fatores relevantes para a compreensão do referido descompasso” (BATISTA, 2001, p. 33) entre as expectativas dos docentes e do MEC é a formação inicial e continuada dos docentes. Para ele,

os livros e os textos por si não mudam as pessoas, nem suas práticas; eles “só pregam aos convertidos” e que numa atenção efetiva do estado às escolas, aos professores, a sua formação e as suas condições de trabalho é - como estudos e pesquisas vêm mostrando exaustivamente nas últimas décadas - uma condição necessária para o sustento de sua política pública em relação ao livro didático (BATISTA, 2004, p. 70-71).

Para que no processo formativo da escolha, o professor atente às reflexões sobre a importância do uso do livro didático intervindo eficazmente no sistema educacional, faz necessário incluir na Política do Livro, a formação continuada dos docentes.

Finalizo esta dissertação com a certeza de que este estudo representa o fechamento provisório de uma etapa em minha vida acadêmica. Minha atuação como professora, recém-empossada na rede estadual do Rio de Janeiro, certamente será influenciada por tudo que estudei e aprendi. Espero contribuir para que meus alunos aprendam Matemática de forma significativa e consistente. Acredito que todos têm esse direito. Espero trocar com meus colegas ideias sobre a Matemática e sobre o ensino e a aprendizagem dessa disciplina. Espero, ainda, poder contribuir com o próximo processo de escolha de livro didático, sugerindo a leitura do Guia e propondo um tempo maior para que as escolhas sejam feitas de forma mais consciente.

REFERÊNCIAS

ABRELIVROS. Livros didáticos chegarão às escolas paulistas antes do início do ano letivo. **SEESP Notícias**, São Paulo, 22 Jan.2003. Disponível em:<<http://www.abrelivros.org.br>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

AZANHA J. M. P. Democratização do ensino: vicissitudes da idéia no ensino paulista. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 335-344, maio/ago. 2004.

BABBIE E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1993.

BANCO MUNDIAL. Sector de Educação. **World Banck – guia operacional para libros de textos y material de lectura**. Tradução para o CERLALC por Gladys Arango. Bogotá: Cerlalc, 2003 apud CASSIANO, C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. 2007. 252f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

BAQUERO, R. V. A.; RIBEIRO, M. J. S. Critérios para a seleção de livros-texto de Matemática de 2º grau e concepções dos professores sobre educação. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 66-67, p. 31-42, set/ dez, 1985.

BASTOS, M. S. **O Livro didático nas aulas de Matemática: um estudo a partir das concepções dos professores**. 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2001.

BATISTA, A. O processo de escolha dos livros. O que dizem os professores? In: BATISTA, A.; VAL, C. (Org.). **Livros de alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas**. Belo Horizonte: Ceale, 2004. p. 10-27.

BATISTA, A. A. G. (Org.) **Recomendações para uma política pública de Livro Didático**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977 apud BASTOS, M. S. **O Livro didático nas aulas de Matemática: um estudo a partir das concepções dos professores**. 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1. 006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 jan. 1939. Seção 1, p. 277. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 27 maio 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 dez. 1945. 2p.

_____. Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964. Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 fev. 1964. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do;jsessionid...30629>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. Decreto nº 59.355, de 04 de outubro de 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 out. 1966. Disponível em: <<http://br.vlex.com/vid/livro-tecnico-didatico-colted-34163305>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. Decreto nº 62.411, de 15 de março de 1968. Aprova o estatuto da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 mar.1968, Seção 1, Página 2289. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/.../decreto-62411-15-marco-1968-403549-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 ago. 1985a, Seção I, pág. 12178. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/.../index.php?...decreto..>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. Decreto nº 94.084, de 10 de março de 1987. Institui o Programa Nacional de Material Escolar, dispõe sobre sua execução, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 mar.1987. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/anexo.do?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FAnexo%2F5907382486169359674>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 maio 1992, Seção 1, p. 6030. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/virtual/legis.html>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. Lei nº 5.327, de 02 de outubro de 1967. Institui a Fundação Nacional de Material Escolar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03, out. 1967, Seção 1, p. 10007. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1967-10-02;...>>. Acesso em: 27 maio 2008.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/.../leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 27 maio 2008

_____. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 out. 2003a. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/.../Leis/.../lei11033.htm>>. Acesso em: 27 maio 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos**: relatório. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2004a.

_____. **Área**: Matemática. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2004b.

_____. **Edital PNLD 2010**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2009a.

_____. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações gerais. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2004c.

_____. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações gerais. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2004d.

_____. **Guia do livro didático 2007**: Matemática: séries/anos iniciais do Ensino Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. **Guia de livros didáticos PNLD 2008**: apresentação. Brasília, 2007a.

_____. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2010: Alfabetização Matemática e Matemática. Brasília, DF : Secretaria de Educação Básica, 2009b.

_____. **Matemática**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997a.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997b.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1998a.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 82**, de 20 de janeiro de 2000. Avaliação Pedagógica do Livro Didático. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/975098/dou-secao-1-21-01-2000-pg-49>>. Acesso em: 26 maio 2008.

_____. **Portaria nº 584**, de 28 de abril de 1997. Institui o Programa Nacional Biblioteca da Escola. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/.../index.php?...portaria...584-de-28-de-abril-de-1997...>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Portaria nº 863**, de 30 de outubro de 1985b. Estabelece os procedimentos da FAE para a execução do PNLD. Disponível em: <http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/images/.../decreto_91542.doc>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Portaria nº 1130**, de 06 de agosto de 1993. Institui um grupo de trabalho com o objetivo de analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e os aspectos pedagógicos-metodológicos de livros adequados aos anos iniciais do ensino fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências mais solicitados no ensino fundamental. Mimeografado.

_____. **Portaria nº 1.246**, de 04 de outubro de 1995. Autoriza a Fundação de Assistência ao Estudante. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do?...>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Portaria nº 2.678**, de 24 de setembro de 2002a. Aprovar o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.gesta.org/braille/grafiabrilleeportuguesa.txt>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Portaria nº 3.670**, de 09 de dezembro de 2003b. Institucionaliza o Programa da Escola Básica Ideal, com abrangência nacional. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/.../2003/portaria/Port_3670_091203.doc>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Portaria normativa nº 7**, de 5 de abril de 2007b. Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do Livro. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/...2007/...por00705042007normadecondutaprogramaslivros/download>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Programa Nacional do Livro Didático: Valores Negociados**. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2009c.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1998b. v. 1.

_____. **Resolução nº 2**, de 7 de abril de 1998c. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf>. Acesso em: 27 maio 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução nº 14**, de 20 de abril de 2003c. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/.../resolucao14_2008.pdf>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Resolução nº 2963**, de 29 de agosto de 2005. Dispõe sobre as normas de conduta para a execução do Programa Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/index.php/editais-e-licitacoes/1757.../download>>. Acesso em: 27 maio 2008.

CARRAHER, T.; CARRAHER, D.; SCHELMANN, A. L. **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO J. B. P; SZTANJN P. **As habilidades “básicas” em Matemática**, 1997. Mimeografado.

_____.; LIMA P. F. **Os professores e a escolha de livros didáticos de Matemática de 1º a 4º séries**. 2002a. Mimeografado.

CARVALHO, J. B. P. , SZTAJN, P. As habilidades "básicas" em matemática ["Basic" skills in mathematics]. **Presença Pedagógica**, Belo. Horizonte, v.3, n.15, p. 15-21. nov/dez 1996.

CARVALHO J. B. P. O PNLD e sua influência sobre os livros didáticos de Matemática. **Em Aberto**, Rio de Janeiro, ano 19, n.14, 2002b.

_____. Políticas públicas e o livro didático de Matemática. **Bolema**, Rio Claro, ano 21, n. 29, p. 1-11, 2008.

CASSIANO C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. 252f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

CENTRO DE PESQUISAS PARA A EDUCAÇÃO E CULTURA. **Mesa Redonda**. Brasília, 1995. Mesa redonda coordenada pelo CENPEC em dia 20 de junho de 1995 contando com a presença de editores, autores, e especialistas em livro didático. Mimeografado.

COSTA VAL, M. G. F. Os processos e critérios subjacentes a escolha de livros didáticos nas escolas públicas do país. In: REUNIAO ANUAL DA ANPED, 25, 2002. **Textos dos trabalhos e pôsteres**. Caxambu: ANPED, 2002. <Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/mariagracaostavalt10.rtf>>. Acesso em: 02 maio 2008.

CURI, E. A formação Matemática de professores dos anos iniciais do ensino fundamental face às novas demandas brasileiras. **Revista Iberoamericana de Educación**, Buenos Aires, n. 37/5, 2006. Seção dos Lectores. Disponível em:<<http://www.rieoei.org/deloslectores/1117Curi.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

DIB, S. M (Coord). **Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007, 133p.

DALCIN, A. Um olhar sobre o paradidático de matemática. **Zetetiké**, Campinas, v. 15, n. 27, 136 p, jan./jun. 2007.

DANTE, L. R. Livro didático de Matemática: uso ou abuso? **Em Aberto**, Brasília, v.16, n.69, p. 83-86, jan./mar.1996.

DUARTE JUNIOR J. F. **O que é realidade**, 2007. Mimeografado.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, p. 29- 45, 2000-2001. Disponível em:< www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf >. Acesso em: 02 ago.2007.

FERRÃO, M. E. et al. O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.18, n.1/2, p.1-20, jan./dez. 2001.

FERNANDES, A. T. C. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 531-545, set./dez. 2004.

FERRÃO, M. E. et al. O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.18, n.1/2, p. 111-130, jan./dez. 2001.

FIORENTINI, D. Alguns modos de ver e conceber o ensino de Matemática. **Zetetiké**, Campinas, ano 3, n. 4, p. 1-37, 1995.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Programas de livros didáticos: histórico**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Edital PNLD 2010**. Brasília, 2009. <Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp>>. Acesso em: 02 maio 2008.

_____. **Resolução nº 24**, de 11 de julho de 2003. Dispõe sobre a execução do processo de editoração (adaptação, transcrição e revisão) e impressão de livros em Braille, por intermédio dos Programas do Livro. Disponível em: <<http://www.fiemg.com.br/ead/pne/leis/Resolucao24.PDF> >. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Resolução nº 3**, de 21 de fevereiro de 2001. Dispõe sobre a execução do PNLD. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes...res00321022001/download> >. Acesso em: 20 maio 2008.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (Brasil).

Resolução N.º 30, de 18 de junho de 2004. Dispõe sobre a composição e a distribuição da Reserva Técnica e o Remanejamento dos livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD centralizado e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes-2004/...res03018062004/download>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Resolução n.º 3**, de 14 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Disponível em: <http://fnde.gov.br/web/resolucoes_2008/res003_14012008.pdf>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Resolução nº 40**, de 24 de agosto de 2004. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes-2004/...res04024082004/download>>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. **Resolução nº 5**, de 21 de fevereiro de 2002. Regulamenta a destinação e utilização dos livros didáticos do PNLD após o período de sua vida útil. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes...res00521022002/download>>. Acesso em: 27 maio 2008.

GANZELI, P. O processo de planejamento participativo da unidade escolar. **Política e gestão educacional**, Araraquara, n.2, 2002. Disponível em: <www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/gestao.html>. Acesso em: 25 jan.2010.

GARCIA V. C. V. Fundamentação teórica para as perguntas primárias: O que é matemática? Por que ensinar? Como se ensina e como se aprende? **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 176-184, maio/ago.2009.

GUIMARÃES, G.; BORBA, R. **Reflexões sobre o ensino de Matemática nos anos iniciais de escolarização**. Recife: SBEM, 2009. (Coleção SBEM, v. 6).

GONÇALVES, M. S. **Escolha do livro didático e pluralidade metodológica**, 2009, 18 p. Mimeografado.

GREEN J.; MORTIMER E. F.; NUNES-MACEDO M. S. A. A constituição das interações em sala de aula e o uso do livro didático: análise de uma prática de letramento no primeiro ciclo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.21, n. 25, 37-45, jan./abr. 2004.

HÖFLING, E. M. Notas para discursão quanto a implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação e Sociedade**, São Paulo, ano XXI, n. 70, p.159-170, abr. 2000.

JAKUBOVIC J, LELLIS M. Adição e subtração: alguns problemas comuns. **Revista de Ensino de Ciências**, São Paulo, v.21, n. 1, p.61-64. 1988.

JEFFREY, D. C. A democratização do ensino público: das iniciativas à promoção de novas oportunidades educacionais. **Intellectus: Revista Acadêmica Digital das Faculdades Unoprec**, ano 2, n. 4, p.121-131, jan./jul. 2005.

LAJOLO, M. P.; ORG, D. B. Livro didático: um (quase) manual didático. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 69, p. 40-49, 1996.

LEON, F. L. L.; MENEZES-FILHO, N. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.417-451, 2002.

LIÇÕES milionárias. **VEJA**, São Paulo, n. 756, p. 42-49, mar. 1983 apud BAQUERO, R. V. A.; RIBEIRO, M. J. S. Critérios para a seleção de livros-texto de Matemática de 2º grau e concepções dos professores sobre educação. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 66-67, p. 31-42, set/ dez, 1985.

LUCA, T. R., MIRANDA, S. R. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p.123-144, 2004.

LÜDKE, H. Alves M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARIN, A. J. Com o olhar nos professores: Desafios para o enfrentamento das realidades escolares. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, p.8-18, abr.1998.

MATTOS, C; GASPARA, A. **A origem das "propriedades gerais da matéria" e a crença dos professores na validade e importância desse conteúdo**: uma reflexão do papel do livro didático no ensino de ciências. São Paulo: Faculdade de Engenharia UNESP, 2005. Disponível em: <www.cienciamao.usp.br/.../exibir.php?...aorigemdaspropriedadesge>. Acesso em: 03 ago.2009.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2007.

VEIGA-NETO, A. J. , TEIXEIRA, C. M., WORTMANN, M. L. Livros-Textos de Ciências: uma análise preliminar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.12, n. 1, p.65-70, jan/jun.1987.

NISKIER, A. O livro, elemento insubstituível de cultura. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1º caderno, p.11, 8 nov. 1982 apud BAQUERO, R. V. A.; RIBEIRO, M. J. S. Critérios para a seleção de livros-texto de Matemática de 2º grau e concepções dos professores sobre educação. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 66-67, p. 31-42, set/ dez, 1985.

NOSDAESCOLA. Texto e contexto no livro: o livro didático em questão, **Multirio**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 55, 2007. Disponível em:< <http://www.multirio.rj.gov.br/nosdaescola> p.26>. Acesso em: 30 abr. 2010.

NOVA IGUAÇU. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu, 2008.

OLIVEIRA, J. B. A. Cartilhas de alfabetização e a regionalização do livro didático. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v 25, n. 44 p. 95-98, fev. 1983a.

OLIVEIRA, J. B. A. Os livros descartáveis: exigência pedagógica ou apenas um bom negócio? **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v.25, n.44 p.90-94, fev. 1983b.

OLIVEIRA, L. H. G. **Livro didático e aprendizado de leitura no início do Ensino Fundamental**. 2007, 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

ORTIGÃO. M.I.R. **Currículo de matemática e desigualdades educacionais**. 2005. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.

OTA, I. A. S. O livro didático de Língua Portuguesa no Brasil. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 211-221, 2009.

PEREIRA, J. S.; NEHRING, C. M. Confronto com a realidade escolar: compreensão e significado a aprendizagem Matemática . In: ENCONTRO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2009. **Anais...** Ijuí: EGEM, 2009. Disponível em: < Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/matematica/cd_egem/.../RE_06.pdf>. Acesso em: 02 ago.2007.

PONTE J. P. Concepções dos professores de matemática e processos de formação. In: BROWN, M., D. Fernandes, MATOS, J. F. ; PONTE, J. P. **Educação matemática: temas de investigação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992. p.185-239.

PAIVA, R. M. **O livro didático de matemática na 5ª série/ensino fundamental: os aspectos relativos ao conteúdo, à adequação, à pertinência didático-metodológica e ao uso das tecnologias de comunicação e informação**. 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

ROMANATTO M. C. **O livro didático: alcances e limites**, 2002. Mimeografado.

SANTOS. S. O ensino de geometria com significação nos anos iniciais da educação básica. **Somatemática**, Rio de Janeiro, abr. de 2007. Disponível em: <www.somatematica.com.br/artigos/a33/>. Acesso em: 21 nov. 2009.

SAMMONS, P., HILLMAN, J. ; MORTIMORE, P. **Key characteristics of effective schools: a review of schol effectiveness research**. Londres: Office for Standards in Education (OFSTED),1995 apud FERRÃO, M. E. et al. O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.18, n.1/2, jan./dez. 2001.

SILVA, I. F ; CZERNISZ, E. C. S.; DALMAS, J. C. **O processo de democratização do acesso e da qualidade do ensino no Brasil sob o prisma do financiamento da educação.** [2004?] Mimeografado.

SILVA, T. R. N. O Livro Didático: reflexões sobre critérios de seleção e utilização. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v.20 n. 44, p. 98-101, fev. 1983.

SILVA JUNIOR, C. G. **Critérios de adoção e utilização do livro didático de Matemática no ensino fundamental, e a participação do professor na adoção:** o caso agreste pernambucano. 2005. 137f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) Instituto de Educação, Universidade Federal do Recife, Recife, PE, 2005.

SCHWARTZMAN, S. Os desafios da Educação no Brasil. In: SCHWARTZMAN, S., BROCK, C. **Os desafios da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 9-51.

SOARES, J. F. Qualidade e equidade na educação básica: fatos e possibilidades. In: SCHWARTZMAN, S., BROCK, C. **Os desafios da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 91-117.

SOARES, M. B. Um olhar sobre o livro didático. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v.2, n.12, p.53-63. nov/dez 1996.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do banco Mundial. In: TOMMASI, L. De; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Orgs.) O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez/PUC-SP, p. 125-194, 1996 apud CASSIANO C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil:** da criação do Programa Nacional do Livro Didático PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. 252f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

THOMPSON, A. G. The relationship of teachers conception of Mathematics and Mathematics teaching to instructional practice. **Education Studies in Mathematics**, Netherlands, 15, p 105 -127, 1991 apud BASTOS, M. S. **O Livro didático nas aulas de Matemática:** um estudo a partir das concepções dos professores. 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2001.

VALENTE, W. R. Positivismo e matemática escolar dos livros didáticos no advento da república. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 2, n. 109, p. 201-212, mar. 2000.

WOLFF, L. G. Focus of three 4 factors to affect what students learn. Resources in Education, v. 17, n. 11, 71p, nov. 1982 apud BAQUERO, R. V. A.; RIBEIRO, M. J. S. Critérios para a seleção de livros-texto de Matemática de 2º grau e concepções dos professores sobre educação. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 66-67, p. 31-42, set/ dez, 1985.

APÊNDICE A - Antecedentes históricos ao PNLD

As primeiras políticas do livro didático no Brasil surgiram em 1929 e foram coordenadas pelo Instituto Nacional do Livro (INL). Este Instituto era um órgão específico para legislar acerca das políticas públicas do livro didático, visando contribuir para legitimar e aumentar a produção do livro didático. Nessa época, não existiam ações relacionadas à avaliação pedagógica dos livros.

Em 1938, o Estado instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, com o objetivo de estabelecer a sua primeira política de legislação para controlar a produção, importação e a utilização do livro didático no Brasil. Por esse decreto, foram estabelecidos impedimentos à autorização para a edição de livros didáticos e também foram implementadas exigências quanto à correção e informação, bem como à linguagem dos livros (HÖFLING, 2000). Segundo Carvalho (2008), a CNLD tinha, entre suas atribuições, “verificar se os livros didáticos publicados seguiam os programas oficiais de ensino” (p. 3). Para o autor, esta comissão não examinava a qualidade dos livros, mas somente se eles expunham integralmente os programas.

Em 1945, houve uma preocupação do governo com as condições de produção, importação e utilização do livro didático. O Estado consolidou uma legislação específica por meio do Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos. Ao mesmo tempo, centralizou as funções da Comissão Nacional do Livro Didático à esfera Federal.

O Estado passou, então, a assumir o controle sobre o processo de adoção de livros em todos os estabelecimentos de ensino no território nacional. Gradativamente, tais funções foram se descentralizando, com a criação em alguns Estados, de comissões Estaduais do Livro Didático (HÖFLING, 2000, p. 163).

Em 1964, o Governo Federal, pelo Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964, considerando que as condições de ensino popular no país eram muito precárias e que o elevado preço do livro didático impossibilitava sua aquisição pela maioria dos estudantes, decretou que:

o Ministério da Educação e Cultura fica autorizado a editar livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino, para distribuição gratuita e venda a preço de custo em todo o país (...) a distribuição gratuita será feita a estudante carentes de recursos e às bibliotecas escolares (...) cada estabelecimento público ou particular

dará conhecimento a seus alunos do direito que lhes assiste de escolha dos livros (BRASIL, 1964, p. 1)

Essa determinação consolidou o início de uma política pública do livro didático. O MEC foi autorizado a editar livros didáticos para todos os níveis de ensino, e assim o Governo brasileiro iria iniciar uma política de distribuição gratuita aos estudantes que não tinham condições de comprar esses livros, e as bibliotecas escolares também passariam a recebê-los.

O decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966 permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. A criação desta comissão foi justificada pelo fato de

a produção e a distribuição do Livro Técnico e do Livro Didático interessam sobretudo, aos poderes públicos, pela importância de sua influência na política de educação e de desenvolvimento econômico e social do País Estado manter-se numa atitude ao mesmo tempo atuante e vigilante, cabendo-lhe participar diretamente, quando necessário, da produção e distribuição de livros dessa natureza (BRASIL, 1966, p. 2).

Para criar a COLTED, foi realizado um acordo entre o MEC e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Este acordo assegurou ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos. Ao garantir o financiamento do Governo a partir de verbas públicas, o programa revestiu-se do caráter de continuidade (BRASIL, 2009c, p. 5).

A COLTED tinha a atribuição de gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e realizar programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico. Assim caberia à COLTED as funções de:

- k) definir, quanto ao livro técnico e ao livro didático, as diretrizes para a formulação de programa editorial e planos de ação do Ministério da Educação e Cultura;
- l) autorizar a celebração de contratos, convênios e ajustes com entidades públicas e particulares e com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros e
- m) promover estudos e prestar a assistência que lhe for solicitada (BRASIL, 1966, p. 2).

Em 1967, a Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME foi instituída pela Lei nº 5.327, de 2 de outubro. Para que a FENAME se tornasse responsável pela produção, distribuição e pelo estabelecimento do preço de custo do material

escolar e didático. Em 15 de março de 1968, pelo Decreto 62.411, foi aprovado o estatuto da fundação com as seguintes funções:

- promover e coordenar, por si ou por terceiros, pesquisas e estudos, de âmbito nacional, que visem ao levantamento de dados sobre a demanda de material escolar e didático, bem como as condições do mercado, a fim de que as suas atividades de produção correspondam, de modo sistemático e organizado, às reais necessidades do País;
- instalar representações regionais e postos de distribuição de material escolar;
- promover convênio, contrato ou acordo com instituições públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, sobre assuntos ligados aos seus interesses.
- promover a preparação de pessoal auxiliar e o aperfeiçoamento e especialização do pessoal técnico necessário às suas atividades;
- promover reuniões ou congressos (BRASIL, 1986, p. 1).

No Decreto 62.411, era entendido como material escolar e didático:

- cadernos escolares e blocos de papel diversos;
- cadernos de exercícios; 10
- peças, coleções e aparelhos para o estudo das diversas disciplinas dos currículos escolares,
- guias metodológicos e manuais sobre matérias ou disciplinas consideradas de maior interesse;
- dicionários, atlas, enciclopédias e outras obras de consulta;
- material para o ensino audiovisual de disciplinas de cursos de grau elementar, médio e superior;
- material em geral, de uso frequente por alunos e professores (BRASIL, 1986, p. 3).

Assim, a FENAME é criada com a finalidade de produzir e distribuir material didático, e facilitar a aquisição e utilização do referido material. Para atingir seus objetivos poderia:

- promover e coordenar, por si ou por terceiros, pesquisas e estudos, de âmbito nacional, que visassem ao levantamento de dados sobre a demanda de material escolar e didático, bem como as condições do mercado, a fim de que as suas atividades de produção correspondam, de modo sistemático e organizado, às reais necessidades do País;
- instalar representações regionais e postos de distribuição de material escolar;
- promover convênio, contrato ou acordo com instituições públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, sobre assuntos ligados aos seus interesses.
- promover a preparação de pessoal auxiliar e o aperfeiçoamento e especialização do pessoal técnico necessário às suas atividades;
- promover reuniões ou congressos (BRASIL, 1986, p. 2).

O primeiro financiamento da COLTELD devido ao acordo entre o MEC e a USAID ocorreu em 1968. Apesar de a COLTELD passar a gozar de autonomia administrativa e financeira, não possuía uma organização administrativa, nem financeira para atuar. Por isso os recursos eram oriundos do INL.

Em decorrência dessa situação, em 1970 foi implantado o sistema de co-edição de livros, com as editoras nacionais por intermédio da Portaria Ministerial nº 35/70. (HÖFLING, 2000, p. 163).

Nesta mesma época, a expansão da rede e o processo de democratização do ensino viabilizaram o desenvolvimento da indústria gráfica, respondendo às demandas da produção de material didático (SOARES, 1996).

Em 1971, o INL começou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo a função de administrar e gerenciar os recursos que, até então, estavam a cargo da COLTELD, extinta em 1971. O governo federal implementou um sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático. Com essa contribuição financeira, foi encerrado o convênio do MEC com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Em 1976, o governo passou a comprar livros para distribuição em algumas escolas de ensino fundamental das unidades federadas. Neste mesmo ano, o Instituto Nacional do Livro (INL) é extinto e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) torna-se responsável pela execução das políticas voltadas para o livro didático. Os recursos vão ficando cada vez mais insuficientes, apesar da contribuição das unidades da federação, e da contribuição social do salário educação, vinda do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que já existia desde 1968 (HOFLING, 2000).

Silva (1983) evidencia que, no final da década de 1970 e início da década de 1980, a escolha do livro didático pelos professores ocorria, fundamentalmente, de acordo com a região do Brasil em que estes viviam e atuavam como docentes. Os livros regionais se caracterizam por um conjunto de textos com adaptação do currículo às variações culturais regionais, permitindo um trabalho diferenciado para atender às necessidades das diversas localidades brasileiras (OLIVEIRA, 1983a).

Segundo Silva (1983), a escolha pelo livro com características regionais, naquela época, poderia ser uma forma de manter as desigualdades entre as regiões brasileiras.

Nas regiões mais pobres, a excessiva regionalização e descentralização, que foram atributos desse país no começo do século pode ser uma forma de fortalecer o feudalismo de poder local, tornando mais ainda maior o fosso que separa as regiões mais e menos desenvolvidas do país (SILVA, 1983, p. 98).

Nesta época, não existiam diretrizes para a avaliação dos livros, e nem havia uma política que incentivasse a participação do professor na escolha dos livros didáticos.

As pesquisas educacionais realizadas ao longo dos anos 1970 sobre o livro didático evidenciaram

um forte interesse pelo material pedagógico, num contexto organizado em torno da formação de bases institucionais da pesquisa universitária, da exploração do mercado editorial didático e da expansão das redes públicas de ensino. (BATISTA, 2001, p. 27)

De início as poucas pesquisas educacionais existentes sobre o livro ressaltavam que este instrumento era identificado apenas como uma tecnologia não muito adequada ao ensino-aprendizagem (BATISTA, 2001). Já a década de 1980 foi caracterizada por pesquisas que apontavam novos paradigmas teóricos que privilegiavam “a relevância social dos conteúdos de ensino e sua dependência contextual” (BATISTA, 2001, p. 27):

Se de início, essa pesquisa apresenta um fascínio pouco distanciado pelas possibilidades de o livro escolar [sic], quanto mais se aproxima a década de 80, passa a se caracterizar pela denúncia e análise crítica de seus conteúdos ideológicos e de sua propriedade conceitual. Os resultados dessas pesquisas se associavam, à medida que se avança na década de 80, ao surgimento de novos paradigmas teórico-metodológicos e aos resultados de um acentuado processo de reorganização curricular relacionado ao processo de redemocratização do país (BATISTA, 2001, p. 27).

Os livros didáticos, nas décadas de 1970 e 1980, eram caracterizados por uma síntese dos conteúdos e um conjunto de atividades que possibilitavam “a agilização na correção dos exercícios escolares, devido à grande sobrecarga do professor”¹⁶. Mas esse “modelo de manual escolar” (BATISTA, 2001, p. 29) contribuía para a manutenção das muitas precariedades da escola brasileira, ao invés de ser um instrumento de promoção da qualidade do ensino. Na mesma direção, Magda Soares (1996, p. 62) afirma que um “processo de depreciação da função docente” surge quando os autores de livro didático assumiram a responsabilidade da criação de estratégias de facilitação da atividade docente.

¹⁶ Ponto de vista da Câmara Brasileira do Livro, no encontro de secretários de Educação e Cultura (1981, apud Batista, 2001, p. 29).

Nesta mesma década, em meio a várias discussões, surgiu uma proposta dos editores¹⁷ de um novo livro didático, diferente dos livros tradicionais da época. Esta proposta envolvia: autores se preocuparem com os objetivos do ensino, clareza acerca do nível de desempenho esperado pelos alunos, a adequação entre conteúdos e objetivos, entre outros requisitos, de acordo com o referencial teórico adotado (OLIVEIRA, 1983b). Nesta época, buscou-se produzir livros didáticos que evidenciassem diversas expectativas como interesses sociais e regionais (BATISTA, 2001).

Em 1983, com a substituição da FENAME pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorporou o PLIDEF, foi proposta uma ampliação do Programa do Livro Didático, propondo a participação dos professores na escolha dos livros do ensino fundamental¹⁸.

Segundo a revista VEJA (LIÇÕES..., 1983 apud BAQUERO; RIBEIRO, 1985) em 1983, um terço dos livros publicados no Brasil eram escolares. Mas em 1984, o MEC encerrou o sistema de co-edição no país, quando passou a comprar livros de editoras que participavam do PLIDEF (HOFLING, 2000).

As políticas públicas que antecederam ao PNLD prepararam um cenário para o desenvolvimento de ações estratégicas que visassem à avaliação dos livros didáticos. A partir da criação do PNLD,

progressivamente, foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas componentes do currículo escolar e o programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha. (LUCA; MIRANDA, 2004, p.126)

As primeiras estratégias foram relacionadas à produção, à importação e à utilização do livro didático no Brasil. Mas as discussões dos especialistas evidenciaram novas demandas na educação que, consoante com as diversas leis e decretos, fundamentaram a ampliação para a política do livro no país.

O governo federal, em 1987, instituiu, pelo decreto nº 94.084, o Programa Nacional de Material Escolar, o PNME, que se tornaria o órgão responsável pela aquisição e a distribuição do material escolar para as escolas da rede pública de ensino fundamental. Seria desenvolvido pela FAE, atuando em articulação com as

¹⁷ Segundo a Câmara Brasileira do Livro (Batista, 2001, p. 29).

¹⁸ Em 1976, o governo iniciou a comprar e distribuição de livros didáticos de uma forma não universalizada.

secretarias de educação dos estados, Distrito Federal e territórios e com órgãos municipais de ensino.

APÊNDICE B - Os PNLDs referentes às séries iniciais do ensino fundamental

Neste tópico, pretendo trazer uma retrospectiva de todos os PNLD das séries iniciais do ensino fundamental em suas características principais. Indico, também, a quantidade de livros avaliados, apresento o antigo sistema de classificação dos livros e alguns dados estatísticos.

PNLD 1997

O PNLD 1997 foi o resultado de diversas propostas e ações para definir os primeiros critérios de avaliação de livros didáticos. Para definir esses critérios houve várias discussões, entre os anos de 1994 e 1996, com especialistas, autores, editores e representantes de associações.

O primeiro Guia do Livro Didático foi divulgado em 1997. Esse primeiro PNLD deu possibilidade ao professor de adotar livros recomendados e não recomendados. Somente os livros excluídos não poderiam ser escolhidos pelos professores.

O PNLD 97 avaliou livros didáticos de 1º ao 4º anos, das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. Os critérios comuns definidos para as análises foram a adequação didática e pedagógica, a qualidade editorial e gráfica, a pertinência do material do professor e os critérios eliminatórios.

Esta análise gerou uma categorização dos livros que foram classificados em Recomendados (REC), Recomendados com Ressalva (RR), Não Recomendados (NR) e Excluídos (EXC). Algumas dessas categorias foram usadas até o PNLD/2004.

Os livros eram classificados como:

- Recomendado – R (obras satisfatórias, que atendem aos critérios mais relevantes);
- Recomendado com Ressalva – RR (têm qualidades mínimas, mas também têm problemas);

- Não Recomendado - NR (obras conceitualmente insuficientes, com impropriedades);
- Excluído – E (erros conceituais, preconceitos ou discriminação, desatualização).

Foram avaliados, no PNLD 97, 466 livros, dos quais:

- ✓ 63 recomendados;
- ✓ 42 recomendados com ressalvas;
- ✓ 281 não recomendados;
- ✓ 80 excluídos.

Nesta primeira avaliação em grande escala, os livros não poderiam expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação (BATISTA, 2001). Também seriam eliminados os livros que expressassem preconceitos ou qualquer forma de discriminação e tivessem indução ao erro ou erro conceitual. Atualmente os critérios comuns a todas as disciplinas e os específicos são revistos a cada nova avaliação.

PNLD 1998

No PNLD 98, foram avaliados os livros dos 1º a 4º anos do ensino fundamental. Foi introduzida a categoria Recomendados com Distinção (RD) na classificação dos livros e um novo critério de exclusão relativo à metodologia, chamado Inadequação Metodológica.

Nesse PNLD, foram avaliados livros nas áreas de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais de 2º ao 5º anos. Foram também incluídos, nessa avaliação, os livros de alfabetização: as cartilhas, pré-livros e livros de leitura intermediária. Os livros começaram a usar uma convenção gráfica de estrelas, com o objetivo de “facilitar uma rápida visualização” (BATISTA, 2001, p.15). Assim os livros eram classificados em:

- Recomendado com Distinção - RD (propostas pedagógicas criativas e instigantes-***);
- Recomendado – R (**)

- Recomendado com Ressalva – RR (*)
- Não Recomendado - NR
- Excluído – E

Nesta avaliação, foram inscritos 454 livros de 2º a 5º anos de escolaridade, sendo que:

- 19 recomendados com distinção;
- 47 recomendados;
- 101 recomendados com ressalvas;
- 211 não recomendados;
- 76 excluídos

No PNLD 98, cerca de 40% dos livros escolhidos eram não-recomendados. Já no PNLD 97, esse valor era de aproximadamente 72%. Houve, também, no PNLD 98, uma regularização do fluxo do atendimento nos processos de compra e distribuição. Determinou-se, em 1998, que a vida útil do livro seria de três anos. Por essa razão, nos intervalos dos PNLDs, realiza-se apenas a reposição dos exemplares.

PNLD 2001

No PNLD 2001, houve a terceira avaliação de livros do 1º ao 4º anos. Neste PNLD, os alunos portadores de deficiência visual das escolas regulares públicas do país foram incluídos no Programa com a distribuição de livros didáticos em Braille.

Foram avaliados livros de 2º ao 5º ano nas áreas de Língua Portuguesa, Alfabetização, Matemática, Ciências, Estudos Sociais e houve também a primeira avaliação de dicionários para o primeiro segmento do ensino fundamental. Os livros foram classificados em:

- Recomendado com Distinção - RD;
- Recomendado – R;

- Recomendado com Ressalva – RR;
- Excluído – E.

O MEC recebeu a inscrição de 569 títulos, classificados em:

- ❖ 35 recomendados com distinção;
- ❖ 76 recomendados;
- ❖ 210 recomendados com ressalvas;
- ❖ 248 excluídos.

Observa-se um número muito alto de livros excluídos e recomendados com ressalvas. Também foram avaliados, neste PNLD, 35 dicionários, sendo:

- ❖ 06 recomendados com distinção;
- ❖ 06 recomendados;
- ❖ recomendados com ressalvas;
- ❖ excluídos;

PNLD 2004

Neste PNLD, ocorreu a primeira avaliação de coleções completas das séries iniciais. Até o PNLD 2001, os livros poderiam ser escolhidos e avaliados de forma isolada, isto é, um livro diferente para cada série do ensino fundamental. Mas, a partir do PNLD 2002, a fim de garantir uma continuidade do projeto pedagógico proposto nos livros, as editoras e autores ficaram impedidos de submeter livros isolados para avaliação. Dessa forma, nos PNLD subsequentes, os docentes passaram a escolher a mesma coleção para cada componente curricular (CARVALHO; LIMA, 2002b).

Numa ampliação das Políticas Públicas do Livro Didático, o PLND 2004 distribuiu aos estudantes portadores de necessidades especiais livros didáticos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Dicionários. Essas ações caracterizaram o PNLD numa política de inclusão ao atender alunos portadores de necessidades especiais.

Neste PNLD, optou-se por retirar as “estrelas” da classificação dos livros. Houve vários questionamentos sobre o uso das estrelas na classificação de livros. Segundo Gonçalves (2009), as estrelas, para os críticos, disfarçavam os conceitos.

A mudança ocorreu sob a alegação de que o professor deveria pautar sua escolha pela leitura detalhada das resenhas e não simplesmente pela observação do número de estrelas recebido. (GONÇAVES, 2009, p. 3)

Outra mudança neste PNLD é sobre os 260 títulos avaliados, que não correspondem a livros, mas a 260 coleções, sendo:

- ✓ 12 coleções recomendadas com distinção;
- ✓ 60 coleções recomendadas;
- ✓ 112 coleções recomendadas com ressalvas;
- ✓ 76 coleções excluídas;

Dentre os 19 dicionários avaliados:

- ✓ 1 recomendado com distinção;
- ✓ 5 recomendados;
- ✓ 10 recomendados com ressalvas;
- ✓ 3 excluídos.

Foram avaliadas 260 coleções do 1º ao 4º anos do ensino nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Livros de Alfabetização, Livros Regionais de História e Geografia e Dicionários. Neste PNLD, houve um aumento notório do número de inscrições.

PNLD 2007

O Guia do PNLD 2007 trouxe a avaliação das coleções de livros para as séries iniciais do ensino fundamental. Como continuação de uma política de inclusão para os alunos portadores de deficiência auditiva, o FNDE fez a reposição de livros fornecendo dicionários trilingue. Os alunos do 1º ao 4º anos de

escolaridade também foram contemplados com cartilhas, livros de Língua Portuguesa em libras e em CD-rom.

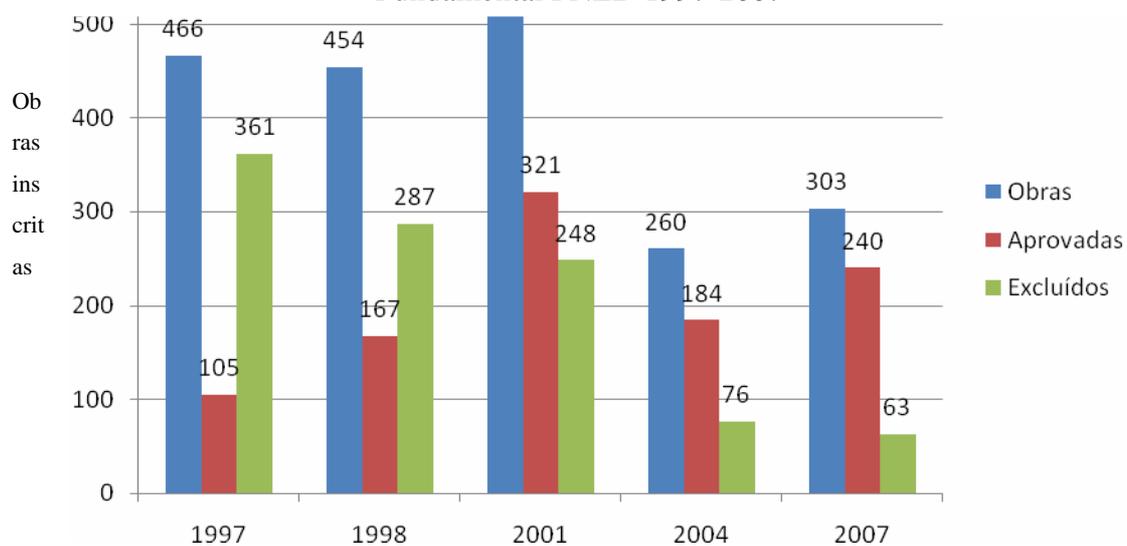
Em 2007, o PNLD comprou 110,2 milhões de livros para serem utilizados no ano letivo de 2008. Essa aquisição custou R\$ 559,7 milhões. Foram adquiridos livros de todas as disciplinas para 13,4 milhões de alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental (ou 6º ao 9º ano, para as redes que já haviam adotado este nível de ensino em 9 anos) e para todos os alunos da 1ª série, além de reposição para estudantes de 2ª a 4ª série. O FNDE adquiriu, em 2008, 60,5 milhões de livros para os alunos da 1ª série e para a complementação e a reposição de todas as disciplinas das demais séries do ensino fundamental. Os livros começaram a ser distribuídos em outubro para utilização em sala de aula em 2009. O valor da compra dessa vez foi de R\$ 302,6 milhões (BRASIL, 2009c, p.9)

Avaliaram-se coleções de livros de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Livros de Alfabetização, Livros Regionais de História e Geografia. As menções usadas para os 303 títulos inscritos foram:

- ✓ Aprovado: 240;
- ✓ Excluído: 63.

No PNLD 2007, não se avaliou nenhum dicionário, pois em 2006 não foram avaliados os conteúdos programáticos para o primeiro segmento do ensino fundamental, mas somente os dicionários. O gráfico a seguir sintetiza o histórico da avaliação de livros didáticos para os anos iniciais do EF ocorrida entre 1997 a 2007, mostrando o quantitativo de livros avaliados, aprovados e excluídos.

GRÁFICO 1 - Avaliação de Livros Didáticos para as séries iniciais do Ensino Fundamental PNLD 1997-2007

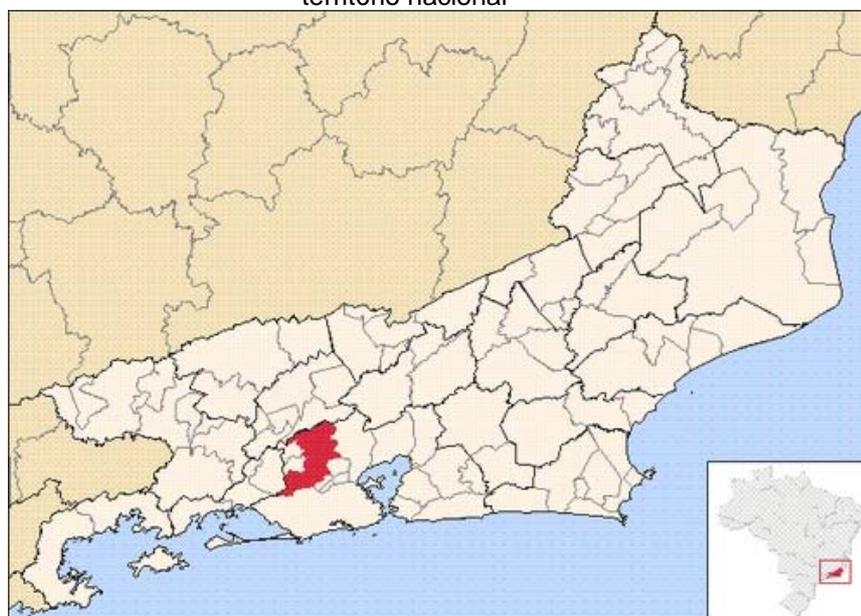


Observamos, neste gráfico, como houve um declínio no grande número de livros excluídos desde o primeiro PNLD, indicando uma “uniformização” Pedagógica e editorial (BATISTA, 2001).

APÊNDICE C - Conhecendo Nova Iguaçu e a sua política educacional

Nova Iguaçu é um município do estado do Rio de Janeiro, localizado na Baixada Fluminense, especificamente, na região metropolitana. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população de cerca de 870 mil habitantes¹⁹. É considerado um dos maiores municípios brasileiros, ocupando a 19ª posição das Unidades de Federação. Hoje sua área é de 523,9 km², das quais um terço é coberto por vegetação de Mata Atlântica.

Figura 1: Mapa do município de Nova Iguaçu e sua localização em relação ao território nacional



Fonte: iiiiWilquipeviaiguassu.com/.../localizacao_novaiguacu.jpg

Na figura acima temos a localização do município de Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro. A figura menor mostra a localização do estado em relação ao Brasil. No mapa abaixo vemos a divisão administrativa de Nova Iguaçu e podemos observar que uma grande parte do município possui vegetação de Mata Atlântica, na Reserva Ecologia de Tinguá e no Parque Municipal de Nova Iguaçu.

¹⁹

IBGE/2009.

Figura 2: mapa do município de Nova Iguaçu de acordo com a organização administrativa



Fonte: Wikipédia, 2009.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Nova Iguaçu é 0,762²⁰, indicando um índice médio de desenvolvimento humano. O IDH é um índice criado pelas nações Unidas que avalia o bem-estar da população em relação à riqueza, educação e esperança média de vida²¹.

O centro comercial de Nova Iguaçu é o segundo maior do estado do Rio de Janeiro, com grande concentração de fábricas de cosméticos. A agricultura, o turismo, a prestação de serviços e o transporte são as principais fontes econômicas do município. O Produto Interno Bruto (PIB) de Nova Iguaçu é um dos maiores do Estado, com R\$ 5.764.270 mil (IBGE/2005).

Apesar disso, o acesso ao atendimento na área da saúde ainda é precário devido à alta demanda na procura e à capacidade das **Unidades de Saúde Pública**. Grande parte do município não tem saneamento básico: apenas 40% das ruas do município possuem pavimentação, 30% dos domicílios têm drenagem de águas pluviais, 60% deles com redes coletoras de esgoto, 52% possuem esgoto

²⁰ O IDH varia de 0 a 1.

²¹ Com este IDH, Nova Iguaçu ocupa a 17ª posição do ranking de cidades com população total entre 500 mil e 1 milhão de habitantes, e o 45º lugar no ranking Estadual.

sanitário ligado à rede de coleta e 81% dos domicílios têm acesso à rede geral de abastecimento de água²².

Em relação à cultura e lazer, esse município possui 2 teatros, 7 cinemas, 2 bibliotecas públicas institucionais e 10 bibliotecas ligadas à Rede Municipal. Nova Iguaçu tem 87 escolas Estaduais e 106 escolas municipais, que contam com aproximadamente 3.379 docentes do 1º ao 5º ano. Hoje existem 12 creches municipais e 36 conveniadas à prefeitura.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para este município nos anos iniciais é de 3,9, superando a meta projetada de 3,7, conforme o quadro a abaixo.

O IDEB é um indicador importante para a qualidade da educação, que possibilita o diagnóstico e metas das redes de ensino. Ele mede o fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações da Prova Brasil, para os municípios.

Figura 3: IDEB dos municípios da Baixada Fluminense observado e as metas projetadas

Escolas de EF Anos Iniciais	IDEB				
	Observado		Metas Projetadas		
	2005	2007	2007	2009	2011
Nova Iguaçu	3,6	3,9	3,7	4,0	4,4
Belford Roxo	3,5	3,6	3,5	3,9	4,3
Mesquita	3,7	3,9	3,7	4,1	4,5
São João de Meriti	3,7	3,6	3,8	4,1	4,5
Queimados	3,7	3,9	3,8	4,1	4,5
Duque de Caxias	3,3	3,7	3,4	3,7	4,2
Seropédica	3,2	3,6	3,2	3,6	4,0
Nilópolis	3,0	3,9	3,1	3,4	3,8
Magé	3,3	3,6	3,3	3,7	4,1
Itaguaí	3,3	3,7	3,4	3,7	4,1
Japeri	3,1	3,7	3,2	3,5	4,0
Guapimirim	3,0	3,5	3,0	3,4	3,8
Paracambi	3,4	4,5	3,5	3,8	4,3

Fonte: INEP, 2009.

Os Municípios pertencentes à região em que situa-se na Baixada Fluminense, além de Nova Iguaçu, são Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Queimados, Duque de Caxias, Seropédica, Nilópolis, Magé, Itaguaí, Japeri, Guapimirim e Paracambi.

²²

Dados da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2009

Quando comparamos o IDEB verificado em 2007 de Nova Iguaçu com os dos outros municípios da Baixada Fluminense, observamos que esse município possui, junto a Mesquita, Nilópolis e Queimados o segundo maior IDEB de 2007 da região, de 3,9. O maior IDEB verificado em 2007 na Baixada Fluminense é de Paracambi, com 4,5.

Dados do INEP indicam que o IDEB projetado para o Brasil em 2007 era de 3,9, mas o IDEB observado foi maior, chegou a 4,2. Já o IDEB para o estado do Rio de Janeiro observado foi o mesmo que o projetado para 2007: 3,8. Isso indica que o município de Nova Iguaçu, em 2007, teve um IDEB maior que o do Estado do Rio, alcançando o IDEB projetado para o Brasil, superando a sua meta proposta.

O Plano Municipal de educação de Nova Iguaçu

Em 2007, a prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, iniciou a construção de um Plano Municipal de Educação para o período de 2008 a 2018. O processo de elaboração do documento abrangeu variados segmentos com o intuito de favorecer uma Gestão Democrática “num projeto de uma Educação Cidadã para uma Cidade Educadora” (p. 7).

Esse Plano abrange a análise da situação da educação no Município e define políticas e diretrizes gerais, envolvendo a definição de objetivos e metas setoriais e o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Educação

Segundo o documento oficial, O Plano Municipal de Educação de Nova Iguaçu 2008 /2018 visa:

sintetizar os principais anseios e demandas do cenário educacional, ao mesmo tempo em que aponta caminhos e possibilidades para a transformação das realidades do município (NOVA IGUAÇU, 2007, p. 7).

Os seguintes objetivos são propostos pelo PME de Nova Iguaçu.

Os objetivos para a educação infantil:

- A. Ampliar o atendimento;
- B. Oferecer educação integral;

- C. Definir normas e diretrizes;
- D. Qualificar os profissionais que atuam no segmento;
- E. Ampliar e qualificar a Rede Física (p. 13-16).

Os objetivos para o ensino fundamental:

- Definir políticas e diretrizes curriculares;
- Assegurar que todas as escolas tenham seus projetos pedagógicos;
- Assegurar a todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino, que estejam alfabetizadas até os oito anos de idade;
- Reduzir a evasão, a repetência e a distorção série/idade;
- Oferecer Horário Integral para o Ensino fundamental em todas as Unidades Escolares (UEs);
- Atender os alunos por nível de aprendizagem;
- Estudar as causas do baixo rendimento escolar e adotar estratégias de superação;
- Assegurar a oferta do Ensino Religioso;
- Construir, reformar e adequar salas de leitura, mídiotecas e bibliotecas à natureza e necessidades do trabalho pedagógico;
- Adquirir e adequar os recursos didáticos às necessidades do trabalho pedagógico;
- Estabelecer mudanças nos critérios para matrículas e formação de turmas para a rede municipal de ensino (p. 17-20).

Os objetivos para os profissionais da educação:

- ❖ Promover uma política efetiva de valorização dos profissionais da Educação da rede de Nova Iguaçu por meio de :
 - a) formação continuada dos profissionais da Educação;
 - b) adequação do plano de carreira para atender às necessidades dos profissionais, contemplando: tempo para planejamento, atenção à saúde, auxílio-creche, afastamentos remunerados, incentivo à funções específicas e progressão funcional;
 - c) adequação do número de alunos por turma, de forma a atender às diferentes características da situação de aprendizagem.
- ❖ Instituir a jornada de tempo integral do docente, com incentivo à dedicação exclusiva;
- ❖ Realizar concursos públicos para os cargos definidos para áreas específicas no plano de carreira;
- ❖ Promover avaliação regulares dos profissionais da Educação privilegiando mecanismos internos de auto-avaliação;
- ❖ Criar serviços de ouvidoria;
- ❖ Propiciar aos profissionais da Educação a compra, por meio de convênios ou outros, de computadores e materiais relacionados à sua atividade;
- ❖ Assegurar aos profissionais da educação acesso aos bens culturais;
- ❖ Garantir que os profissionais de Educação tenham acesso aos documentos que estruturam o Sistema Educacional e o trabalho dos profissionais da Educação (p. 39-42).

Diversos programas foram implantados no âmbito da SME de Nova Iguaçu para atender aos objetivos propostos, tais como: Bairro-Escola: Horário Integral; Pró-letramento de Língua Portuguesa e Matemática; PDE Escola; Mais Educação; Programa Saúde na Escola (PSE); Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência (PROERD); Gênero e Diversidade na Escola; GESTAR: Grupo de Estudo e Ação Racial; Estrada para a Cidadania: capacitação para a educação no trânsito; Escolas Ativas; Formação pela Escola.

Esses programas visam elevar a qualidade de ensino fundamental no município de Nova Iguaçu. Mas o PNLD não foi citado pela gestora como um programa da prefeitura de Nova Iguaçu. Não existe uma relação direta do Plano Municipal de Educação com o PNLD no que diz respeito à uma política do livro didático. No Plano, para o Ensino fundamental, têm-se os objetivos de construir, reformar e adequar salas de leitura. Mas não há nesse documento nenhuma proposta direta de incentivo à leitura ou à melhoria da qualidade da educação por meio de uma política do livro didático.

A equipe de pedagógica das escolas Municipais de Nova Iguaçu

A equipe de pedagógica de cada escola municipal é composta pela Orientadora Pedagógica (OP) que contribui com o trabalho do professor no que diz respeito a estratégias de ensino; pela Orientadora Educacional (OE), que acompanha o aprendizado dos alunos; pelo Coordenador Político Pedagógico (CPP), que faz a articulação de todos os projetos e profissionais existentes na escola. Cada escola elegeu um CPP, com a carga semanal de 40h, para ampliar a articulação entre o horário integral e o regular. O CPP tem a responsabilidade de formação continuada da equipe escolar, ao ser um multiplicador das reuniões pedagógicas com os gestores da secretaria de educação.

Nova Iguaçu tem implantado um projeto denominado incentivo à Palavra, que faz parte do Programa Bairro-Escola, cujo objetivo é incentivar a prática da leitura, contações de histórias e mesas educativas.

As diversas políticas educacionais citadas acima visam à melhoria da qualidade da educação fazem parte de uma política de governo que tenta minimizar a pobreza caracteriza o município. O investimento em programas educacionais tem um intuito de elevar a qualidade da educação, para que uma nova história seja construída no declínio das desigualdades sociais e educacionais dos vários setores, que caracterizam Nova Iguaçu.

Nesse texto conhecemos as características gerais do município de Nova Iguaçu e a sua política educacional. Nova Iguaçu sendo um dos maiores

municípios brasileiros tem grande importância política para o país. O IDEB de Nova Iguaçu é maior que quando comparado com outros municípios da Baixada Fluminense.

Conhecemos a equipe de pedagógica das escolas Municipais de Nova Iguaçu e o Plano Municipal de educação de Nova Iguaçu. Nessa aproximação não identificamos políticas públicas voltadas para o livro didático no município.

ANEXO A - CARTA DA PREFEITURA DE ORIENTAÇÃO À EQUIPE ESCOLAR SOBRE A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO

Endereço para Devolução:

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DA
 PREF MUN DE NOVA IGUACU
 RUA ATHAYDE PIMENTA DE MORAES, 528
 CENTRO
 NOVA IGUACU - RJ
 26215-000



MEC - Ministério da Educação
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO - FNDE

Carta Circular n.º 08/2009 – FNDE/MEC

Brasília, 18 de março de 2009.

Caro(a) Diretor(a)

Este ano haverá escolha dos livros didáticos para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2010 para os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

As coleções e livros escolhidos em 2009 serão utilizados no triênio 2010 a 2012.

O processo de escolha, este ano, trouxe mudanças importantes. Logo, é fundamental a leitura criteriosa desta Carta e do Guia de Livros Didáticos.

COMPONENTES CURRICULARES

Anos	Componentes	
1º e 2º (consu- míveis)	Letramento e Alfabetização Linguística	Alfabetização Matemática
2º ao 5º	História Ciências	Geografia
3º ao 5º	Língua Portuguesa	Matemática
Livro	História Regional	Geografia Regional

1. O Guia do PNL D 2010 será distribuído às escolas a partir de maio de 2009 e estará disponível no site do NDE - www.fnde.gov.br -> seção "Destaque". Nela a escola encontrará informações mais detalhadas.

PRAZO

1. O registro da escolha será realizado exclusivamente pela Internet, no período de 08 a 28 de junho de 2009.

RESPONSÁVEL

1. A direção deverá designar um responsável para fechar o registro da escolha no Sistema de Registro da escola, pois, só será aceito um CPF por escola, e não poderá haver mais de uma escola com o mesmo CPF.

ESCOLHA

1. Será registrada pelo responsável, no Sistema de registro da Escolha no site do FNDE www.fnde.gov.br -> opção "Destaque" -> nk.ESCOLHA.PNL D.2010. Se não for possível fazer o registro da escolha em sua escola, procure outro local com acesso à Internet.

2. Para cada componente curricular, deverão ser escolhidas duas opções (1ª e 2ª), de editoras diferentes. Preenchida a 1ª opção, o responsável só poderá gravar o registro da escolha se a 2ª opção estiver preenchida.

3. Caso não se concretize a aquisição com a editora da 1ª opção, serão enviados os livros da 2ª opção. Por esse motivo, a escolha da 2ª opção precisa ser tão cuidadosa quanto a da 1ª.

4. Caso não queira receber nenhum livro dos componentes elencados no item 1, a escola deverá manifestar expressamente - selecionando, no Termo de acordo, a opção "não desejo receber livros".

5. Caso não deseje os livros apenas de determinado componente curricular, o responsável deverá selecionar, no Termo de Acordo, a opção "desejo receber livros", e após, no registro da escolha do componente, "não desejo receber livros deste componente".

4.6. Se a escola não realizar o registro da escolha nem declarar que não deseja receber os livros, serão encaminhados, compulsoriamente, os títulos mais escolhidos do município/estado.

USO, GUARDA E SIGILO DA SENHA

5.1. O FNDE enviará para a escola, uma carta amarela, registrada, contendo login e senha para acesso ao Sistema de Registro da Escolha.

5.2. A direção da escola é responsável pela guarda e sigilo da senha de acesso ao Sistema de Registro da Escolha.

5.3. O registro da escolha realizada pela Internet poderá ser alterado a qualquer momento durante o período de registro da escola.

5.4. Prevalecerá sempre o último registro efetuado, portanto essa direção deve tomar as precauções para que a senha não seja utilizada para alterações indevidas.

ROUBO, FURTO OU PERDA DE SENHA

6.1. Em caso de roubo ou furto, para receber nova senha, a direção deverá proceder como segue:

6.1.1. Enviar ofício da Secretaria de Educação ou da própria escola ao FNDE, juntamente com o Boletim de Ocorrência Policial referente ao roubo ou furto.

6.2. Caso o FNDE receba esses documentos até o dia 18 de junho de 2009, serão cancelados os registros da escola constante no Sistema e outra senha será enviada por carta registrada.

6.3. Caso o FNDE receba esses documentos depois do período acima mencionado, mas, ainda, durante o período de escolha, serão cancelados os registros da escola constante no Sistema e a escola receberá, compulsoriamente, os títulos mais escolhidos do município/estado.

6.4. Não serão considerados ofícios relatando roubo ou furto com Boletim de Ocorrência que forem recebidos depois do período da escolha, nem casos de perda de cartas-senha, registradas pela ECT como entregues nas escolas.

CÓDIGO DE SEGURANÇA

7.1. Após gravar a opção no Termo de Acordo, o Sistema fornecerá um Código de Segurança, que será exibido na tela.

7.2. O uso, guarda e sigilo do código de segurança competem ao responsável designado pela direção da escola.

7.3. Para alterações no registro da escolha ou no Termo de Acordo, após acessar o Sistema serão solicitados o CPF do responsável e o Código de Segurança.

7.4. Caso o CPF ou o código de segurança sejam inseridos errados por três vezes, o código de segurança será bloqueado.

BLOQUEIO, PERDA E RECUPERAÇÃO DO CÓDIGO DE SEGURANÇA

8.1. Em caso de bloqueio ou perda, o Código pode ser recuperado, no próprio Sistema, pelo responsável. Serão permitidas três tentativas de recuperação. Instruções:

8.1.1. Acessar o Sistema, e, na segunda tela, clicar no nk para recuperação de Código.

8.1.2. Digitar no formulário apresentado, o CPF, RG e a data de nascimento do responsável.

8.1.3. Caso esses dados coincidam com os dados armazenados no Sistema, o Código de Segurança será desbloqueado e exibido na tela.

8.2. Após a terceira tentativa com erro, o acesso será bloqueado definitivamente, e prevalecerá o último registro da escolha gravado no Sistema. Para os componentes curriculares que ficarem sem registro de escolha, a escola receberá, compulsoriamente, os títulos mais escolhidos do município/estado.

TRANSPARENCIA NO PROCESSO DE ESCOLHA

9.1. A direção da escola deve oficializar a reunião final da escolha, e listar as opções e livros escolhidos, utilizando o documento Registro da Reunião de Escolha PNL D 2010, constante no Guia PNL D 2010.

9.2. A direção da escola deve divulgar em suas dependências o Comprovante de Registro da Escolha feito pela Internet, juntamente com o Registro da Reunião a que se refere o item 9.1, para controle da própria escola no processo de escolha e para ciência da comunidade escolar. Os documentos originais deverão ficar na escola à disposição do FNDE para possível consulta pelos próximos cinco anos.

NORMAS DE CONDUTA NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO LIVRO

10.1. Devem ser observadas e respeitadas as Normas de Conduta, disponíveis no site www.fnde.gov.br -> Livro Didático -> Legislação -> 2007 -> Portaria Normativa nº 7.
DENUNCIE: 0800 61 61 61

ANEXO B - CARTA DE PERMISSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM NOVA IGUAÇU



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Nova Iguaçu, 30 de março de 2009.

Assunto: carta de apresentação para o desenvolvimento de pesquisa.

Prezado(a) Diretor(a):

Apresento Islene da Conceição Freitas, Mestranda em Educação, Cultura e Comunicação nas Periferias Urbanas, na UERJ - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que solicita para o desenvolvimento do projeto de pesquisa "**A Escolha do Livro Didático na Disciplina Matemática**", acesso às escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental que funcionam no município de Nova Iguaçu.

O objetivo é entrevistar professores desse segmento de ensino, buscando entender como os professores escolhem e usam o Livro Didático no Ensino Fundamental.

Informamos que o projeto de pesquisa está sendo desenvolvido sob a orientação da Profª Maria Izabel Ramalho Ortigão.

Informamos, ainda, que o projeto se insere na linha de pesquisa "**Desigualdades Educacionais**" e que a estudante universitária vem correspondendo à expectativa, apresentando seriedade e compromisso com a investigação proposta.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos, agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

Atenciosamente,



Maria Bernadete de Oliveira Rufino
Secretária Adjunta de Gestão Pedagógica

Maria Bernadete de Oliveira Rufino
Secretária Adjunta de
Gestão Pedagógica
Mat. 60/700648-9 SEMED - NI